

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS - ESAN**

SAMYRA CORDEIRO FRANCO

**PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL E SEUS
INDICADORES: O REQUISITO MÍNIMO DE DIVULGAÇÃO,
CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO NAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS**

**CAMPO GRANDE - MS
2016**

SAMYRA CORDEIRO FRANCO

**PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL E SEUS
INDICADORES: O REQUISITO MÍNIMO DE DIVULGAÇÃO,
CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO NAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS**

Trabalho de Conclusão Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP- realizado na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosamaria Cox Moura Leite Padgett

**CAMPO GRANDE - MS
2016**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FRANCO, Samyra Cordeiro. **Plano de Gestão de Logística Sustentável e seus indicadores: o requisito mínimo de divulgação, conscientização e capacitação nas universidades federais.** Campo Grande: Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, Escola de Administração e Negócios, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2016, 139p.

Documento formal, autorizando reprodução deste relatório para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Escola de Administração e Negócios e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte deste trabalho pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

SAMYRA CORDEIRO FRANCO

**PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL E SEUS
INDICADORES: O REQUISITO MÍNIMO DE DIVULGAÇÃO,
CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO NAS UNIVERIDADES
FEDERAIS**

Trabalho de Conclusão Final apresentado como exigência para a obtenção do título de Mestre em Administração Pública, à banca examinadora, no Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, obteve conceito aprovada.

Campo Grande-MS, 29 de Junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rosamaria Cox Moura Leite Padgett, UFMS - Campo Grande/MS
Orientadora

Prof. Dr. José Carlos de Jesus Lopes, UFMS - Campo Grande/MS
Examinador Interno

Prof^a. Dr^a. Vera Luci de Almeida, UFGD - Dourados/MS
Examinador Externo

MSc. Claudio Zarate Max, UFMS - Campo Grande/MS
Membro Técnico

Dedico este trabalho a minha amiga e mãe Maria Stela da Cunha Cordeiro, que sempre está comigo nos momentos de lutas e de vitórias. Também ao meu pai Pedro Luís Pantaleão Franco, que mesmo residindo em outro Estado, é presente em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me imensamente grata a Deus por tudo o que tem realizado em minha vida, desde o vestibular, concurso até o mestrado. Não poderia deixar de agradecer a Ele por ter me colocado em lugar tão alto que nem nos meus sonhos pensei em alcançar e que me carregou nos braços a cada tropeço.

Agradeço também a minha mãe Stela. Exemplo de força, coragem, fé, perseverança. Uma pessoa pequenina, porém, gigante na sua sensibilidade. Tudo o que sou nessa vida, devo a ela. Muitas vezes chorando debruçada em um livro, pensei em minha mãezinha e não desisti. Obrigada mãe. Essa vitória é nossa. Peço desculpas pelas inúmeras vezes que precisei ficar isolada. Agora tudo passou.

Agradeço ao meu pai Pedro Luís que mesmo morando em outro Estado, deseja sempre o meu bem. Sei que fez o melhor pela minha educação e sempre o guardarei em meu coração. Mesmo distantes um do outro vou amá-lo sempre.

Agradeço ao meu noivo Maurício. Sem palavras para descrever o que é para mim. Exemplo de bondade, de amor, de paciência e principalmente de companheirismo.

Agradeço ao meu tio e professor Celso. Sempre disposto a ajudar e a colaborar, dando dicas valiosíssimas nas revisões do trabalho. A tia Márcia também. Sempre acreditou em mim e a cada vitória comemorávamos juntas. Sinto-me feliz por ter honrado tudo o que a mim foi confiado.

Agradeço aos meus colegas da DIDA/CDR/PROGEP, por todo apoio. Em especial aos meus chefes Justo Rafael Fernandez Urbieto e Prof. Robert Schiaveto de Souza.

Agradeço a minha colega Milena Missiano Comeron Ribeiro. Obrigada pela parceria e amizade do começo ao fim. Muitas vezes me encorajou e me deu ânimo nessa caminhada.

Agradeço minha amiga Vilma Ramos, que me socorria em situações difíceis. Sua tranquilidade me ajudou bastante.

Agradeço a minha orientadora Rosamaria Cox Moura Leite. Sua competência extrapolou a sala de aula pois sempre demonstrou muita presteza em me orientar e ajudar.

Agradeço a primeira turma do PROFIAP/UFMS, turma a qual tenho orgulho de pertencer.

Agradeço à UFMS, minha segunda casa.

A todos, o meu muito obrigada.

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é propor a área responsável pelo Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), alternativas de aprimoramento das ações de Divulgação, Conscientização e Capacitação (DCC). Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa com base num estudo bibliográfico e documental com entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionário, em três etapas: a primeira busca organizar as informações referentes às ações de DCC das Universidades Federais (UF's); a segunda trata de conhecer os indicadores das ações de DCC das UF's e, por fim, a terceira procura desenvolver um entendimento do PLS desenvolvido pela UFMS. O Plano determina que a administração direta, autárquica, fundacional e as empresas estatais dependentes incorporem sete temas mínimos em cada documento (água e esgoto; coleta seletiva; compras e contratações sustentáveis; deslocamento de pessoal; energia elétrica; material de consumo e qualidade de vida no trabalho) e exige a incorporação de quatro conteúdos mínimos, quais sejam: de atualização do inventário de bens materiais do órgão ou entidade e equivalentes de menor impacto ambiental para substituição; práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços; responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano e, por fim, as ações de DCC. Os resultados da pesquisa possibilitam atingir os objetivos propostos, além disso permite corroborar que a incorporação da sustentabilidade na cultura da instituição não será uma tarefa fácil, entretanto, com o apoio da comunidade e dos dirigentes é possível, paulatinamente mudar o comportamento. A obrigatoriedade no desenvolvimento do PLS deve ser vista não como um empecilho, mas sim como uma oportunidade.

Palavras - chave: Sustentabilidade, Instituições de Ensino Superior, Plano de Gestão de Logística Sustentável; Administração Pública.

ABSTRACT

The aim of this study is to propose improvements related to the Disclosure, Awareness and Training (DCC) actions handled by the area responsible for the Sustainable Logistics Management Plan (PLS) at the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS). A qualitative research was developed based on bibliographical data with semi-structured interviews and questionnaires in three stages: the first seeks to organize information relating to the DCC actions of Federal Universities (UF's); the second is to know the indicators of the DCC actions and, finally, the third seeks to understand the PLS developed by the UFMS. The Plan requests that direct, local government, foundations and state-owned companies incorporate at least seven issues in each document (water and sewage, waste sorting, shopping and sustainable procurement, personnel shift, electricity, material consumption and quality of life at work) and requires at least four topics, namely: update the inventory of tangible assets of the agency or entity and lower environmental impact ; sustainability practices and rational use of materials and services; responsibilities, methodology implementation and evaluation and, finally, the actions of DCC. The survey results made it possible to achieve the objectives of this research. In addition, the results corroborate that the incorporation of sustainability in the culture of the institution will not be an easy task, however, with the support of the community and leaders, institutions will gradually change their behavior.

Key - words: Sustainability, Higher Education Institutions, Management Plan for Sustainable Logistics; Public administration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de universidades federais por região e que publicaram o PLS	53
Tabela 2: Práticas sustentáveis x Percentuais	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Existência de indicadores.....	61
Gráfico 2: Alcance das metas	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Legislação ambiental aplicada à Administração Pública	32
Quadro 2: Relação entre os Eixos Temáticos da A3P e seus conceitos	35
Quadro 3: Etapas de Medição e Passos para a Construção de Indicadores	40
Quadro 4: Dimensões e 6 E's do Desempenho	44
Quadro 5: Relação entre UF x Ano x Relatórios	54
Quadro 6: Água e esgoto	56
Quadro 7: Coleta seletiva	56
Quadro 8: Compras e contratações sustentáveis	57
Quadro 9: Deslocamento de pessoal	58
Quadro 10: Educação ambiental	58
Quadro 11: Energia elétrica	59
Quadro 12: Material de consumo	59
Quadro 13: Plano	60
Quadro 14: Qualidade de vida no trabalho (QVT)	60
Quadro 15: Diagnóstico da UFMS	76
Quadro 16: Revisão dos indicadores e respectivas fórmulas de cálculo das ações propostas no PLS da UFMS 2015	80
Quadro 17: Novas propostas de ações para o aprimoramento do PLS da UFMS	82
Quadro 18: Plano de Ação	85

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cadeia de Valor e os 6 E's do Desempenho	43
Figura 2: Etapas da pesquisa	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A3P - Agenda Ambiental na Administração Pública

BS - Balanço Social

CCBS - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde

CCHS - Centro de Ciências Humanas e Sociais

CCS - Coordenadoria de Comunicação Social

CD - Conselho Diretor

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

CISAP - Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública

CN – Congresso Nacional

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

COUN - Conselho Universitário

CPDO - Campus de Dourados

DCC - Divulgação, conscientização e capacitação

ESAN - Escola de Administração e Negócios

FACOM - Faculdade de Computação

FAMEZ - Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia

FADIR - Faculdade de Direito

FAENG - Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia

FAMED - Faculdade de Medicina

FAODO - Faculdade de Odontologia

ICBCG - Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande

IFE - Instituição Federal de Ensino Superior

IFE's - Instituições Federais de Ensino Superior

INFI - Instituto de Física

INMA - Instituto de Matemática

INQUI - Instituto de Química

ISO - *International Organization for Standardization*

MMA- Ministério do Meio Ambiente

NTI - Núcleo de Tecnologia da Informação

PES - Projeto Esplanada Sustentável

PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável

PLS's - Planos de Gestão de Logística Sustentáveis
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRAD - Pró-Reitoria de Administração
PREAE - Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis
PREG - Pró-Reitoria de Ensino e Graduação
PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho
PROINFRA - Pró-Reitoria de Infraestrutura
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento
PROPP - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação
QVT - Qualidade de vida no trabalho
RS - Responsabilidade Social
SSI - Serviço Social da Indústria
RTR - Reitoria
SISNAMA - Sistema Nacional de Meio Ambiente
TCU – Tribunal de Contas da União
UEMT - Universidade Estadual de Mato Grosso
UF's – Universidades Federais
UF - Universidade Federal
UFC - Universidade Federal do Ceará
UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi Árido
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRR - Universidade Federal de Roraima
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSJ - Universidade Federal de São João del Rei

UFMS - Universidade Federal de Santa Maria

UFT - Universidade Federal do Tocantins

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

6E'S – Eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, excelência e execução

5R's - Repensar, reduzir, reutilizar, reciclar, recusar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 SUSTENTABILIDADE	22
2.2 SUSTENTABILIDADE E O PAPEL DO GOVERNO: LEIS, AÇÕES E PROGRAMAS	27
2.3 INDICADORES	38
2.4 UNIVERSIDADES FEDERAIS E O COMPROMETIMENTO COM A SUSTENTABILIDADE	44
3 METODOLOGIA	48
3.1 CARACTERIZAÇÃO	48
3.2 ETAPAS DA PESQUISA E AMOSTRA	49
4 O PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS	53
4.1 PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL PUBLICADOS E AS AÇÕES DE DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO	53
4.2 BENCHMARK DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS	56
4.3 AÇÕES DE DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO E SEUS INDICADORES	60
4.3.1 Universidade 01	62
4.3.2 Universidade 02	63
4.3.3 Universidade 03	64
4.3.4 Universidade 04	66
4.3.5 Universidade 05	67
4.3.6 Universidade 06	68
5 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL	70
5.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	70
5.2 ENTREVISTA REALIZADA COM O PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA UFMS.....	73

5.3 ENTREVISTA E QUESTIONÁRIO COM O MEMBRO DA COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA UFMS	74
6 PLANO DE AÇÃO	79
6.1 BENEFÍCIOS DAS PROPOSTAS DO PLANO DE AÇÃO PARA A INSTITUIÇÃO	86
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXOS	102
ANEXO 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	103
ANEXO 2: Roteiro de entrevista com o Presidente da Comissão Gestora pelo Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS.....	104
ANEXO 3: Parecer do Comitê de Ética Pública da UFMS	105
ANEXO 4: Compilação das melhores práticas sustentáveis das Universidades Federais.....	108
ANEXO 5: Modelo de questionário aplicado	129

1 INTRODUÇÃO

Uma série de eventos emergiu a partir de 1960 tendo como eixo central a questão ambiental. O primeiro deles foi a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, escrito em 1962 (GALLI, 2012). Já a década de 1970 foi marcada pela Conferência das Nações sobre o Meio Ambiente e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que surgiram como a consolidação de uma preocupação internacional sobre o tema (GALLI, 2012). Nos anos seguintes, o mundo questionou a maneira correta de conciliar a atividade econômica e conservação do meio ambiente, em meio ao aquecimento global, destruição da camada de ozônio, chuva ácida e desertificação (ALMEIDA, 2002). Tais fatores contribuíram para o surgimento, da Comissão de Brundtland - conhecida como a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - momento em que originou o termo sustentabilidade (MENDES, 2009). Brandão (2005, p. 86) atesta que a sustentabilidade

(...)opõem-se a tudo o que sugere: desequilíbrio, competição, conflito, ganância, individualismo, domínio, destruição, expropriação, e conquistas materiais indevidas e desequilibradas, em termos de mudança e transformação da sociedade ou do ambiente.

Em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida por Rio 92 ou Eco-92, destacando o papel do ensino voltado para o Desenvolvimento Sustentável (MMA, 1995).

Recentemente, em 2015, destacou-se o Acordo de Paris, em que se identificou que as Mudanças Climáticas poderão gerar ameaças às pessoas e ao planeta e, dessa maneira, diversos países demonstraram preocupação com a emissão de gases causadores do efeito estufa (UNITED NATIONS, 2015).

Tais avanços, motivaram a emergência do conceito de gestão ambiental, que são as diretrizes, atividades administrativas e operacionais - planejamento, direção, controle, alocação de recursos -, tendo o propósito de obter efeitos positivos do meio ambiente (BARBIERI, 2007). Nesse sentido, Tinoco e Kraemer (2008) aludem que gestão ambiental é um conjunto de medidas para controlar o impacto sobre o ambiente.

Neste cenário também se desenvolveu a Responsabilidade Social (RS), que, de acordo com Dias (2012, p. 20), significa:

(...) um conjunto de ideias e práticas da organização que fazem parte de sua estratégia e que tem como objetivo evitar prejuízos e/ou gerar benefícios para todas as partes interessadas (*stakeholders*) na atividade da empresa

(consumidores, empregados, acionistas, comunidade local, meio ambiente, etc), adotando métodos racionais para atingir esses fins e que devem resultar em benefícios tanto para a organização quanto para a sociedade.

Existem normas que merecem destaque e que tratam de gestão ambiental, responsabilidade social e gestão de riscos. Em 2015 foi revista a ISO 14001, que determina os parâmetros para um sistema de gestão ambiental, podendo ser utilizado para qualquer atividade ou setor (ISO, 2015). Outra norma importante para a sustentabilidade é a ISO 26000. Esta norma trata da responsabilidade social, ou seja, orienta as organizações e empresas para que sejam socialmente responsáveis, contribuindo assim para a saúde e o bem-estar da sociedade, com aplicação em qualquer tipo de organização (ISO, 2010). Por fim a ISO 31000, que trata da gestão de riscos, ajuda as organizações a alcançar seus objetivos, detectar as oportunidades e ameaças (ISO, 2009).

Percebe-se que a gestão ambiental e a RS buscam maior compromisso com a sociedade, ou seja, uma empresa que administre pautada na gestão ambiental está concatenada com a RS. Adotar a gestão socialmente responsável é utilizar-se de princípios éticos e valores sociais da sociedade com transparência e publicações de relatórios de sustentabilidade (DIAS, 2012).

Dessa forma, a RS busca melhorar a gestão empresarial através da mudança cultural, de modo que desencadeie uma sociedade mais viável e justa, em que os seres humanos teriam oportunidades iguais para se desenvolverem, e a qualidade de vida seria requisito para sua existência (DIAS, 2012). Como condição de construir um novo modelo de cultura nos órgãos e entidades públicas, o Ministério do Meio Ambiente criou a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) de adesão voluntária, tendo como foco incitar a adoção da gestão socioambiental pelos gestores públicos (MMA, 2009).

A partir de então, foi criado o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) com o intuito de tornar a Administração Pública mais sustentável tendo em vista a gestão ambiental e a Responsabilidade Social. Os documentos específicos que compõem os PLS's e que serão adotados nesta pesquisa são: o Decreto nº 7.746 (BRASIL, 2012a); e a Instrução Normativa (IN) nº 10, de 14 de novembro de 2012 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2012b).

Brasil (2012b) ressalta que o Plano de Gestão de Logística Sustentável é o mecanismo de planejamento que permite que a administração direta, autárquica, fundacional e as empresas estatais dependentes estabeleçam práticas de sustentabilidade, ou seja, almeja-se novo padrão de cultura direcionado para a Administração Pública. Também determina que

cada plano deverá conter sete temas mínimos. São eles: água e esgoto; coleta seletiva; compras e contratações sustentáveis; deslocamento de pessoal; energia elétrica; material de consumo e qualidade de vida no trabalho. Similarmente, exige-se que envolva os requisitos mínimos, tais como: atualização do inventário de bens materiais do órgão ou entidade e equivalentes de menor impacto ambiental para substituição; práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços; responsabilidades; metodologia de implementação e avaliação do plano, e por fim as ações de divulgação, conscientização e capacitação.

As Universidades Federais (UF's) estão incluídas nas referências legais das normativas e têm importância singular por possuírem grande quadro de servidores das carreiras Técnico-Administrativos e docentes do Magistério Superior, além do corpo discente. Medeiros Junior (2004) alude que as Instituições de Ensino Superior (IES's) possuem papel singular pois podem impulsionar o desenvolvimento econômico, geram novos conhecimentos, transmitem experiências e possibilitam mudança de comportamento. O referido autor complementa que para a universidade ter responsabilidade social, deverá possuir objetivos, missão e compromissos de utilizar materiais que não agridam o meio ambiente e que desenvolvam preocupação com o ser humano em sua totalidade.

Tauchen (2007) reitera que as IES's possuem responsabilidade social voltada para os discentes, funcionários e a comunidade ao capacitar pessoas conscientes da importância de assegurar a sustentabilidade das futuras gerações. Petrelli e Colossi (2006) aludem que nem sempre a sociedade percebe a função transformadora e de desenvolvimento social que as IES's possuem. Para os autores, é necessário que as IES's divulguem suas atividades para que todos os interessados possam conhecê-la e avaliar seus resultados.

Como forma de reduzir os custos e simultaneamente estimular a sustentabilidade nas Instituições Federais de Ensino (IFE's), o Ministério da Educação publicou, através do edital nº 01/2014, o projeto intitulado de "O Desafio da Sustentabilidade" na modalidade concurso (MEC, 2014). O referido projeto consiste em identificar, avaliar e selecionar sugestões inovadoras para redução de gastos de água e energia, mediante a participação da sociedade (MEC, 2014). De acordo com MEC (2015), a participação no projeto contou com as sessenta e três Universidades Federais e com quarenta Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, dando origem ao manual: Desafio da Sustentabilidade. Após análise das propostas, organizaram-se as sugestões em formato de coletânea para então disponibilizar aos gestores das IFE's e de outros órgãos e instituições estaduais e municipais, assim como à sociedade, boas práticas para reduzir gastos com água e energia (MEC, 2015).

Há outros manuais voltados para outras práticas, além de água e energia, tais como o Manual de Contratações e Compras Sustentáveis, elaborado pela Universidade Federal da Fronteira Sul, que consiste em orientar para aquisição de produtos ou serviços de modo que atenda as regras de sustentabilidade adotadas pelo Governo Federal (UFFS, 2014). Há também o "Manual de Gerenciamento de Resíduos Químicos" da Universidade Federal de Uberlândia, que tem como objetivo a gestão adequada dos resíduos químicos gerados na Universidade (UFU, 2014), entre outros.

Os manuais citados acima possuem como objetivo auxiliar os gestores em desenvolver ações em determinados temas mínimos do PLS, isso é, em relação à água e esgoto, compras e contratações sustentáveis e resíduos químicos. No entanto, não foi encontrado um documento que tivesse como objetivo auxiliar no desenvolvimento do requisito mínimo do PLS “ações de divulgação, conscientização e capacitação (DCC)”. Para Lopes (2007), cartilhas e manuais são instrumentos para resolver ou diminuir os conflitos ambientais, assim como os instrumentos legais.

Além do requisito mínimo de DCC, o PLS prevê o desenvolvimento de metodologias de implementação e avaliação do plano, portanto é necessária elaboração de indicadores de desempenho que permitam os gestores avaliar e sugerir melhorias às ações propostas (LUIZ; PFITSCHER, 2014).

A partir desse contexto, a presente pesquisa tem como intenção contribuir para a superação da defasagem dos manuais que abordam especificamente ações compreendidas no requisito mínimo de DCC e formas de mensurar seus resultados direcionados às universidades federais, a fim de compilar as melhores práticas sobre essas ações.

Dessa forma, a partir do banco de dados, o objetivo geral deste estudo é propor à área responsável pelo PLS da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), alternativas de aprimoramento das ações de DCC.

Especificamente pretende-se:

1. Reunir legislação ambiental e programas governamentais relacionados com a sustentabilidade na gestão pública;
2. Identificar as práticas das universidades federais (UF's) relacionadas ao requisito mínimo de divulgação, conscientização e capacitação (DCC) do Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS) e seus respectivos indicadores;
3. Analisar as informações do PLS da UFMS sobre ações de divulgação, conscientização e capacitação e seus respectivos indicadores.

Para que se possa contribuir com as UF's, em específico com a UFMS, na busca de aprimoramento das suas ações de divulgação, conscientização e capacitação desenvolvidas em seu PLS, o presente estudo responderá ao seguinte questionamento: Quais ações de divulgação, conscientização e capacitação podem ser desenvolvidas, e monitorados os seus respectivos indicadores, para que se cumpra de forma satisfatória esse requisito mínimo obrigatório do Plano de Gestão de Logística Sustentável?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo versa sobre o desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, e responsabilidade social das organizações com ênfase nas públicas. Além de apresentar o arcabouço legal, programas e ações vigentes relacionados às questões ambientais sob responsabilidade do setor público. Em seguida evidencia a importância do uso de indicadores adequados, que permitam a análise e proposição de melhorias da gestão (HAMMOND et al., 1995). Por fim, o último tópico salientará o papel das universidades na sociedade.

2.1 SUSTENTABILIDADE

Desde o início da civilização o homem possui relação com a natureza, utilizando de seus recursos para sua subsistência (LUIZ et al., 2014). O pensamento de que os recursos naturais eram inesgotáveis e necessários acentuou com a evolução industrial quando foi utilizada a produção em série para atender a demanda, todavia, a partir do momento que tais recursos começaram a tornar-se insuficientes, surgiu a preocupação com a preservação e o consumo racional (MACEDO; FERREIRA; CÍPOLA, 2011). Barbieri (2007) elucida que recursos e fatores de produção, dentre os quais o trabalho e os recursos naturais, são necessários para que as necessidades humanas sejam atendidas.

Sachs (2000), por outro lado, defende que o homem, por ser uma espécie racional, deveria desenvolver uma economia de permanência com objetivo de satisfazer as necessidades naturais do ser humano, baseando-se em princípios que afastem o egoísmo e a ganância de forma que a biodiversidade seja protegida e, para isso, seria necessária uma nova forma de civilização, que estivesse pautada no uso sustentável dos recursos, transformando os elementos da natureza sem causar a destruição do meio ambiente.

A partir de 1960 começou uma mobilização para proteção do meio ambiente e algumas atitudes foram tomadas. Galli (2012) cita alguns fatos demonstrativos até o período da Globalização, iniciando no século XXI. O primeiro foi a partir da década de 1960 com o livro Primavera Silenciosa, escrito pela norte americana Raquel Carson. Galli (2012) expõe que a atenção começara a despertar para o uso indiscriminado de pesticidas e inseticidas químicos sintéticos, tóxicos de inúmeras formas ao meio ambiente.

Ainda em sua linha cronológica, o autor diz que na década de 1970 foi realizada em Estocolmo, na Suécia, a Conferência das Nações sobre o Meio Ambiente, onde foi

consolidada a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo, e também o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A Declaração de Estocolmo ressaltou a preocupação com a educação ambiental para crianças, jovens e adultos, buscando formar opinião pública esclarecida e preocupada com o meio ambiente. Já o PNUMA entende que as pessoas necessitam de conhecimento para aprimorarem as suas qualidades de vida, buscando participação na defesa do meio ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (GALLI, 2012).

Galli (2012) também destaca a década de 1980, época em que surgiu o conceito mais atual de Desenvolvimento Sustentável através do Relatório de Brundtland, publicado sob o título "Nosso Futuro Comum", que significa atender as necessidades do presente sem que as futuras gerações sejam prejudicadas em atender suas próprias necessidades. Este relatório foi uma visão contrária de desenvolvimento para os países industrializados (GALLI, 2012).

Delors (2004), afirma que é necessária nova concepção de desenvolvimento humano sustentável. O autor afirma que desenvolvimento está ligado ao compromisso de uma vida melhor para a humanidade. Humano está ligado a outros valores que se importe com as riquezas não materiais e com a solidariedade, como também indicar a responsabilidade de todos com relação ao meio ambiente. Por fim, sustentável significa que todos atinjam um padrão de vida mais alto, porém, consumindo-se menos. Dessa forma, Delors (2004, p. 234) interpreta o desenvolvimento humano sustentável como o "progresso obtido pela melhoria de qualidade de toda e qualquer atividade humana".

Adiante, na década de 1990, foi realizada a "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento", conhecida por "Rio 92", realizada na cidade do Rio de Janeiro (MMA, 1995). Tal Conferência resultou na "Carta da Terra", que estabelece princípios para o uso sustentável dos recursos naturais do planeta; a "Agenda 21" firmando pactos entre as partes, planos, projetos, metas e operações da execução para cada tema da conferência; e, por fim, acordos e tratados internacionais, como a "Convenção sobre Biodiversidade", "Convenção sobre Mudanças Climáticas" e acordos para conservação e desenvolvimento sustentável em florestas (GALLI, 2012). Finalmente, no século XXI, na cidade de Joanesburgo, na África do Sul, ocorreu o "Encontro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável" ou "Rio + 10", conhecida como "Cúpula da Terra", que buscou novas metas de preservação do meio ambiente (GALLI, 2012).

Elkington (1994) complementa e resume tais períodos em três ondas de pressão pública, que mudaram os papéis e as responsabilidades do governo e que ocorrem desde 1960. A primeira onda tornou-se conhecida como "limites", foi constituída a partir dos anos de 1960

e compreendeu no reconhecimento de que os impactos ambientais e naturais deveriam ser limitados e, para isso, faz-se necessária uma legislação ambiental. Questões sobre a destruição da camada de ozônio e de florestas geraram o que o autor chama de "consumismo verde", conhecido também como a segunda onda a qual teve o grande pico entre 1988 e 1991, em que novos tipos de produção tecnológica e novos tipos de produtos e processos de desenvolvimento sustentáveis tornaram-se necessários. Por fim, o autor define a terceira onda, conhecida como "globalização", que teve início em 1999 e é entendida como o momento em que o Desenvolvimento Sustentável exige mudanças na governança das empresas. No mundo globalizado, as empresas proporcionam o progresso e o desenvolvimento econômico, mas deverão ser responsáveis e éticas em relação aos recursos e processos, sem priorizar apenas o poder econômico (DIAS, 2012).

Já no ano de 2015 foi feito o Acordo de Paris. Este Acordo reconheceu que a mudança climática é uma ameaça para a humanidade e para o planeta. Isto posto, requer a colaboração de todos os países, para que então acelere a redução global de gases do efeito estufa até o ano de 2020. Um dos objetivos do Acordo, discriminados no art. 2º, é de determinar o limite para o aquecimento global com o teto bem menos de 2°C, com a intenção de chegar a 1,5°C (UNITED NATIONS, 2015).

É nesse contexto evolutivo das ideias acerca da sustentabilidade que se desenvolve a gestão ambiental, vista por Tinoco e Kraemer (2008, p. 114) como:

(...) o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades.

De acordo com Tauchen e Brandli (2006) a gestão ambiental vem ganhando um espaço crescente no mundo empresarial. Claro, Claro e Amâncio (2008) afirmam que o comprometimento das empresas com as questões socioambientais poderá acarretar em oportunidade de negócios, ou seja, é importante, que as organizações tenham a sustentabilidade como seu principal desafio e uma oportunidade competitiva (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008), sendo necessário que os empresários e administradores tenham novas atitudes para que, então, haja solução ou diminuição dos problemas ambientais e, para isso, as empresas não seriam consideradas como problemas, mas sim como parte de soluções (BARBIERI, 2007), pois ao investirem em melhorias para coletividade, o ambiente interno terá ganhos e a imagem de que os clientes têm da própria empresa será favorecida

(TACHIZAWA; ANDRADE, 2008). Porém, ainda não são todas as empresas que investem na gestão ambiental, pois alguns administradores possuem a visão de que os investimentos nessa área se tratam apenas de custos e não vantagem competitiva (TAUCHEN, 2007).

Elkington (1994) desenvolveu o “Triple Bottom Line” que preceitua que os objetivos das empresas devam ser não apenas o valor econômico, como também o valor ambiental e social. De acordo com Dias (2012), a dimensão econômica se refere à capacidade delas contribuírem para o desenvolvimento econômico do local onde se inserem, respeitando os princípios éticos; a dimensão social diz respeito às consequências sociais das suas atividades e dos seus *stakeholders*, respeitando os direitos humanos; a dimensão ambiental trata da compatibilidade das suas ações tendo em vista a proteção do ecossistema como, por exemplo, a preocupação com a geração e destino de resíduos (DIAS, 2012). A sustentabilidade é alcançada quando esses três vieses estão em equilíbrio (SOUSA; MADRUGA, 2014).

Almeida (2002) diz que para uma empresa ser considerada sustentável deverá empenhar-se na busca pela ecoeficiência, ou seja, produzir mais e melhor com menos recursos e com responsabilidade social. Dias (2012, p. 6) conceitua Responsabilidade Social (RS) como a

(...) boa governança da organização, a uma gestão ética e sustentável e ao conjunto dos compromissos voluntários que uma organização assume para administrar seus impactos sociais, ambientais e econômicos que produz na sociedade.

Ainda em Dias (2012), a RS possui algumas características essenciais, tais como:

- a) Voluntariedade: as práticas de RS das empresas extrapolam o cumprimento da legislação. A RS é implantada mas não se regula, ou seja, a organização poderá seguir rigidamente a legislação e, no entanto, não ser socialmente responsável;
- b) Gerenciamento e internalização de externalidades: significa gerenciar as externalidades, que são reproduções positivas ou negativas do comportamento econômico de outros agentes sobre a empresa ou da empresa sobre eles. Exemplo de externalidade: poluição ou a violação de direitos humanos. As empresas internalizam o custo dessas externalidades através de regulamentos que impõem multas, por exemplo;
- c) Orientação voltada a múltiplos *stakeholders*: para a empresa prosperar é necessário que tenha relação não apenas com seus acionistas, como também com seus diferentes *stakeholders*, tais como: comunidades locais, fornecedores e distribuidores, organizações não governamentais, órgãos do governo, consumidores, entre outros;

- d) Alinhamento entre as responsabilidades sociais e econômicas: busca alinhar as responsabilidades sociais com as econômicas, respeitando as dimensões ambientais.
- e) Práticas e valores: a RS envolve as práticas e questões estratégicas e que se sustentam na filosofia e conjunto de valores;
- f) Ir além da filantropia: a RS trata das operações essenciais das empresas (produção, *marketing*, compras, gestão dos recursos humanos, finanças, etc.) e seu impacto na sociedade.

Dias (2012) também explica que há características distintivas gerais da RS e, uma delas, é a transparência. O Balanço Social (BS) é o principal mecanismo para conhecimento da comunidade e dos diferentes *stakeholders* sendo, então, um método adotado de divulgação externa do desempenho da administração (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008). Tinoco e Kraemer (2008) destacam o BS como a ferramenta de gestão e informação que esclarece de maneira transparente as informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, assim como o desempenho das entidades para que os envolvidos possam avaliá-la. Também, consideram que o BS contempla a ecologia, treinamento e formação continuada dos trabalhadores, condições de higiene e segurança no emprego, relações profissionais e as contribuições das organizações para a comunidade. A publicação do BS está relacionada com a gestão da RS, ou seja, ocorre o elo ético e transparente com os diversos *stakeholders* e o estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o Desenvolvimento Sustentável na sociedade (TACHIZAWA; ANDRADE, 2008). Assim como a RS, o BS possui alguns princípios para que a publicação consiga atingir seu propósito. De acordo com Tachizawa e Andrade (2008), são seis os princípios do BS:

- a) Relevância: gera ao usuário do BS a oportunidade de que possa ter sua opinião formada sobre a empresa;
- b) Veracidade: as informações do BS deverão ser confiáveis ao demonstrar transparência, neutralidade e consistência;
- c) Regularidade: os relatórios deverão ser apresentados em tempos regulares para que o público possa acompanhar os resultados e tendências;
- d) Verificabilidade: deduz que a verificação e auditoria das informações dos relatórios contribuam para sua credibilidade;
- e) Clareza: é necessário levar em conta que diferentes públicos farão uso do relatório. Assim, é necessário ter cautela ao usar termos técnicos e científicos, gráficos e tabelas. Pode ser necessário o uso de um glossário;

f) Comparabilidade: a principal expectativa dos usuários do BS é a expectativa de comparação de dados atual com o período anterior e até mesmo com outras organizações. Busca-se, então, consciência na escolha, mensuração e apresentação de indicadores.

Marín (2011) versa que as universidades são consideradas empresas ou pequenas cidades devido o seu tamanho, população e atividades, tendo impacto de maneira direta ou indireta no meio ambiente. Isto posto, foi elaborada a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), que inclui as universidades como instituições públicas que deverão cumprir os princípios da RS e do BS e na tentativa de despertar a administração interna para a RS, atendendo ao princípio da voluntariedade, e buscando inserir princípios e práticas de sustentabilidade (MMA, 2009). Também, no esforço de ativá-la para os princípios da RS e do BS, os PLS's das universidades deverão ser publicados nos sites institucionais e, ao final de cada ano, deverá ser elaborado um Relatório de Acompanhamento (BRASIL, 2012b).

2.2 SUSTENTABILIDADE E O PAPEL DO GOVERNO: LEIS, AÇÕES E PROGRAMAS

O Brasil possui leis ambientais nos mais diversos segmentos. Também há uma lei específica que trata das infrações e punições, denominada Lei de Crimes Ambientais de número 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998). Como o cerne da pesquisa são as ações de divulgação, conscientização e capacitação, foram agrupadas as principais legislações ambientais por área de conhecimento, quais seja uso racional de recursos naturais e bens públicos, gestão de resíduos, qualidade de vida no trabalho (QVT), educação ambiental e por fim licitações sustentáveis.

1- Uso racional de recursos naturais e bens públicos

- Decreto 99.658 (BRASIL, 1990a): “Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material”.

- Lei 10.295 (BRASIL, 2001a): “Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências”. O Poder Público estabelecerá níveis máximos de consumo e mínimos de eficiência energética, como explica o art. 2º.

- Decreto 4.131 (BRASIL, 2002a): Trata de medidas emergenciais para a redução de consumo de energia elétrica na Administração Pública Federal. O art. 5º dispõe que os Ministérios promoverão a conscientização dos servidores para a necessidade de redução do consumo de energia elétrica e à correta utilização de iluminação e equipamentos.

- Lei 12.187 (BRASIL, 2009a): Refere-se à Política Nacional sobre Mudança no Clima (PNMC). Um dos objetivos é que ocorra o desenvolvimento econômico-social em consonância com a proteção do sistema climático global.
- Portaria Interministerial nº 244 de 2012 (MPOG, 2012): Trata do Projeto Esplanada Sustentável (PES). Seu objetivo é agregar ações para melhorar a eficiência no uso racional dos recursos públicos e introduzir a perspectiva socioambiental no ambiente de trabalho. Ele visa à eficiência do gasto público, mudanças nos hábitos e costumes, além de reunir vários programas.

2 – Gestão de resíduo

- Resolução CONAMA nº 275 (BRASIL, 2001b): “Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva”.
- Decreto 5.940 (BRASIL, 2006b): Trata da separação dos resíduos recicláveis que são descartados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, bem como sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
- Lei 12.305 (Brasil, 2010a): Trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Decreto 7.404 (BRASIL, 2010d): Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa.

3 – Qualidade de vida no trabalho (QVT)

- Lei 8.112 (BRASIL, 1990b): Os servidores receberão adicionais por executarem atividades insalubres, perigosas ou penosas.

4 – Educação ambiental

- Lei 9.795 (BRASIL, 1999):

Art. 1º - Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Também direciona algumas incumbências, tais como: ao poder público, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, às instituições educativas, integrar a educação ambiental; ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; aos meios de comunicação, disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente; às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores; à sociedade, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais (BRASIL, 1999).

- Decreto 5.707 (BRASIL, 2006a): “Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990”. Tem por instrumento o Plano Nacional de Capacitação.

Art. 2º - Para fins deste Decreto, entende-se por:

I- capacitação: processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências institucionais por meio do desenvolvimento de competências individuais;

- IN nº 10/2012 – MPOG (BRASIL, 2012b):

Art. 10 – As iniciativas de capacitação afetas ao tema sustentabilidade deverão ser incluídas no Plano Anual de Capacitação das unidades integrantes da administração pública federal direta, das autarquias e das fundações, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, e nos planos de capacitação similares, no caso das empresas estatais dependentes.

5 – Licitações sustentáveis

- Lei 8.666 (BRASIL, 1993):

Art. 1º - Esta lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- Lei 10.520 (BRASIL, 2002b): Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.

- Lei 12.349 (BRASIL, 2010b): Inclui a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como quesito para os processos licitatórios na Administração Pública.
- IN nº 01/2010-MPOG (BRASIL, 2010c): “Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências”.
- Lei 12.462 (BRASIL, 2011a): Trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Os objetivos são: contratações públicas eficientes e competitividade entre os licitantes; proporcionar a troca de experiências e tecnologias visando à satisfatória relação entre custos e benefícios para o setor público; estimular a inovação tecnológica; e, por fim, garantir o tratamento isonômico entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. De acordo com o art. 1º, inciso X da referida lei, se aplica, dentre outros, para ações em órgãos e entidades dedicados à ciência, à tecnologia e à inovação.

Tais legislações são regras que cabem ao Poder Público e à sociedade. Porém, caso haja algum desrespeito ao meio ambiente haverá sanção penal e administrativa, sendo tais punições elencadas na Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais.

A Administração Pública também sofre fiscalizações. Cabe ao Tribunal de Contas da União (TCU) auxiliar o Congresso Nacional (CN) para exercer o controle externo. De acordo com o art. 71, inciso II e IV da Constituição Federal (BRASIL, 1988)

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

(...)

II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

(...)

IV - realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;

(...).

A Lei 8.443, de 1992, conhecida como a Lei Orgânica do TCU (BRASIL, 1992) traz a competência do TCU. Ao referido Tribunal cabe verificar a legalidade dos atos, irregularidades e economicidade dos atos de gestão. Portanto, as universidades federais, que

fazem parte do Poder Executivo Federal, integram o rol de órgãos que devem prestar contas e receber fiscalizações por parte do TCU.

De acordo com as Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2011b) as auditorias são classificadas, quanto à natureza, em: auditorias de regularidade, que examinam a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão dos responsáveis sujeitos à jurisdição do Tribunal, na perspectiva contábil, financeira, orçamentária e patrimonial; e auditorias operacionais, que analisam a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas, atividades governamentais, objetivando avaliar o desempenho, bem como proporcionar o aprimoramento da gestão pública. Por conseguinte, os resultados de auditorias realizadas pelo TCU poderão colaborar para o Desenvolvimento Sustentável ao detectar áreas de melhorias de políticas institucionais referentes ao meio ambiente e ao Desenvolvimento Sustentável (PEREIRA, 2004).

Nesse sentido, a Lei 8.666, de 1993, no artigo 3º, traz o seguinte termo (BRASIL, 1993):

(...)

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a **promoção do desenvolvimento nacional sustentável** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifou-se).

Em razão da necessidade de regulamentar o mandamento de promoção do Desenvolvimento Sustentável, foi editado o Decreto 7.746, de 5 de junho de 2012, que determina os critérios, práticas e diretrizes para que se promova o desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP (BRASIL, 2012a).

Art. 16. A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo [...]

Por conseguinte, compete ao TCU acompanhar o cumprimento do teor da legislação pelos seus jurisdicionados, a exemplo da UFMS. De acordo com as Normas de Auditoria do

Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2011b) as auditorias, a princípio, eram direcionadas para descobrir erros e fraudes, porém, passou a exercer também as funções de prevenção e orientação a fim de colaborar para a concretização dos objetivos e melhorar o desempenho da Administração Pública.

Percebe-se, através do Quadro 1, o esforço do governo em buscar melhores maneiras para reduzir o impacto sobre o meio ambiente, que vai desde a atenção para o uso e desfazimento de material utilizado na Administração Pública até a elaboração e implantação do PLS, normativa para mudar a cultura dos órgãos, tornando-os mais sustentáveis. Em síntese, para que haja mudança cultural, é necessário: mudar a maneira de desfazimento de materiais utilizados; procurar adquirir no ato da compra materiais que não agridam o meio ambiente, assim como procurar conservá-lo; reduzir o consumo de energia; separação correta do lixo, dentre outras alternativas.

Quadro 1: Legislação ambiental aplicada à Gestão Pública

continua...

Legislação	Teor
Decreto 99.658 (BRASIL, 1990a)	Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material
Lei 8.112 (BRASIL, 1990b)	Retribuições, gratificações e adicionais para as atividades insalubres, perigosas ou penosas
Lei 8.443 (BRASIL, 1992)	Trata da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União
Lei 8.666 (BRASIL, 1993)	Normas gerais sobre licitações e contratos administrativos
Lei 9.605 (BRASIL, 1998)	Lei de crimes ambientais. Trata de infrações e punições
Lei 9.795 (BRASIL, 1999)	Trata da educação ambiental
Lei 10.295 (BRASIL, 2001a)	Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências
Resolução CONAMA nº275 (BRASIL, 2001b)	Trata-se da Coleta Seletiva
Decreto 4.131 (BRASIL, 2002a)	Trata de medidas emergenciais para a redução de consumo de energia elétrica na Administração Pública Federal
Lei 10.520 (BRASIL, 2002b)	Trata da modalidade de licitação denominada pregão
Decreto 5.707 (BRASIL, 2006a)	Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional

Quadro 1: Legislação ambiental aplicada à Gestão Pública

continuação...

Legislação	Teor
Decreto 5.940 (BRASIL, 2006b)	Trata da separação e destinação dos resíduos recicláveis descartados
Lei 12.187 (BRASIL, 2009a)	Trata sobre a Política Nacional sobre Mudança no Clima
IN nº 01/2010-MPOG(Brasil, 2010c)	Critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal
Lei 12.305 (BRASIL, 2010a)	Trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos
Decreto 7.404 (BRASIL, 2010d)	Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010
Lei 12.349 (BRASIL, 2010b)	Inclui a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como quesito para os processos licitatórios na Administração Pública
Lei 12.462 (BRASIL, 2011a)	Trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas
Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União (BRASIL, 2011b)	Trata das Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União
Portaria Interministerial nº 244 de 2012 (MPOG, 2012)	Trata do Projeto Esplanada Sustentável
Decreto 7.746 (BRASIL, 2012a)	Promover o desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional
IN nº10/2012-MPOG (BRASIL, 2012b)	Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável

Fonte: Elaborado pela autora

Além das leis específicas sobre a questão ambiental, a Constituição Federal de 1988, buscou integrar ações do poder público e sociedade, como também a preservação e defesa do meio ambiente. O artigo 225 trata dos direitos a usufruir do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e qualidade de vida (BRASIL, 1988).

Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (...)

A partir do exposto acima, verifica-se a preocupação do poder público em atender as mais variadas demandas do meio ambiente, além do mais, cabe a todos o dever de preservá-lo, tanto o poder público quanto a coletividade.

Buscando obter um meio ambiente equilibrado, em 1992 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), coordenada pela Organização das Nações Unidas. Quase duzentos países concordaram e assinaram a Agenda 21 Global, documento que busca instituir o Desenvolvimento Sustentável no planeta. Tal

documento atribui parte da responsabilidade ao governo, porém, reconhece a necessidade de cooperação internacional com o objetivo de construir sociedades sustentáveis (MMA, 1995).

A agenda 21 Global é composta por 40 capítulos. O capítulo quatro, intitulado "Mudança dos Padrões de Consumo", traz como áreas de programas: o exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo (MMA,1995).

A primeira área de programa ressalta a interligação entre a pobreza e a degradação ambiental e informa que a pobreza resulta de medidas desequilibradas entre produção e consumo. Tal capítulo também destaca que embora parte dos países tenha padrões altos de consumo, uma grande massa da população sequer tem suas necessidades básicas atendidas. Para tentar diminuir este paradoxo, a Agenda 21 Global traz dois objetivos. O primeiro é de desenvolver padrões de consumo e produção que minimizem as pressões ambientais e que satisfaçam as necessidades básicas da sociedade. O segundo é buscar alternativas para padrões de consumo sustentáveis (MMA, 1995).

Já a segunda área de programa trata de priorizar a otimização dos recursos e de redução de desperdícios. Para isso, deverá haver a eficiência dos processos de produção e redução do consumo no processo de desenvolvimento econômico; gerar uma estrutura política interna que impulse a produção e o consumo sustentável; reforçar valores voltados para produção e consumo sustentáveis e, por fim, políticas que incentivem que as tecnologias ambientalmente saudáveis sejam deslocadas para países em desenvolvimento (MMA, 1995).

Posteriormente, o capítulo trinta e seis revela o empenho no fortalecimento de atitudes, valores e ações que busquem o Desenvolvimento Sustentável mediante a promoção do ensino, conscientização e treinamento. Para tanto, elencou três áreas de programas, quais sejam: reorientação do ensino para o Desenvolvimento Sustentável, aumento da consciência pública e a promoção do treinamento (MMA, 1995).

A reorientação do ensino para o Desenvolvimento Sustentável se importa não apenas com o conhecimento formal como também o informal, sendo indispensáveis para que as atitudes das pessoas sejam modificadas e que possam avaliar a abordar os problemas do Desenvolvimento Sustentável, buscando também desenvolver a consciência ambiental. Para o aumento da consciência pública é um esforço mundial de ensino a fim de reforçar atitudes, medidas e valores para o Desenvolvimento Sustentável. Por fim, a promoção do treinamento, sendo considerado um dos mais importantes instrumentos para desenvolver os recursos humanos e obter um mundo mais sustentável com a consciência na prática sendo despertada (MMA, 1995).

Como forma de tornar a Administração Pública consciente, desenvolvendo um pensamento voltado para o não desperdício, a preservação dos recursos da natureza e a atenção para uma cultura de gestão sustentável, o Ministério do Meio Ambiente elaborou no ano de 2009 a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) de adesão voluntária (MMA, 2009). Observa-se que a A3P tem por diretriz as sugestões do capítulo 4 da Agenda 21, que trata das mudanças dos padrões de consumo. Também tem como princípios os 5 R's que são repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar, e por fim recusar a consumir produtos que gerarão impactos ambientais negativos (MMA, 2009).

O Quadro 2 mostra a organização da A3P, em cinco eixos temáticos, quais sejam: uso racional dos recursos e bens públicos; gestão adequada dos resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores e licitações sustentáveis (MMA, 2009). Percebe-se, então, o principal foco da A3P, que é a transformação de hábitos e comportamentos dos servidores públicos, tornando a Administração Pública mais sustentável.

Quadro 2: Relação entre os eixos temáticos da A3P e seus conceitos

Eixos Temáticos	Conceito
Uso Racional dos Recursos e Bens Públicos	Usá-los de forma econômica e racional, evitando o seu desperdício. Está inserido o "uso racional de energia, água, madeira, consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente".
Gestão Adequada dos Resíduos Gerados	Adoção dos 5R's: Repensar (a necessidade de consumir e os padrões de produção e descarte); Reduzir (evitar desperdício, ao consumir produtos preferir os que têm menos possibilidade de gerar resíduos e que possuem maior durabilidade); Reutilizar (reaproveita o que está em bom estado e usar um produto de diferentes formas); Reciclar (transformar materiais usados em matérias primas para artesanato ou processos industriais); e Recusar (consumo desnecessário e que gerem grandes impactos ambientais).
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	São ações destinadas para que o trabalhador obtenha desenvolvimento profissional e pessoal através de: uso e desenvolvimento de capacidades, integração social e interna, respeito à legislação, condições de segurança e saúde no trabalho.
Sensibilização e Capacitação dos Servidores	A sensibilização desperta a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores e a capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais.
Licitações Sustentáveis	Consideram as sustentabilidades ambiental, social e econômica dos produtos e processos.

Fonte: Adaptado de MMA (2009).

Em 2011 o Plenário do Tribunal de Contas da União publicou o Acórdão 1.752 (BRASIL, 2011c). Em seu item 9.9 recomendou que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão incentivasse os órgãos e instituições públicas federais a estabelecer programas direcionados para o uso racional dos recursos naturais e também campanhas de conscientização para os usuários.

Em seguida elaborou-se o Projeto Esplanada Sustentável (PES) instituído através da Portaria Interministerial nº 244, de 06 de junho de 2012. O PES é regularizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e vinculado com o Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia e Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MPOG, 2012). De acordo com MPOG (2012):

Art. 1º - Fica instituído o Projeto Esplanada Sustentável - PES, cuja finalidade é integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

§ 2º Os objetivos do Projeto são:

- I - promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social na Administração Pública Federal;
- II - melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos;
- III - incentivar a implementação de ações de eficiência energética nas edificações públicas;
- IV - estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais e bens públicos;
- V - garantir a gestão integrada de resíduos pós - consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta;
- VI - melhorar a qualidade de vida no ambiente do trabalho; e
- VII - reconhecer e premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos públicos, nas dimensões de economicidade e socioambientais.

Neste cenário, como medida também direcionada para a Administração Pública, foi elaborado o Plano de Gestão de Logística Sustentável. O Decreto 7.746, de 2012, estabelece critérios, práticas e diretrizes para que se promova o desenvolvimento nacional sustentável nas contratações em que a Administração Pública Federal realiza, e a criação da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP), sendo de natureza consultiva e permanente (BRASIL, 2012a).

De acordo com o artigo 11 do referido Decreto, a CISAP tem por competência propor à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), regras para que sejam elaboradas ações de logística sustentáveis e Planos de Gestão de Logística Sustentáveis assim como preceitos para que as aquisições, contratações, desfazimento e descartes sejam também sustentáveis. Ainda o artigo 11 destaca que a CISAP deverá propor à Secretaria de Logística

e Tecnologia de Informação que se façam estratégias de sensibilização e capacitação para servidores para que a gestão logística sustentável seja feita de maneira correta, além de ressaltar ações para a divulgação de práticas sustentáveis (BRASIL, 2012a).

À vista disso, a SLTI elaborou a IN nº10/2012-MPOG. Em seu art.2º descreve o PLS como "processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento equilibrado" (BRASIL, 2012b).

O PLS também possui conteúdos mínimos e de acordo com o Decreto 7.746 de 2012, art. 16, I-IV são:

Art. 16 - A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

- I - Atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II - Práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III - responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano;
- IV - ações de divulgação, conscientização e capacitação (BRASIL, 2012a).

Para efeito desta pesquisa, será analisado o conteúdo mínimo elencado no inciso IV, quais sejam as ações de divulgação, conscientização e capacitação, voltando-se para as universidades federais.

O Plano de Gestão de Logística Sustentável é considerado uma ferramenta para que os órgãos ou entidades possam estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública, possuindo prazos e metas (BRASIL, 2012b). Dessa forma, a IN nº10/2012-MPOG traz algumas definições em seu artigo 2º incisos I, III, V e VIII:

Art. 2º - Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

- I - logística sustentável: processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
- (...)
- III - práticas de sustentabilidade: ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública;
- (...)
- V - coleta seletiva: coleta de resíduos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;
- (...)

VIII - material de consumo: todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos.

(...) (BRASIL, 2012b).

A IN nº 10/2012-MPOG traz outros conceitos aplicáveis rotineiramente na Administração Pública e busca a conscientização por meio da capacitação dos servidores voltada para a questão ambiental.

No artigo 8º da referida IN nº 10 são elencados os sete temas mínimos a serem desenvolvidos para cada PLS. São eles:

Art. 8 - As práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços deverão abranger no mínimo, os seguintes temas:

I - material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;

II - energia elétrica;

III - água e esgoto;

IV - coleta seletiva;

V - qualidade de vida no ambiente de trabalho;

VI - compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial; e

VII - deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes (BRASIL, 2012b).

Cada universidade federal caberá desenvolver e melhorar suas medidas para que o cuidado com o meio ambiente se estenda para além do campus. Assim, os PLS's são utilizados para pôr em prática o que já foi determinado pelas normas vigentes. Caso as universidades possuam todos os temas do PLS supracitados, deverão adotar indicadores como forma de mensuração, contendo nome, fórmula de cálculo, fonte de dados, metodologia de apuração e periodicidade de apuração (BRASIL, 2012b).

2.3 INDICADORES

De acordo com o SSI (2010, p. 11) os indicadores são "variáveis definidas para medir um conceito abstrato, relacionado a um significado social, econômico ou ambiental com a intenção de orientar decisões sobre determinado fenômeno ou interesse". Hammond et al. (1995) define duas características dos indicadores: eles quantificam informações para que seu significado seja facilmente evidente e eles simplificam as informações sobre fenômenos complexos com o objetivo de melhorar a comunicação.

Arriagada (2002) conceitua medição de desempenho como um esforço direcionado a uma organização para que sua gestão seja avaliada, para que se cumpra sua missão e para que aperfeiçoe os seus processos e alude que indicadores são as mais importantes variáveis participantes de um sistema de medição de desempenho. Poister (2003) complementa e diz que a medição de desempenho produz informações objetivas e relevantes, podendo fortalecer a gestão e colaborar no processo de tomada de decisão. De acordo com Bellen (2006, p. 54), "o processo de gestão necessita de mensuração. A gestão de atividades e o processo decisório necessitam de novas maneiras de medir o progresso, e os indicadores são uma importante ferramenta nesse processo".

Bellen (2006) ressalta ainda que os indicadores são importantes para a política e para tomada de decisão ao simplificar a informação e facilitar a comunicação tornando-a mais compreensível. Os indicadores possuem importância à medida que reduzem a incerteza na tomada de decisões ou até mesmo ao facilitar o entendimento das melhores, porém, para que isso aconteça, os gestores deverão considerá-los úteis e também utilizá-los (HAMMOND et al., 1995).

O mesmo autor atesta que o uso de indicadores auxilia na busca pelas organizações da sustentabilidade, pois permite comparações entre elas em escalas locais, regionais, nacionais e globais. Silva (2011) ressalta que utilizar indicadores facilita o apuramento das ferramentas de gestão e monitoramento das políticas públicas locais, já que permitem o desenvolvimento de avaliações que possam expressar a prioridade sobre as ações. Os indicadores deverão informar se a situação estudada está melhorando ou piorando, também refletir as mudanças ao longo do tempo, bem como ser confiáveis e reproduzíveis, pois poderão orientar as ações governamentais, organizações internacionais, o setor privado, ONGs e demais grupos que caminham rumo à sustentabilidade (HAMMOND et al., 1995).

Cole (2003) afirma que um bom indicador deve ter as seguintes características: o indicador deverá contar com dados precisos, disponíveis e de qualidade; deverá representar os fenômenos os quais está sendo medido; deverá ser relevante para os usuários e os tomadores de decisão; deverá ser compreensível para a universidade; deverá ser comparável geograficamente e temporalmente, levando-se em conta o curto e longo prazos e os efeitos geográficos locais e globais; deverá ter um objetivo claro e ambicioso; deverá refletir a capacidade da universidade para efetuar as mudanças.

Para Hammond et al. (1995) são três as características de indicadores de sucesso: eles deverão ser orientados para os utilizadores, ou seja, serem úteis para público que se pretende alcançar, com informações relevantes para a tomada de decisão de forma compreensível;

deverão ser relevantes para a política, não apenas em caráter técnico, devendo ser interpretado facilmente; deverão ser altamente agregados, ou seja, o seu resultado deverá ser em número reduzido.

Gallopín (1996, apud BELLEN, 2006) diz que os indicadores deverão respeitar as seguintes características: os valores mensuráveis; ter disponibilidade de dados; a metodologia para a coleta de dados deverá ser transparente; as capacidades financeiras, humanas e técnicas deverão estar alinhadas com o processo de construir e monitorar indicadores; ser viáveis financeiramente e por fim a aceitação política, pois indicadores não aceitos pelos tomadores de decisões não influenciarão nas decisões.

Como forma de definir e mensurar o desempenho da Administração, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão elaborou o Guia Referencial para Medição do Desempenho na Administração Pública. Brasil (2009b) definiu indicadores como essenciais para o monitoramento e avaliação das organizações, pois possibilita o acompanhamento do alcance das metas, progressos, qualidade, correção de possíveis problemas, necessidades de mudança etc. De acordo com SSI (2010), monitoramento é o acompanhamento evolutivo do indicador, comparando-os ao longo do tempo e estabelecendo parâmetros.

Por meio das informações é possível identificar comportamentos e acontecimentos como também analisar as informações presentes com base nas anteriores, obtendo assim comparações que são de grande importância para mensurações futuras (BRASIL, 2009b). Brasil (2009b, p. 52) também conceituou meta como "expressão numérica que representa o estado futuro de desempenho desejado".

Brasil (2009b) alude que o processo de construção de indicadores de desempenho não possui um único modelo, mas sugere dez passos para construí-lo, conforme o quadro a seguir:

Quadro 3: Etapas de medição e passos para a construção de indicadores

continua...

Etapas	Passos
O que mensurar?	1. Identificar o nível, dimensão, subdimensão e objetos de mensuração;
Como mensurar?	2. Estabelecer indicadores; 3. Analisar e validar indicadores com as partes envolvidas; 4. Construir fórmulas, instituir metas e notas;
Coleta de informações	5. Definir responsáveis; 6. Elaborar sistema de coleta de dados; 7. Ponderar e validar os indicadores com as partes envolvidas;
Mensuração	8. Mensurar resultados;

Quadro 3: Etapas de medição e passos para a construção de indicadores

continuação...

Etapas	Passos
Análise dos Dados	9. Analisar e interpretar os indicadores;
Comunicação	10. Comunicar os Resultados.

Fonte: Adaptado de BRASIL (2009b)

Brasil (2009b) apresenta o primeiro passo como a definição de níveis, ou seja, definir para quem o indicador será desenvolvido e o responsável pelo seu desempenho. Poderão ser nos níveis macro (Governo), meso (política pública ou setor de governo), meso-micro (redes de organizações), micro (organizações) e nano (unidade de organização). As dimensões referem-se aos 6E's, conforme a Quadro 4. Já as subdimensões exploram os critérios a serem extraídos, ou seja, responderá o que deverá ser mais importante para mensuração. Quanto ao objeto da mensuração, esclarece de maneira exata o que será mensurado.

O passo de número 2 trata do estabelecimento de indicadores. Arriagada (2002) e SSI (2010) informam que para identificar e selecionar um indicador deverá obedecer a alguns critérios básicos de qualidade:

- 1) Seletividade ou importância: gera informações sobre as principais variáveis sobre o produto, processo ou sistema;
- 2) Simplicidade, clareza, inteligibilidade e comunicabilidade: As expressões e nomes deverão ser compreensíveis e conhecidas por todos os utilizadores. Também voltados para aspectos claros, práticos, fáceis de comunicar e que possam colaborar para o envolvimento dos interessados no desenvolvimento de monitoramento e avaliação;
- 3) Representatividade, confiabilidade e sensibilidade: os dados são precisos, respondem aos objetivos, são coletados na fonte certa e retratam os efeitos de intervenções. Importante que os dados possam ser rastreados, possibilitando que suas origens sejam identificadas. Também não poderão ser tão amplos nem tão específicos;
- 4) Investigativos: Os dados são fáceis de serem pesquisados;
- 5) Comparabilidade: deverá ser possível a comparação de indicadores com as referências internas ou externas;
- 6) Estabilidade: é feito de maneira sistemática e constante;
- 7) Custo-efetividade: é executável e economicamente viável. É necessário que os dados escolhidos sejam fáceis de coletar e de serem atualizados, possuindo baixo custo e sendo atualizados de acordo com a mesma metodologia adotada;

8) Desagregados: os indicadores deverão atender a diferentes estratos sociais e localidades, focando-se em ações específicas para cada grupo de acordo com suas individualidades.

Para concretizar o passo número 3, deverá considerar o passo número 2 - estabelecimento de indicadores.

Já o passo de número 4 - construção de fórmulas, metas e notas – verifica-se a importância da elaboração da fórmula de cálculo e a unidade de medida para o desenvolvimento de um indicador. A fórmula do indicador deverá ser compreensível e não apresentar dificuldade de cálculo ou de uso, permitindo comparação com valores determinados e assim auxiliar a tomada de decisão dos gestores (BRASIL, 2009b).

De acordo com Brasil (2009b) e SSI (2010) as unidades de medida mais comuns são:

1) Indicadores simples: expressam um valor numérico atribuível a uma variável. Geralmente mede-se a eficácia, ou seja, a quantidade de produtos ou serviços entregues aos beneficiários. Não apresentam relação entre duas variáveis. Provém de contagens ou estimativas em valores absolutos.

2) Indicadores compostos: há relação entre duas ou mais variáveis, podendo ser de quatro tipos:

2.2) Proporção ou coeficiente: representa a razão entre o número de ocorrências e o número total. Os numeradores são as situações específicas e os denominadores são os números de casos possíveis da população multiplicados por 100, com o numerador presente no denominador;

2.3) Porcentagem: destaca-se a parte do todo, tendo por objetivo criar comparações relativas. Poderá facilitar a leitura e interpretação;

2.4) Razão ou índice: ao dividir um número por outro, tem-se a razão ou índice. Permite o cálculo entre diferentes categorias. Ou seja, é a divisão entre duas medidas separadas e excludentes;

2.5) Taxa: são coeficientes multiplicados por potência de dez, buscando assim melhorar o entendimento do indicador. São empregadas para acompanhar a variação de fenômenos, em tempo definido;

2.6) Média: representa conjunto de valores da população. É a soma de todos os valores da população, dividida pela quantidade de observações;

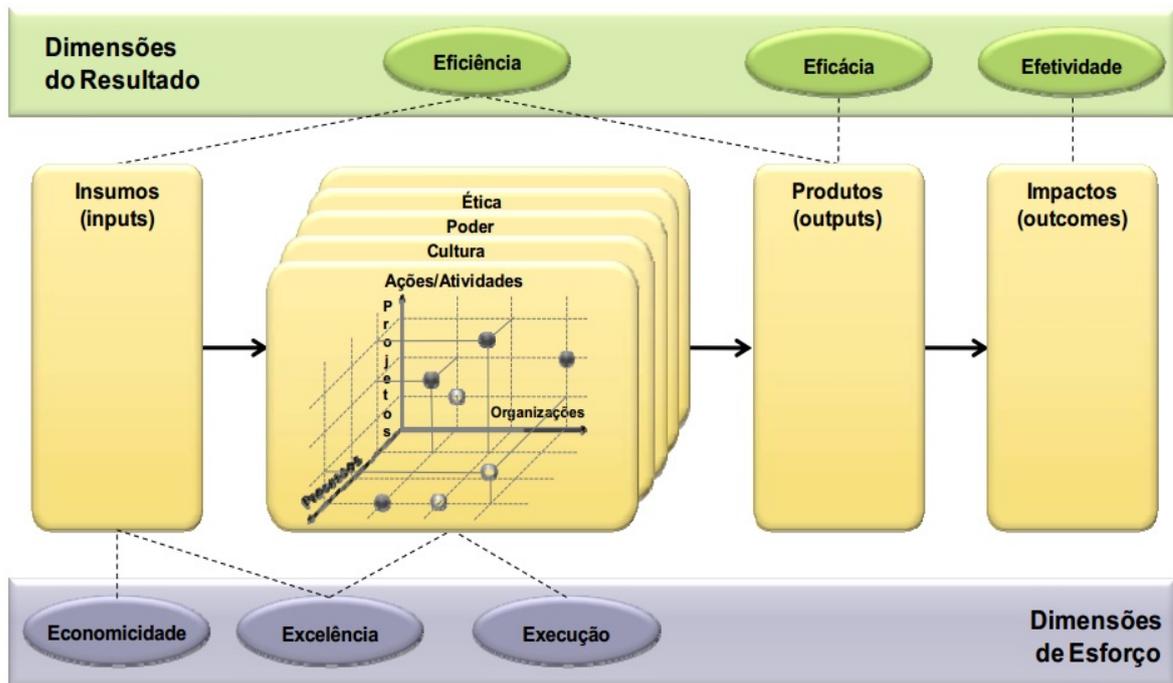
2.7) Incidência: é o número de novos casos que apareceram em relação a uma população específica e a um determinado espaço de tempo;

2.8) Prevalência: é o número de casos reais em relação a uma população específica em um tempo também específico.

Esta pesquisa analisará os passos de 1 a 4, sendo que o passo 4 será abordado apenas a definição das fórmulas. Os demais passos discriminados na Tabela 3 caberão aos gestores executarem.

A Figura 1 trata do que Brasil (2009b) chama de Cadeia de Valor e 6E's do Desempenho. Tal figura demonstra a correlação existente entre as dimensões de esforço e resultado a algum elemento da cadeia de valor.

Figura 1: Cadeia de Valor e 6 E's do Desempenho



Fonte: BRASIL, 2009b, p. 42

A Cadeia de Valor representa as seis dimensões de desempenho, tratando das entradas e saídas, assim como permite a identificação das partes interessadas atuantes. Têm-se os insumos do processo, conhecido como entradas, que serão transformados no decorrer do processo através de recursos para gerar produtos. Nesses processos têm seis indicadores (6E's) que irão interferir no resultado final, sendo que três deles são de resultado (eficiência, eficácia e efetividade) e três de esforços (economicidade, eficiência e execução).

Brasil (2009b) esclarece as dimensões de esforço e resultado. A eficiência repercute tanto nos insumos (inputs) quanto nos produtos (outputs). Os insumos medem a eficiência dos indicadores, tentando mensurar a quantidade de recursos que são necessárias. Os produtos/serviços (ou outputs) relacionam-se tanto para a eficiência quanto para a eficácia, procurando responder quais os produtos ou serviços gerados e qual a quantidade e qualidade de produtos ou serviços. Por fim, os impactos referem-se à efetividade, procurando responder

quais as mudanças que são necessárias para que os produtos/serviços atendam à sociedade e demais beneficiários. De acordo com SSI (2010, p. 10), "as informações contidas nos indicadores orientam tomadas de decisões, viabilizando atividades mais eficientes, eficazes e efetivas".

Brasil (2009b) versa sobre seis categorias de indicadores (6E's) relacionados a duas dimensões (esforço e resultado). O Quadro 4 demonstra a correlação entre tais dimensões, permitindo a identificação de indicadores de desempenho.

Quadro 4: Dimensões e 6 E's do Desempenho

Dimensões	6 E's
Resultado	<ul style="list-style-type: none"> - Eficácia: é a quantidade e qualidade de produtos ou serviços entregues aos usuários; - Eficiência: é a relação de produtos ou serviços gerados com os insumos empregados sob a forma de custos; - Efetividade: são os impactos gerados pelos produtos ou serviços;
Esforço	<ul style="list-style-type: none"> - Economicidade: obtenção de recursos com o menor ônus possível; - Execução: execução dos projetos conforme o estabelecido; - Excelência: conformidade de critérios de qualidade para a realização dos projetos.

Fonte: Adaptado de BRASIL (2009b)

Cada indicador, intitulado de 6E's do desempenho, possui correlação a algum elemento da cadeia de valor, conforme a Figura 1. O propósito é elaborar indicadores de desempenho em diferentes níveis (BRASIL, 2009b). Esta pesquisa tratará da dimensão de resultado, dado que para analisar a dimensão de esforços seriam necessários maiores detalhes de informações com relação às ações da UF pesquisada.

A seguir perceberá a importância das Universidades Federais não apenas em caráter técnico, como também ao formar cidadãos conscientes sobre a questão sustentável.

2.4 UNIVERSIDADES FEDERAIS E O COMPROMETIMENTO COM A SUSTENTABILIDADE

De acordo com o Decreto 5.205 de 2004 em seu artigo 1º § 1º as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES's) são as universidades federais, faculdades e faculdades integradas, escolas superiores e centros federais de educação tecnológica (BRASIL, 2004). Para fins desta pesquisa, serão consideradas apenas as Universidades Federais.

Severino (2007) trata do papel da formação universitária, não apenas visando uma qualificada habilitação técnica, profissional e científica, deverá acrescentar o compromisso

com a construção da cidadania e qualidade de vida humana e digna, ou seja, deverá despertar aos formados uma nova consciência social. Delors (2004) atesta que as funções das universidades de pesquisa inovação, ensino, formação, educação permanente e cooperação internacional, cooperam para que se tenha o Desenvolvimento Sustentável. Porém, Marín (2011) afirma que as universidades necessitam criar e disseminar novas formas de conhecimento ao repensar sua relação de ensino-aprendizagem, isto posto, objetivar o melhor uso dos recursos para que resulte no campus sustentável.

De acordo com Severino (2007), são três objetivos do ensino superior: o primeiro é formar profissionais de diferentes áreas utilizando a relação de ensino-aprendizagem, com a habilidade e competência técnicas; o segundo é formar cientistas de acordo com a disponibilidade de métodos e conteúdos de conhecimento; e por fim o terceiro, que se refere à formação do cidadão através da tomada de consciência. O autor complementa e diz que tudo isso deverá despertar no discente a consciência e contribuir para a vida em sociedade.

Quanto ao desenvolvimento tecnológico, Tauchen e Brandli (2006) afirmam que aqueles feitos pelas Instituições de Ensino Superior, assim como a preparação para o corpo discente e a disseminação de informações deverão ser direcionados para que a sociedade seja sustentável e justa, e ressalta a importância de elas adotarem os princípios e práticas da sustentabilidade atingindo então o corpo docente, discente e funcionários. Porém, de acordo com Guimarães (2010), educar ambientalmente transpassa a idéia de sensibilizar a população, ou seja, entender a importância ambiental não gerará mudanças voltadas para a preservação. De acordo com o autor é necessário desenvolver sentimentos de amar e satisfação em cuidar, obtendo assim a essência de doar, integrar e por fim, pertencer à natureza, da mesma maneira como a mobilização, também priorizar a questão ambiental no cotidiano. O autor diz que para que se construa a educação política a qual forma indivíduos como atores sociais, é necessária a busca por relação entre indivíduos e sociedade, sociedade humana e natureza, entre as partes e o todo.

Marin (2011) versa que as universidades conscientes de sua missão social deverão empenhar-se para que a sustentabilidade ambiental se torne um dos pilares para alcançar o equilíbrio, buscando ser uma espécie de modelo para as pessoas que vivem próximas a elas, porém não apenas modelo de coexistência saudável e adequada com o meio ambiente, como também aquele que busca equidade, justiça, direitos sociais, dignidade da pessoa humana e paz. Leff (2013, p. 251) complementa ao afirmar que:

(...) a educação para o desenvolvimento sustentável exige assim novas orientações e conteúdos; novas práticas pedagógicas onde se plasmem as relações de produção de conhecimento e os processos de circulação, transmissão e disseminação do saber ambiental (...) neste sentido, a educação ambiental adquire um sentido estratégico na condução do processo de transição para uma sociedade sustentável.

Com disseminação de ideias para que todos possam conviver em ambiente sustentável, a A3P destaca a importância da Administração Pública como consumidora e possuidora de capacidade de inserir novos preceitos socioambientais, além de ser o modelo para toda a sociedade (MMA, 2009). Como destaca Kruger et. al. (2011) a importância do agente governamental se dá em vários aspectos como na elaboração, execução e difusão para o Desenvolvimento Sustentável, cabendo a ele a sugestão de meios para efetivação do referido desenvolvimento. Também o autor admite que é importante a adesão das Instituições de Nível Superior à A3P por serem o centro de difusão do conhecimento e estando aptas a transmitirem ações e exemplos de sustentabilidade a toda coletividade com base em suas boas práticas cotidianas.

O papel das UF's se dá a partir do entendimento de desenvolvimento ambiental, discriminada na Lei 9.795 de 1999, conhecida como Política da Educação Ambiental, cuja definição encontra-se no art. 1º caput (BRASIL, 1999).

Art. 1º - Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º - A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Tendo em vista os artigos mencionados, percebe-se que as UF's possuem papel fundamental na compreensão dos indivíduos do que seja educação ambiental. Os valores acrescentados na evolução do conhecimento poderão ser direcionados para a conservação do meio ambiente, não apenas aqueles gerados por caráter formal, como também não formal. De acordo com Brasil (1999), o âmbito não formal, poderá ser compreendido como as atuações voltadas à sensibilização da coletividade relativas às questões ambientais e o poder público buscará incentivar campanhas educativas; participação da escola, universidade e ONGs para realização de programas e atividades; parceria entre empresas e escolas; sensibilização da sociedade, das populações tradicionais e dos agricultores e por fim o ecoturismo. Essas

medidas são apenas as elencadas nas normas, porém deverão estar presentes em todos os níveis do processo educativo. Delors (2004) afirma que a educação formal e informal deverá ser concebida de forma mútua e, quanto às universidades, elas deverão inovar utilizando-se de métodos que sejam capazes de alcançar novos alunos, voltando-se para novas perspectivas de aprendizagem.

Tinoco e Kraemer (2008) versam que a reciclagem, a redução do consumismo, o controle dos resíduos, a capacitação freqüente dos profissionais, o incentivo ao trabalho em equipe e à criatividade, são os desafios enfrentados para que enfim se consiga mudar a cultura do desperdício e descartável. Dessa forma, as universidades deverão desenvolver um plano objetivando a redução do impacto gerado no meio ambiente, devendo focar-se na gestão adequada de água, energia e eliminação dos resíduos sólidos e perigosos, porém, tal plano deverá ser detalhado, ajustando-se à realidade econômica, ambiental e social de cada região (MARIN, 2011).

Nos capítulos precedentes foram analisados os temas sustentabilidade e o papel do governo para subsidiá-la. Abordou-se também os indicadores, importantes ferramentas para gestão e monitoramento das organizações ao possibilitarem correções de possíveis problemas e ao proporcionarem o reconhecimento das necessidades de mudanças. Por fim, tratou-se da importância das universidades no aspecto da formação profissional de seu corpo docente e também discorreu sobre a importância de suas ações, voltada para respeitar e proteger a natureza. As UF's produzem e reproduzem conhecimento, com grande responsabilidade ao formar cidadãos responsáveis. Porém, para que isso ocorra, será necessário despertar em seu corpo de servidores técnicos, docentes e discentes iniciativas capazes de fomentar mudanças de hábitos, valores e atitudes, a partir de sua habilitação técnica, profissional e científica.

O capítulo 3 abordará a metodologia utilizada para esta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Este capítulo visa demonstrar os procedimentos metodológicos utilizados para esta pesquisa, que tem como objetivo geral contribuir para a superação da defasagem dos manuais que abordam especificamente ações compreendidas no requisito mínimo de DCC e formas de mensurar seus resultados direcionados às universidades federais, a fim de compilar as melhores práticas sobre essas ações, e propor à área responsável pelo PLS da UFMS, alternativas de aprimoramento das ações de DCC.

Para atingir este objetivo foi necessário cumprir as etapas de coleta, análise e interpretação dos dados. Porém, primeiramente, foi preciso caracterizar o estudo quanto ao método, abordagem, os instrumentos da pesquisa a serem adotados e seus objetivos.

3.1 CARACTERIZAÇÃO

De acordo com Gil (2008) método é o caminho que se percorre para chegar a um determinado fim e método científico é o processo técnico ou intelectual para se atingir o conhecimento. Para Mansano (2014, p. 121), "definir um método consiste em organizar, planejar e seguir um trajeto de investigação (teórica e empírica) por meio do qual se buscará produzir algum tipo de conhecimento sobre um aspecto específico da vida em sociedade".

Dessa forma, de acordo com a abordagem, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa. Gil (2008) preconiza a abordagem qualitativa como a que se tem o ambiente natural como a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador como instrumento chave. Para o autor, os dados desta abordagem são analisados de forma indutiva e seu processo e significado são focos principais. Segundo Diehl (2004), tal abordagem também descreve a complexidade do problema estudado, compreende e classifica o dinamismo dos processos vivenciados pelos grupos, contribui para mudanças, além de possibilitar a compreensão das mais variadas características e particularidades dos indivíduos. Lakatos e Marconi (2011, p. 272) acrescentam ainda que ocorre o "contato direto e prolongado entre o investigador e os indivíduos ou grupos, com o ambiente e a situação que está sendo investigada".

Por conseguinte, utilizou-se como instrumentos de pesquisa as entrevistas semiestruturadas e questionários. Gil (2008) diferencia entrevista, entrevista semiestruturada e questionário. Segundo o autor, entrevista é a técnica em que o investigador fica frente a frente com o investigado e lhe formulam perguntas a fim de obter dados que interessam à

investigação, sendo uma maneira de interação social. As entrevistas semiestruturadas são aquelas que se desenvolvem de maneira espontânea, sem que estejam sujeitas a um padrão rígido de interrogação. Já os questionários são compostos por um conjunto de questões com a finalidade de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, etc. Em relação à forma, esta pesquisa terá questões abertas, em que os respondentes poderão livremente ofertar suas próprias respostas (GIL, 2008). Também terão questões fechadas, em que será preciso optar por uma resposta dentro do conjunto de alternativas dispostas (GIL, 2008).

De acordo com os objetivos, esta pesquisa se caracteriza como exploratória. De acordo com Gil (2008) ela é capaz de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias e também envolve levantamento bibliográfico em revistas, jornais, livros além de fontes documentais (MARCONI e LAKATOS, 2003). Dessa forma, a pesquisa envolve a documentação tanto de fontes secundárias - ao pesquisar teses, dissertações, artigos, livros, dentre outras - quanto fontes primárias, como os PLS's e legislações que as regem. Quanto à amostragem, esta pesquisa é não probabilística, por acessibilidade ou conveniência. É não probabilística, por não apresentar fundamentação matemática ou estatística e dependerá dos critérios da pesquisadora (GIL, 2008). Também é por acessibilidade ou conveniência, pois o pesquisador seleciona os elementos que tem acesso, acreditando que poderá representar o universo utilizado nos estudos exploratórios ou qualitativos, em que não é exigido elevado nível de precisão (GIL, 2008).

3.2 ETAPAS DA PESQUISA E AMOSTRA

De acordo com os objetivos desta pesquisa, o trabalho foi desenvolvido em três etapas, sendo que as duas primeiras aportam informações para atingir o objetivo específico dois: "Identificar as práticas das UF's relacionadas ao requisito mínimo de DCC do PLS e seus respectivos indicadores", apresentado no capítulo 4: Plano de Gestão de Logística Sustentável das Universidades Federais Brasileiras. E a última etapa aporta informações para atingir o objetivo específico três: "Analisar as informações do PLS sobre as ações de DCC e seus respectivos indicadores, da UFMS", apresentado no capítulo cinco: Diagnóstico Organizacional.

A primeira etapa tem como propósito organizar as informações referentes às ações de divulgação, conscientização e capacitação direcionadas para as UF's através dos seus respectivos PLS's.

Foi necessário realizar uma busca nos sites institucionais das UF's a fim de descobrir quais delas divulgaram o PLS. Optou-se pela pesquisa via internet devido à normativa que rege o PLS a qual se exige que os planos sejam publicados nos sites dos respectivos órgãos ou entidades.

Após essa busca, resultou que das 63 UF's do país apenas 22 delas divulgaram o plano. Para as 41 universidades que não disponibilizaram o PLS entrou-se em contato com as ferramentas "fale conosco", ouvidoria e e-mail institucional para então compreender quais de fato ainda não o elaboraram. Assim sendo, obteve-se retorno de 11 universidades, esclarecendo que 7 ainda não o possuem e 4 estão em fase de elaboração. Deste quantitativo, 30 universidades não retornaram a comunicação feita.

A partir de então, para os 22 planos existentes, foram identificadas as ações de divulgação, conscientização e capacitação das UF's, apresentados no tópico 4.2 desse estudo. Para classificar as ações identificadas utilizaram-se inicialmente os sete temas mínimos, dispostos na IN nº10/2012- MPOG, de acordo com o art 8º incisos de I a VII (BRASIL, 2012b). São elas: água e esgoto, coleta seletiva, compras e contratações sustentáveis, deslocamento de pessoal, energia elétrica, material de consumo e qualidade de vida no trabalho. Além das referidas nomenclaturas, duas foram criadas: "educação ambiental" e "plano". Foram elaboradas essas duas categorias, devido à dificuldade em conceituar todas as práticas de DCC nas sete áreas do PLS mencionadas. Portanto, as ações foram classificadas em nove categorias.

A segunda etapa tratará dos indicadores relacionados às ações de DCC das UF's. Anterior a essa coleta de dados, o projeto do estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos/UFMS (CEP/UFMS) que solicitou que as chefias dos gestores ou coordenadores do plano das universidades participantes deveriam autorizar o procedimento de coleta de dados. Dessa forma, em novembro de 2015, os pedidos de autorização foram direcionados às 22 UF's que tinham seus PLS's publicados em seus respectivos sites institucionais. São as seguintes: Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); Universidade Federal Rural do Semi Árido (UFERSA); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade

Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do Tocantins (UFT); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) e Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

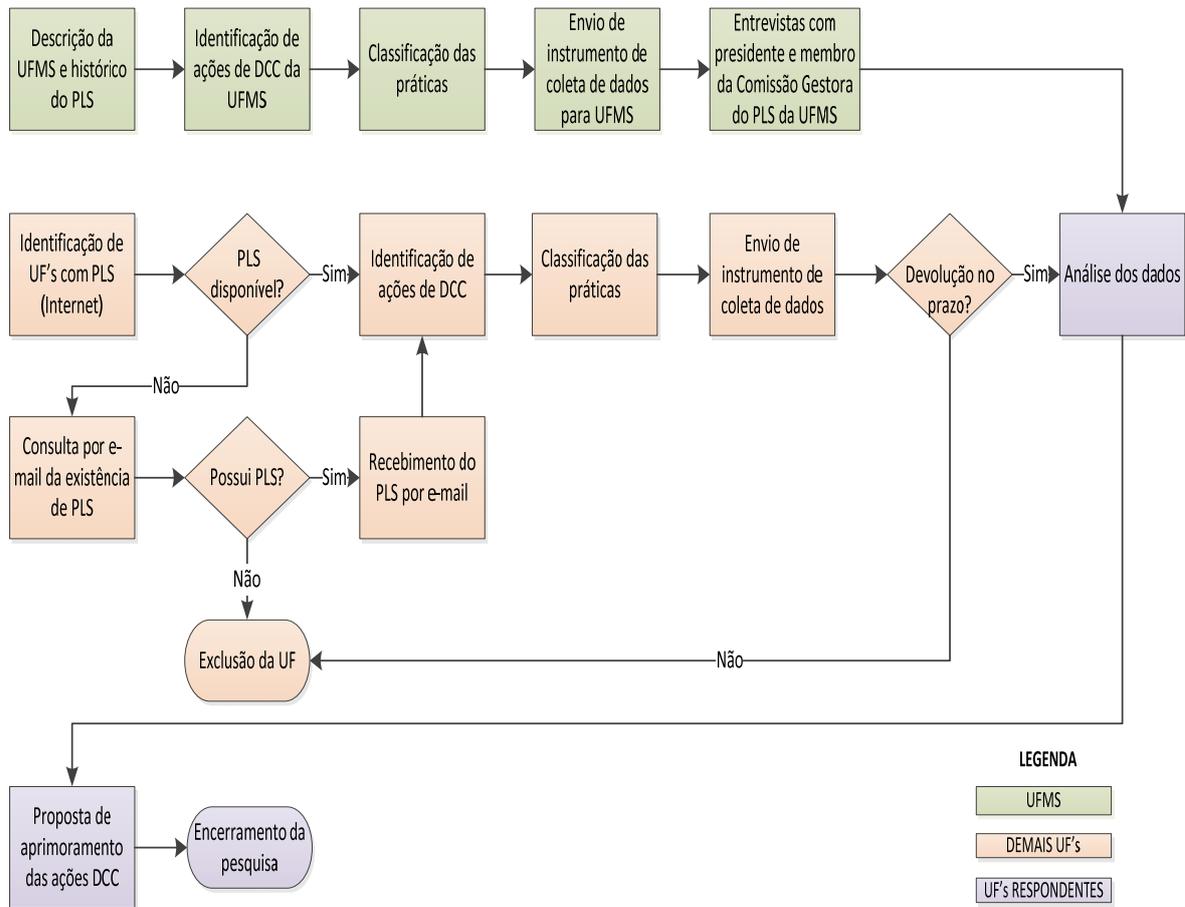
Foi obtido retorno de sete das vinte duas universidades consultadas. Com o Parecer Consubstanciado emitido pelo CEP/UFMS, procedeu-se na elaboração dos questionários direcionados para a UFMS e para as demais. Neste trabalho as seis foram identificadas como: Universidade 01, Universidade 02, Universidade 03, Universidade 04, Universidade 05 e Universidade 06.

O período da pesquisa foi de novembro de 2015 até abril de 2016. Como critério de inclusão na amostra foi considerado a devolução dos questionários devidamente preenchidos e assinados no mês de abril de 2016. Desta forma, as universidades que não responderam os questionários dentro do prazo, foram automaticamente excluídas da pesquisa. Com a posse dos questionários devidamente preenchidos realizou-se suas análises, tendo em vista o referencial teórico e a legislação em vigor.

Por fim, a terceira e última etapa consiste na descrição da UFMS e seu PLS, sendo que para isso foi adotado uma pesquisa documental, questionário e entrevistas semiestruturadas, realizadas com o Presidente da Comissão Gestora do PLS e com o membro da referida comissão, com o objetivo de subsidiar a elaboração de uma proposta de aprimoramento das ações relacionadas ao conteúdo mínimo de divulgação, conscientização e capacitação (DCC) do PLS e seus respectivos indicadores.

O fluxograma da Figura 2 resume as etapas da pesquisa e definição da amostra.

Figura 2: Etapas da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora

O capítulo a seguir versará sobre o PLS das Universidades Federais Brasileiras.

4 O PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Este capítulo está dividido em dois tópicos. O primeiro trará informações específicas dos Planos de Gestão de Logística Sustentável das universidades federais, tais como as regiões do país que os implantaram e os percentuais de práticas aplicadas. Já o segundo apresentará as ações de divulgação, conscientização e capacitação mais destacadas.

4.1 PLANOS DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL PUBLICADOS E AS AÇÕES DE DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO

O intuito deste tópico é apresentar os números relacionados aos PLS's das UF's e suas ações de DCC.

A tabela 1 demonstra o percentual de UF's que publicou o PLS e também qual região do país possui o menor número de adesão.

Tabela 1: Número de universidades federais por região e que publicaram o PLS

Região	Qtd (UF)	Qtd (PLS)	% de UF com PLS/Região
Centro-Oeste	5	3	60%
Nordeste	18	6	33%
Norte	10	4	40%
Sudeste	19	4	21%
Sul	11	5	45%
Total	63	22	-

Fonte: Elaborada pela autora

A região Centro-Oeste possui cinco UF's e três delas adotaram o PLS, ou seja, 60% da região possuem o plano. A região Sul possui onze UF's e cinco delas possuem o PLS, gerando um percentual de 45%. A região Norte possui dez UF's e quatro implantaram o PLS, com um percentual de 40%. A região Nordeste possui dezoito UF's e seis delas possuem o PLS, gerando um percentual de 33%. Por fim, a região Sudeste, possui dezenove UF's e é a que menos aderiu ao PLS, com o quantitativo de apenas quatro, gerando um percentual de 21%.

De acordo com a IN nº10/2012-MPOG (BRASIL, 2012b), o PLS é importante para estabelecer práticas sustentáveis e para racionalizar os gastos e processos dos órgãos governamentais, além de estimular a transparência e acesso à informação. As normas que regem o PLS discriminam o prazo de cento e oitenta dias contados a partir da data de sua

publicação para que toda a Administração elabore e publique seus respectivos planos. Por conseguinte, adotar o PLS é uma obrigação da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional e das empresas estatais dependentes. Porém, a partir dos dados coletados, percebe-se que o PLS não abrangeu todas as universidades federais do país. Os dados mostram a grande demanda que a Administração Pública possui para se alinhar na sustentabilidade. Uma possível razão para a não adesão total de todas as UF's ao PLS é a recente entrada em vigor das referidas normas.

O objetivo do Quadro 5 é apresentar a relação de UF's que já possuem Relatórios de Acompanhamentos bem como o período ou ano de implantação de seus respectivos PLS's. Relatórios Anuais de Acompanhamentos constam como exigência da IN nº 10/2012 - MPOG, que estabelece que devam ser disponibilizados nos sites de cada órgão ou entidade (BRASIL, 2012b). Dessa forma, tais Relatórios foram pesquisados nos sites institucionais de cada UF.

Quadro 5: Relação entre UF x Ano x Relatórios

Universidade Federal	Ano de implantação do PLS	Relatórios
UFC	Implantado em 2013	Não
UFCSPA	Implantado em 2013	Não
UFERSA	Implantado em 2013	Sim
UFFS	Implantado em 2013	Não
UFG	Implantado em 2013	Sim
UFGD	Implantado em 2014	Não
UFMA	Implantado em 2014	Não
UFMS	Implantado em 2014	Sim
UFOPA	Implantado em 2014	Não
UFPB	Implantado em 2013-2015	Não
UFRA	Implantado em 2014	Sim
UFRB	Implantado em 2013	Sim
UFRR	Implantado em 2013	Não
UFS	Implantado em 2013-2016	Não
UFSC	Implantado em 2013	Sim
UFSJ	Implantado em 2013	Não
UFSM	Implantado em 2013-2015	Sim
UFT	Implantado em 2013	Não
UFTM	Implantado em 2015	Não
UFVJM	Implantado em 2013	Não
UNIFAL	Implantado em 2013	Sim
UTFPR	Implantado em 2013	Não

Fonte: Elaborado pela autora

Das 22 universidades federais no país, apenas oito elaborou o Relatório de Acompanhamento, exigência a qual deverá ser cumprida ao final de cada ano para que evidencie o desempenho de cada órgão ou entidade. De acordo com o Serviço Social da Indústria (SSI), os relatórios de avaliação são objetos de cidadania, de educação, instrumentos de informações que servirão para prováveis adaptações futuras, assim como de divulgação aos

stakeholders, aumentando o controle social e a prestação de contas das ações do governo. Deverão ser divulgados de forma clara e objetiva empregando-se gráficos, tabelas e resumos (SSI, 2010). O TCU, ao exercer atividades de controle externo, possui competência para realizar inspeções nas unidades do Poder Executivo (BRASIL, 1992). Dessa forma, os Relatórios de Acompanhamento e os PLS das universidades federais, poderão sofrer recomendações do tribunal.

A Tabela 2 classifica os tipos de ações de DCC adotadas pelas 22 UF's pesquisadas bem como seus respectivos percentuais. Ao classificar a tabela, agruparam-se as práticas de acordo com o art. 8º incisos de I ao VII da IN 10/2012/MPOG. Também duas categorias foram criadas, denominadas de "plano" e "educação ambiental", a fim de ajudar na interpretação da tabela.

"Plano" tem como objetivo a gestão do PLS, tais como a criação de sites, divulgação de seminários que tenham como tema o PLS, dentre outras. Já o conceito da categoria "educação ambiental" está de acordo com a Lei 9.795 de 1999, conhecida por Política de Educação Ambiental e que tem por fundamento a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente (BRASIL, 1999). Por exemplo: divulgar as normas ligadas à sustentabilidade com o propósito de que sejam mais conhecidas e seguidas; exposição de banner sobre sustentabilidade e meio Ambiente (Semana da Geografia); educar a população quanto à importância da sustentabilidade, dentre outras. Entende-se que as duas categorias criadas contemplam ações que tratam de todos os sete temas do PLS indiretamente.

Tabela 2: Práticas sustentáveis x Percentuais

Práticas Sustentáveis	Quantidade	Percentual
Água e esgoto	26	8%
Coleta seletiva	45	14%
Compras e contratações Sustentáveis	29	9%
Deslocamento de pessoal	21	7%
Educação ambiental	59	19%
Energia elétrica	33	10%
Material de consumo	53	17%
Plano	22	7%
Qualidade de vida no trabalho	29	9%
Total	317	100%

Fonte: Elaborada pela autora

A Tabela 2 demonstra que a maioria das práticas está na categoria educação ambiental (19%). Em seguida revelaram-se as práticas voltadas para material de consumo (17%); coleta seletiva (14%); energia elétrica (10%) e qualidade de vida no trabalho (9%); água e esgoto (8%). Deslocamento de pessoal e planos (7%) foram os percentuais menos expressivos.

4.2 BENCHMARK DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Após coletar e organizar as ações de DCC das UF's observou-se que há inúmeras ações vagas, que não informam a maneira de como serão executadas. Por exemplo: "campanhas de conscientização de escolha de produtos sustentáveis para o setor de compras", "estimular, por meios de campanha de conscientização, o uso de copos reutilizáveis" e "promover campanhas de conscientização de energia elétrica". À vista disso, este tópico identificou com base na classificação da Tabela 2, algumas ações diferenciadas, com o objetivo de construir um instrumento de fácil consulta para gestores universitários.

Quadro 6: Água e esgoto

UF	Descrição da Ação
UFSC UFMS	Divulgar através de site específico as informações relativas ao consumo de água, custos e medidas de eficiência.
UNIFAL	Campanha de Economia de Água na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.
UNIFAL	Realizar campanhas de conscientização sobre a redução do consumo de água junto aos alunos, servidores, terceirizados e visitantes.
UFS	Aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios das questões da água e do esgoto.
UFSC	Estimular o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos que proponham soluções aos problemas relacionados ao tema água e saneamento enfrentados pela esfera administrativa da UFSC.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 6 revela ações sobre água e esgoto. A preocupação maior é de conscientizar a comunidade acadêmica para que haja redução do desperdício. Para o uso eficiente, é necessário despertar no corpo de funcionários e alunos a importância evitar o desperdício. As ferramentas utilizadas são campanhas de conscientização, divulgação e elaboração de trabalhos.

Quadro 7: Coleta seletiva

continua...

UF	Descrição da Ação
UFRB	Criar um espaço para discussões nas Redes Sociais com promoção de campanhas educativas com a publicação de folder eletrônico, faixas e adesivos para coleta seletiva.

Quadro 7: Coleta seletiva

continuação...

UF	Descrição da Ação
UFC	Fazer uma campanha para que os equipamentos de informática que não estão sendo utilizados sejam devolvidos para o patrimônio, para que sejam classificados em inservíveis e o restante seja destinado à doação, mediante convênio com escolas públicas.
UFSC UFMS	Criar uma plataforma visual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária
UFC	Realizar campanha de incentivo, comunicação e sensibilização a toda comunidade acadêmica sobre reciclados.
UFFS	Elaborar um treinamento com os servidores da T.I. para que a segregação dos materiais eletrônicos queimados sejam armazenadas para posterior destinação, em local coberto.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 7 demonstra ações sobre a coleta seletiva. Algumas das ações possuem baixo custo de implantação, o que facilita seu desenvolvimento por outras universidades. Entende-se como coleta seletiva a "coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição" (BRASIL, 2010a). A referida Lei traz como responsáveis pela geração de resíduos sólidos, qualquer pessoa física e/ou jurídica. Ou seja, todos possuem responsabilidades, porém, a universidade poderá estimular o uso da reciclagem como modo de geração de empregos, além de colaborar com o meio ambiente. As ações destacadas mostram a criação de um espaço nas redes sociais voltado para o tema, que, além de reduzido investimento, permite livre acesso e participação da população. Outro destaque se refere às ações sociais voltadas para doações de equipamentos de informática para escolas públicas.

Quadro 8: Compras e contratações sustentáveis

UF	Descrição da Ação
UFSC	Incentivar a participação dos pregoeiros em cursos de capacitação para o exercício de suas atividades e a atenção aos critérios de compras e contratações sustentáveis, extensivo a toda a equipe do Setor de Compras e demais membros do setor administrativo que lidam com a catalogação de produtos e elaboração de Termos de Referência.
UFERSA	Realizar treinamento de técnicos administrativos para elaboração de editais para compras sustentáveis.
UFS	Aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios de realizar compras sustentáveis, através do estímulo ao desenvolvimento de trabalhos científicos e tecnologias que abordem o tema.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 8 trata de compras e contratações sustentáveis. A Lei 12.462 de 2011 traz o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC (BRASIL, 2011a). O RDC, em seu art. 4º § 1º inciso II elucida que nas licitações e contratos sejam utilizados produtos, equipamentos e serviços que possam assegurar a redução de energia e de recursos naturais. É

importante aplicar cursos de capacitação aos pregoeiros para que tenham não apenas o conhecimento desta lei, como também possam optar pela proposta mais vantajosa, respeitando o *Triple Bottom Line*.

Quadro 9: Deslocamento de pessoal

UF	Descrição da Ação
UFRB UFTM	Realizar campanha de incentivo a utilização dos meios eletrônicos de comunicação, evitando com isso deslocamentos desnecessários dos servidores, como por exemplo: videoconferência e envio eletrônico de documentos.
UFC	Grupo "Carona UFC". Nele, os alunos se dividem entre alunos voluntários que oferecem caronas de diversas partes de Fortaleza e alunos que não possuem carro. No mesmo grupo, é disponibilizada uma planilha que visa à informatização desta iniciativa. Buscam sistematizar o Carona UFC através da distribuição de adesivos aos voluntários como forma de identificá-los e assegurá-los.
UFC	Prever espaço para bicicletários nos prédios novos.
UFSM	Realizar licitação para aquisição das bicicletas. Difundir o uso de bicicletas para a locomoção dos servidores, docentes e discentes no campus.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 9 trata das ações sobre deslocamento de pessoal. Tais ações são amplas, abrangendo servidores técnicos, docentes e discentes. Ao utilizar dos diversos meios de comunicação eletrônicos, os servidores poderão otimizar seu tempo. A sistematização de caronas pode diminuir a emissão de gases poluentes e auxiliar na melhoria do trânsito local. Por fim, ao adquirir bicicletas, a comunidade acadêmica poderá se beneficiar com um meio de transporte sustentável.

Quadro 10: Educação ambiental

UF	Descrição da Ação
UFC	Semana do Meio Ambiente - oficinas de cultivo de hortas em pequenos espaços, aproveitamento de resíduos domésticos, distribuição de mudas de essências arbóreas nativas para arborização urbana e debates voltados para os públicos interno e externo.
UFMA	Projeto de Comunicação para a Sustentabilidade: Estimular, por divulgação de autoria ou por premiação, a participação de alunos e servidores na elaboração das campanhas.
UFS	Divulgar informações e recursos sobre sustentabilidade na orientação de novos funcionários.
UFS	Realizar programas educativos através da Rádio UFS.
UFTM	Elaborar cartilhas educativas visando a divulgação de informações ambientais e ações sustentáveis para alunos, servidores e público externo.
UFFS	Grupo de pesquisa em Energias Renováveis e Sustentabilidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 10 contém o tema educação ambiental. A Lei 9.795, de 1999 (BRASIL, 1999) apresenta o conceito como a construção de valores que despertem no indivíduo a preocupação com a questão ambiental. Todas as ações propostas dirigem-se para além do campus, pois se acredita no poder de transformação que tais ações possuem. Dessa

forma, as ações já elencadas são voltadas para professores, técnicos e para a comunidade em geral.

Quadro 11: Energia elétrica

UF	Descrição da Ação
UFFS	Os alunos bolsistas e/ou voluntários realizarão uma revisão de literatura a respeito do aquecedor solar ecológico.
UFERSA	Capacitar a equipe responsável pela elaboração de especificações técnicas para projetos, construções, reformas e aquisição de bens e serviços que envolvam o consumo de energia elétrica.
UFMS	Capacitação de Gestão Energética Sustentável.
UFERSA	Reforçar o trabalho de conscientização, através de campanhas que promovam o uso racional de energia elétrica. Realizar acompanhamento dos resultados.
UFSC	Criar homepage direcionada a divulgação das informações do consumo de energia à comunidade universitária.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 11 trata do tema energia elétrica. A Lei 10.295 de 2001 visa a eficiência de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente (BRASIL, 2001a). Ressalta-se a importância do incentivo da pesquisa no desenvolvimento de soluções. Também a colaboração de toda a comunidade acadêmica para diminuir o consumo, para isso, a criação de *homepage* sobre o tema e a realização de campanhas, possui grande alcance, assim como a capacitação de servidores.

Quadro 12: Material de consumo

UF	Descrição da Ação
UFG	Campanha de revisão dos documentos antes de imprimir.
UFMS	Lançar a campanha “Adote uma caneca”, afixando cartazes por todos os Câmpus.
UFSC	Criar um programa de inclusão digital para os ingressantes na comunidade da UFSC, a fim de estimular o uso amplo das plataformas digitais, para redução de cópias e impressões, a exemplo: Moodle pelos acadêmicos e professores e o SPA (UFSC Sem Papel) pelos servidores.
UFC	A UFC também introduziu em seus banheiros, frases de indução ao consumo consciente de papel higiênico, água e limpeza.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 12 trata de material de consumo. A IN nº 10/2012-MPOG, em seu artigo 2º inciso VIII traz a definição de material de consumo como aquele que "perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos". As ações destacaram o uso correto de papel para imprimir documentos, uso de garrafinhas e realização de campanhas para despertar o uso de plataformas digitais. Incentivar com que os servidores utilizem canecas e garrafinhas e imprimir folhas frente e verso, poderão favorecer para a economia de

recursos e poupar o meio ambiente. Porém, algumas ações terão resultados a curto prazo, por outro lado, outras dependerão de maior engajamento da comunidade universitária.

Quadro 13: Plano

UF	Descrição da Ação
UFMA	Promover curso de capacitação para os representantes do PLS nas diversas unidades.
UFS	Criar uma página específica para o plano.
UFRA	Incentivar a participação de servidores e colaboradores da UFRA em cursos, seminários e congressos relacionados à temática da logística sustentável.
UFTM	Implantar Caixinhas de Ideias Sustentáveis em locais estratégicos da universidade e estimular a utilização do fale conosco, via web (página eletrônica do PLS).
UFRB	Elaborar folders eletrônicos, banners e adesivos relacionadas a temas da logística sustentável.

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 13 se refere ao tema plano. As ações em destaque mostram a importância de divulgação do PLS, assim como a realização de cursos de capacitação que abranjam o tema. O PLS foi implantado no ano de 2012 destacando a intenção de que os órgãos públicos se tornem mais sustentáveis. Para isso é necessário que ocorram mudanças nas maneiras de alocar os recursos da universidade.

Quadro 14: Qualidade de vida no trabalho (QVT)

UF	Descrição da Ação
UFRB	Criar espaço no site da UFRB destinado a divulgar artigos e textos sobre temas relacionados a qualidade de vida no ambiente de trabalho.
UFSJ	Realizar palestras nos campi sobre o tema ergonomia e QVT.
UFFS	Cursos de capacitação em Saúde e Segurança do trabalho, em Primeiros Socorros, Prevenção e Combate a Incêndios.
UFERSA	Realizar cursos semestrais voltados a terapias ocupacionais.
UFSJ	Realizar palestras nos campi sobre o tema saúde e alimentação.

Fonte: Elaborado pela autora.

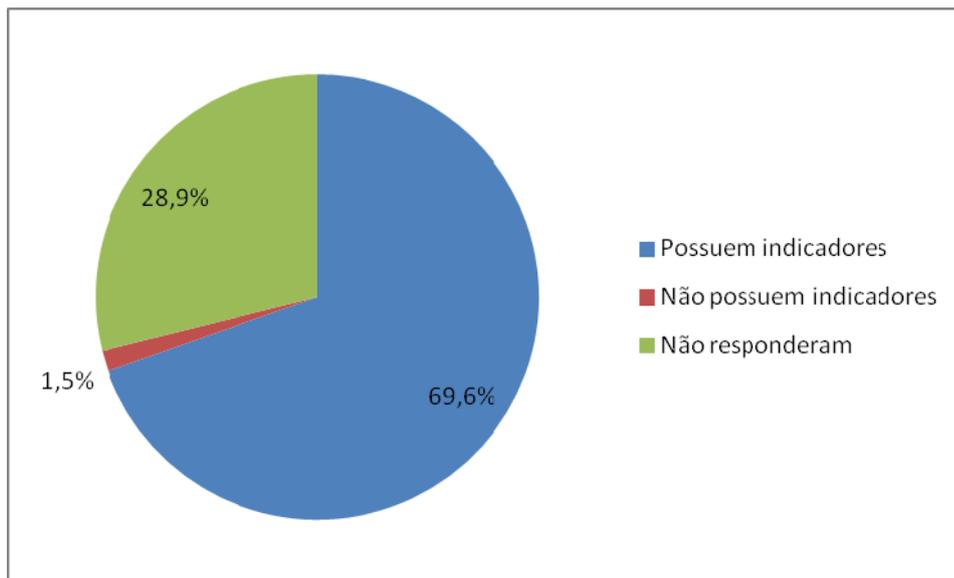
O Quadro 14 trata da qualidade de vida no trabalho. A preocupação com a saúde e bem estar dos servidores é demonstrada através de palestras, cursos e seminários sobre o tema. Embora algumas ações somente terão repercussão a médio e longo prazos, percebe-se que as universidades dispõem de ideias práticas capazes de gerar mudanças não apenas em seu interior.

4.3 AÇÕES DE DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO E SEUS INDICADORES

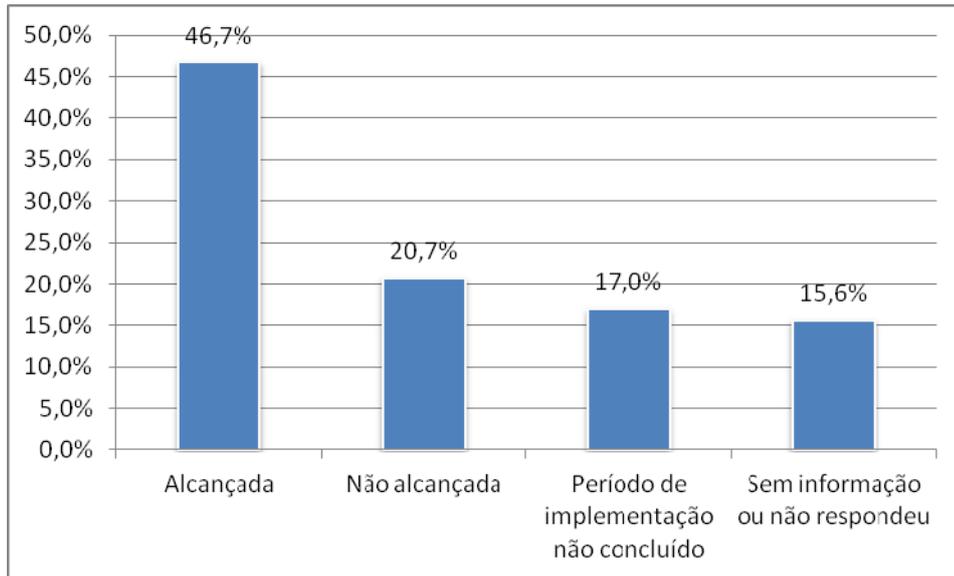
Para que fosse possível identificar as práticas das universidades federais relacionadas ao requisito mínimo de divulgação, conscientização e capacitação do Plano de Gestão Logística Sustentável e seus respectivos indicadores, elaborou-se um questionário individualizado para cada instituição que autorizou sua participação, no total de sete. Os questionários foram construídos tendo como base os PLS's e Relatórios de Acompanhamentos das universidades respondentes, contendo aproximadamente de 15 a 30 questões. Para cada ação identificada foi questionado se houve alteração no indicador e na meta informada e para aqueles que não possuíam informação sobre indicador e/ou meta, perguntou-se da existência de tais indicadores e alcance das metas.

Os Gráficos 1 e 2 traduzem o que foi percebido pela análise dos sete questionários, expressos em percentuais.

Gráfico 1: Existência de indicadores



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 2: Alcance da metas

Fonte: Elaborado pela autora

Das 135 perguntas respondidas sobre ações de DCC, 69,6% das UF's possuem indicadores definidos, 1,5 % não possuem e 28,9% não responderam.

Também, verificou-se que a maior parte das metas (46,7%) foram alcançadas. Não foram alcançadas 20,7%; 17% não concluíram o período de implementação e 15,6% não possuem informações ou não responderam.

Em seguida serão apresentados os resultados dos questionários de cada uma das instituições que participaram da pesquisa. Maiores detalhes encontram-se no Anexo 4.

4.3.1 Universidade 01

As perguntas sobre ações de DCC foram retiradas do PLS da universidade, disponível na página da web. Perguntou-se da existência de Relatório de Acompanhamento e constatou-se que o mesmo estava disponível no site, constando como a 1ª Avaliação Semestral (Dezembro/2014).

Quanto às metas de DCC elaboradas pela universidade, foi respondido que a maioria delas foram alcançadas 54%, 28% não foram alcançadas e 9% não concluíram o período de implementação. Para 9% das perguntas formuladas, o respondente não possui informação ou não respondeu.

A universidade informou nos documentos do PLS objetivo, ação e meta. Portanto, para cada ação de DCC, foi perguntado se adotava algum indicador e qual seria. Do total 68,1 % das ações de DCC possuem indicadores e 31,9% o respondente não informou.

Sete indicadores foram encontrados no total. São eles: número de capacitação realizada; campanhas realizadas; percentual de papel reduzido; número de ações realizadas; página criada; material elaborado/divulgado e percentual de copos descartáveis. Sendo que os indicadores: campanhas realizadas e número de capacitações realizadas, foram adotados como indicador para duas ou mais ações.

Ao analisar os indicadores tendo em conta a descrição da ação, seu objetivo e meta foram identificadas algumas características, divididas em dois grupos:

O primeiro grupo trata-se dos indicadores: número de capacitação realizada, número de ações realizadas, campanha realizada e página criada. Possuem as características de serem claros e simples, obedecendo aos critérios de um bom indicador. Para que sejam mensurados com maior precisão, é necessário elaborar efetivas fórmulas de cálculo.

Já o segundo grupo trata-se dos indicadores: percentual de papel reduzido, percentual de copos descartáveis e material elaborado/divulgado. Tais indicadores são investigativos, ou seja, seus dados são fáceis de serem pesquisados. Os gestores poderão comparar com as referências que possuem e seus procedimentos não carecem de muita complexidade. Portanto, são quantificáveis, confiáveis, que permitem observar a eficiência e auxiliam a tomada de decisão dos gestores.

No final do questionário foi aberto um espaço para sugestões e comentários do respondente. Em suas palavras, sobre o PLS, foi informado que *"não teve alteração de metas e objetivos desde o seu início. Sendo assim, nós neste ano de 2016 estamos elaborando o nosso segundo ciclo, pois pensamos nas ações para dois anos"*. Esta universidade ainda se encontra no processo de desenvolvimento das atividades, motivo pelo qual o entrevistado aponta que ainda será implementado a segunda etapa do PLS.

4.3.2 Universidade 02

As perguntas sobre ações de DCC foram retiradas do PLS da universidade, disponível na página da web. Perguntou-se da existência de relatório e foi respondido que existe relatório sobre as atividades, porém não está disponível no site.

Quanto às metas de DCC elaboradas pela universidade, foi respondido que 33,4% delas foram alcançadas e 8,3% não concluíram o período de implementação. Para 58,3% das perguntas formuladas, o respondente não possui informação ou não respondeu.

A universidade informou nos documentos do PLS objetivo, ação e meta para algumas ações e, no entanto, para outras apenas objetivo e ação. Portanto, para cada ação de DCC, perguntou se adotava algum indicador e qual seria. No caso da ausência de informações sobre as metas, perguntou se há meta relacionada com a ação. Do total 25% das ações de DCC possuem indicadores e 75% o respondente não informou.

Três indicadores foram encontrados no total. São eles: comprovação de eficiência energética, campanha virtual realizada e percentual de materiais reduzidos.

Ao analisar os indicadores tendo em conta a descrição da ação, objetivo e meta, foram identificadas algumas características, divididas em dois grupos.

A primeira delas trata-se dos indicadores: comprovação de eficiência energética e campanha virtual realizada. Para o primeiro item é possível verificar, através de certificação e descrição técnica dos itens adquiridos pelos agentes de compras, se possuem algum tipo de economia. À segunda caberá apenas informar quais campanhas foram feitas, não permitindo aos gestores medirem a eficácia e efetividade da ação.

Já a segunda trata-se do indicador: percentual reduzido. Tal indicador é investigativo, ou seja, fácil de pesquisar. A redução do consumo poderá gerar comparações com o período anterior, oferecendo aos gestores dados precisos e disponíveis, possibilitando o alcance de metas com maior precisão. A relação custo-efetividade se dá por ser um indicador executável e de baixo custo, facilmente identificável.

No final do questionário foi aberto um espaço para sugestões e comentários do respondente. Em suas palavras, o PLS de 2013 *"está em fase de conclusão, tão logo esta etapa se encerre, os resultados serão divulgados no site da Instituição"*. Também justificou que *"ações sobre os projetos de pesquisa desenvolvidas por docentes e comunidade acadêmica, cujo os resultados ainda não foram apresentados à administração (...)"*. Tendo em vista a afirmação do respondente, não se obteve maiores informações sobre as ações desenvolvidas, pois os relatórios não foram devidamente finalizados.

4.3.3 Universidade 03

As perguntas sobre ações de DCC foram retiradas do PLS da universidade, disponível na página da web. Perguntou-se da existência de Relatório de Acompanhamento e constatou-se que também está disponível no site

Quanto às metas de DCC elaboradas pela universidade, foi respondido que a maioria delas foram alcançadas 53,6 % e 39,3 % não foram alcançadas. 7,1 % não concluíram o período de implementação.

A universidade informou nos documentos do PLS objetivo, ação, indicador e meta. Portanto, para cada ação de DCC, questionou-se sobre os resultados obtidos. Do total, todas as ações de DCC possuem indicadores.

Dezessete indicadores foram encontrados no total. Para melhor análise, dividiu-se em dois grupos.

O primeiro grupo trata de: quantidade de descarte correto/descarte total, número de cartuchos registrados, quantidade consumida, número de campanhas realizadas, número de viagens realizadas e número de viagens substituídas, controle estabelecido, almoxarifado criado, legenda utilizada para diagnóstico organizacional após ronda setorial, seminário realizado e ação realizada. Possuem as características de serem claros e simples, obedecendo aos critérios de um bom indicador. Para que sejam mensurados com maior exatidão, é necessário que sejam elaboradas efetivas fórmulas de cálculo.

O segundo grupo se refere a: valor gasto com telefonia fixa/ano, variação do consumo anual, percentual de servidores capacitados, consumo anual de resmas de papel por aluno e consumo de copos descartáveis por aluno. São indicadores que expressam a relação entre duas variáveis, ou seja, poderão ser mais precisos quanto à realidade. É possível mensurar os valores e posterior compará-los com períodos distintos. Também usufruem de representatividade, confiabilidade e sensibilidade, pois os dados são precisos e capazes de atender às expectativas dos gestores, pois são claros. No que tange à medição do consumo de papeis e copos dos alunos, percebe-se a abrangência do cálculo. Medição por setor/unidade poderá gerar dados mais precisos.

Os indicadores: número de campanhas realizadas, legenda utilizada para diagnóstico organizacional após ronda setorial, ação realizada, campanhas realizadas, valor gasto com telefonia fixa/ano, variação do consumo anual e consumo de copos descartáveis por aluno, foram adotados como indicador para duas ou mais ações.

No final do questionário foi aberto um espaço para sugestões e comentários do respondente. Com relação aos mesmos, informou que *"a greve que ocorreu em 2015 comprometeu significativamente o processo de implantação do PLS; diversas ações foram*

suspensas por falta de pessoal. Entretanto, observamos que a atual crise financeira que todas as universidades federais estão enfrentando pode ser uma grande oportunidade de valorização das ações do PLS, já que têm como resultado final, a redução de custos operacionais da instituição". A afirmativa acima trata-se das situações limitantes das instituições públicas em diversos ramos e que há muito tempo se perpetua.

4.3.4 Universidade 04

As perguntas sobre ações de DCC foram retiradas do PLS da universidade, disponível na página da web. Perguntou-se da existência de Relatório de Acompanhamento e foi respondido que foi elaborado, porém não se encontra disponível no site.

Quanto às metas de DCC elaboradas pela universidade, foi respondido que a maioria delas não foram alcançadas 77,8%, 11,1% foram alcançadas e 11,1% não concluíram o período de implementação.

A universidade informou nos documentos do PLS objetivo, ação, indicador e meta e para esse grupo foi perguntado quais os resultados obtidos. Também se perguntou sobre a existência de indicador. Do total 66,7 % das ações de DCC possuem indicador, 11,1% não possuem e 22,2% o respondente não informou.

Seis indicadores foram encontrados no total. São eles: número de acessos ao portal, número de servidores capacitados anualmente, número de órgãos participantes na licitação da universidade, número de viagens realizadas/ano, número de bicicletas utilizadas/ano e número de licitações com esse critério/ano.

Ao analisar os indicadores tendo em conta a descrição da ação, seu objetivo, meta e indicadores, foram identificadas algumas características:

Tais indicadores, embora sejam de simples e fáceis de calcular, caberão os gestores analisar se a situação investigada está melhorando ou não e quais as possíveis mudanças a serem implementadas. Portanto, tal grupo de indicador, se estiver acompanhado de fórmula de cálculo, poderá ser comparável com períodos distintos e então orientar a tomada de decisão.

No final do questionário foi aberto um espaço para sugestões e comentários do respondente. Em suas palavras *"ao PLS do próximo biênio 2016-2017, diferentemente do PLS do biênio 2013-2015, estamos revisando boa parte dos prazos e das ações, metas, indicadores e objetos, de forma que consigamos realizar as medições e os monitoramentos dos indicadores plenamente, para iniciarmos o processo de gestão e redução de consumo dos recursos e alcance de metas bem definidas baseadas nos perfis levantados pelos*

indicadores". Com esta resposta, percebe-se que o PLS desta universidade ainda se encontra no processo de revisão de suas ações e análises de indicadores, talvez para que tenha uma melhoria em seu andamento.

4.3.5 Universidade 05

As perguntas sobre ações de DCC foram retiradas do PLS da universidade, disponível na página da web. Perguntou-se da existência de Relatório de Acompanhamento e foi respondido que está em período de elaboração.

Quanto às metas de DCC elaboradas pela universidade, foi respondido que a maioria foram alcançadas 71,5%, 14,5 % não foram alcançadas e 9,5% não concluíram o período de implementação. Para 4,5 % das perguntas formuladas, o respondente não possui informação ou não respondeu.

A universidade informou nos documentos do PLS ação, meta, indicador e prazo. Perguntou do cumprimento dos prazos e sobre os resultados alcançados. Todas as ações de DCC possuem indicador.

Quatorze indicadores foram encontrados no total. Ao analisá-los, tendo em conta a descrição da ação, seu objetivo, meta e indicadores, foram identificadas algumas características. Para melhor análise, foram divididos em três grupos:

O primeiro trata de: número de servidores capacitados na sua área de atuação, número de pessoas que utilizam caronas como transporte, número de campanhas lançadas, número de campanhas realizadas, número de trabalhos registrados, número de acessos às plataformas através de um programa de inclusão digital, número de acessos ao site, ação realizada e publicação no site. Caracteriza-se por utilizar de apenas uma variável e por simples contagem numérica.

Já o segundo grupo trata de: volume economizado por litros de água destilada e diminuição do número de cópias e impressões. Neste grupo é possível ter medição e os resultados gerados possuem seletividade ou importância. Porém, as prioridades de ações não foram definidas.

Por fim, o último grupo: percentual de adesão por unidades, percentual de pessoas capacitadas e percentuais de administradores de edifícios capacitados. Tal grupo possui representatividade, confiabilidade e sensibilidade, pois os dados gerados são precisos. Para se ter um bom indicador, é necessário que haja mensuração e comparação para que então os

tomadores de decisões comparem as informações com períodos anteriores, gerenciando mudanças e voltando-se para alcance de resultados.

No final do questionário foi aberto um espaço para sugestões e comentários do respondente. Em suas palavras *"realizar a avaliação de um PLS não é tarefa fácil devido a complexidade da administração de uma universidade. Algumas vezes existe progresso em sustentabilidade por fatores não previstos no plano, como eventos diversos no campus que promovem a consciência da comunidade acadêmica em relação aos problemas ambientais. Os planos devem ter metas quantificáveis e indicadores de acompanhamento. Cada meta pode estar articulada com várias ações, que devem ter também algum indicador que permita acompanhar a sua execução"*.

O respondente afirmou que nesta primeira versão do PLS *"não foram definidos indicadores para as metas, mas para as ações. Notem que em muitos casos, algumas ações não foram realizadas, mas a meta ligada às mesmas foi alcançada"*. Ao que tudo indica muitos fatores têm contribuído para que a avaliação do PLS não se concretize na sua totalidade. O respondente entende a importância dos indicadores para as ações, e a necessidade de serem criados mecanismos para melhor acompanhamento da efetivação do plano em todo seu processo.

4.3.6 Universidade 06

As perguntas sobre ações de DCC foram retiradas do PLS da universidade, disponível na página da web. Perguntou-se da existência de Relatório de Acompanhamento e foi respondido que não possui.

Quanto às metas de DCC elaboradas pela universidade, foi respondido que a maioria não concluiu o período de implementação 60,8 % e 13,1% foram alcançadas. Para 26,1% das perguntas formuladas, o respondente não possui informação ou não respondeu.

A universidade informou nos documentos do PLS objetivo e ação. Portanto, foi perguntado se possuía metas e indicadores. Porém, algumas ações de DCC apresentavam objetivo, ação e indicador, e dessa forma questionou-se a existência de metas e se houveram mudanças no indicador. 43,5% das ações de DCC possuem indicadores, porém, há indicadores para mais de uma ação. 52,2 % não possuem e 4,3% não foram respondidas.

Doze indicadores foram encontrados no total. Ao analisá-los, tendo em conta a descrição da ação, seu objetivo, meta e indicadores, foram identificadas algumas características. Para melhor análise, foram divididos em quatro grupos:

O primeiro trata de: compras sustentáveis, logística reversa, reciclagem de resíduos, programa de reciclagem, renovação do uso de papel A4, consumo per capita, correspondências internas tipo memorando, CI e ofícios, incluindo requisições diversas via eletrônica. Percebe-se a preocupação da universidade com economia de material de consumo. Porém, é necessária a transformação dessas informações em ferramentas de monitoramento e avaliação, para que então possa gerar comparações de resultados e oferecer subsídio aos gestores para tomada de decisão.

Já o segundo grupo trata de: tratamento de todo esgoto e reutilização da água, quantidade de água consumida per capita. Trata-se de indicadores de grande amplitude, ao passo que deveriam ser fáceis de analisar.

O terceiro refere-se a: campanhas de economia (água e energia), campanhas educativas, inseridas nos intervalos dos programas da rádio da universidade. Neste grupo não oferece informações sobre o desempenho da ação, pois não é possível analisar o grau de impacto das campanhas.

Por fim, o último grupo: porcentagem de objetos com critérios de sustentabilidade estabelecidos, porcentagem de pessoas capacitadas. Sua importância se dá ao possibilitar comparações entre períodos distintos e ser de fácil leitura e interpretação.

Com relação às sugestões e comentários do respondente desta universidade, *"em 2013 foi instituída a comissão do PLS com a finalidade de implantar o plano (...). Essa comissão formulou o PLS entretanto, devido a fatores adversos não foi implantado em sua plenitude. Em 2015, foi criado o NGA que a partir de 2016, assumiu a responsabilidade de gerenciar (...). No momento, estamos em fase de avaliação dos erros e acertos para em seguida programarmos adequadamente as ações vinculadas as metas. O PLS foi planejado mas não executado em sua totalidade. A comissão inicial foi dissolvida e somente este ano esta sendo retomado, com o PLS inserido no NGA"*. Nota-se que a universidade em questão está em um processo ainda incipiente de implementação do PLS tendo em vista as diversas dificuldades apontadas pelo respondente.

O capítulo 5 apresentará o diagnóstico da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, alvo do estudo, com suas peculiaridades.

5 DIAGNÓSTICO ORGANIZACIONAL

Este capítulo está dividido em três tópicos. O primeiro trata de maneira específica da UFMS, desde sua fundação até o presente compromisso em alcançar a sustentabilidade. Já o segundo e o terceiro tópico, trazem informações específicas sobre o PLS da UFMS. O segundo apresenta a entrevista realizada com o Presidente, e o terceiro apresenta entrevista e questionário aplicados com membro, ambos da Comissão Gestora do PLS na UFMS. A finalização deste capítulo se dará com o Quadro 15, em que resume as informações obtidas.

5.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) originou-se em no ano de 1962 quando foi implantada a Faculdade de Farmácia e Odontologia, na cidade de Campo Grande. A partir de então nascia o ensino superior público no sul do Estado de Mato Grosso (UFMS, 2015b).

Já em 1966, os referidos cursos foram então incorporados ao Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande (ICBCG), reformulando suas estruturas e também criando o curso de Medicina. No ano seguinte, na cidade de Corumbá, nascia o Instituto Superior de Pedagogia e em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras. Dessa forma amplifica a rede pública estadual de ensino superior (UFMS, 2015b).

Com a intenção de constituir os três Institutos - Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas - a Lei Estadual nº 2.947 de 16 de setembro de 1969 criou a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT). Pouco tempo depois, em 1970 os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados foram incorporados à UEMT (UFMS, 2015b).

Com a divisão do Estado de Mato Grosso, ocorreu a federalização da instituição, passando a ser chamada de Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (Lei Federal de nº 6.674 de 05 de julho de 1979), e o Centro Pedagógico de Rondonópolis incorporou-se a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). O Campus de Dourados (CPDO) transformou-se na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), com a Lei nº 11.153 de 29 de julho de 2005 (UFMS, 2015b).

É na sede em Campo Grande que funcionam as unidades setoriais formadas pela Escola de Administração e Negócios (ESAN); Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS); Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS); Faculdade de Computação

(Facom); Faculdade de Direito (Fadir); Faculdade de Medicina (Famed); Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (Famez); Faculdade de Odontologia (Faodo); Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e Geografia (Faeng); Instituto de Matemática (INMA), Instituto de Química (INQUI) e Instituto de Física (INFI). Para descentralizar o ensino, possui dez campi: Aquidauana; Bonito; Chapadão do Sul; Corumbá; Coxim; Naviraí; Nova Andradina; Paranaíba; Ponta Porã e Três Lagoas (UFMS, 2015b).

De acordo com o Sistema de Informações de Ensino da UFMS, a referida Universidade possui 160 cursos de graduação, com um quadro docente de 1.675 professores. Quanto a pós-graduação ofertada, conta com 62 cursos de especializações, 35 cursos de mestrados e 14 cursos de doutorados. Também possui alguns cursos de ensino a distância (UFMS, 2016).

As Pró-Reitorias estão dispostas na Organização Administrativa, tendo a incumbência de supervisionar e assessorar a implementação e o funcionamento das atividades relacionadas às suas áreas de atuação, coordenação dos planos e programas de sua competência, encaminhar à Reitoria relatórios com os resultados dos programas das ações de sua competência, propor normas gerais aos Conselhos Superiores e outras funções previstas (UFMS, COUN, 2011).

De acordo com o Manual de Competências da UFMS a instituição possui sete pró-reitorias (UFMS, 2013a). São elas:

- PRAD (Pró-Reitoria de Administração): responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação do sistema administrativo contabilidade e finanças;
- PREG (Pró-Reitoria de Ensino e Graduação): responsável pela administração, coordenação, supervisão e avaliação dos cursos de graduação;
- PREAE (Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis): responsável pelo planejamento, orientação, coordenação e avaliação das atividades de extensão, assistência estudantil e apoio à cultura e desporto;
- PROPLAN (Pró-Reitoria de Planejamento): responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação do sistema de planejamento, orçamento e relações institucionais;
- PROPP (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação): responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação das atividades de pesquisa, de pós-graduação, de desenvolvimento tecnológico e de inovação e empreendedorismo.
- PROGEP (Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho): responsável pela superintendência, planejamento, coordenação, orientação e execução da administração de pessoal e de recursos humanos;

- PROINFRA (Pró-Reitoria de Infraestrutura): responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação das atividades de infraestrutura e apoio logístico aos campi.

Para fins desse trabalho considera-se a PROGEP de grande importância por ser ela a Pró-Reitoria a elaborar o Plano de Capacitação Anual servidores da carreira técnico-administrativa; promover o levantamento e análise das necessidades de treinamento; elaborar e executar o programa de capacitação e qualificação dos servidores; supervisionar os treinamentos das diversas unidades da universidade; promover a participação dos servidores nos programas de desenvolvimento de recursos humanos; promover a integração funcional dos novos servidores; promover treinamento com e para outras entidades; promover a contratação de serviços de desenvolvimento de recursos humanos; proceder a elaboração de projetos de curso de capacitação para oferecimento aos servidores da Instituição; oferecer e acompanhar cada curso através dos relatórios dos coordenadores e instrutores envolvidos no processo; efetuar a emissão e registro de Certificados de cursos de Capacitação oferecidos; solicitar pagamentos de instrutores, coordenadores, empresas prestadoras de serviços e demais fornecedores, que envolvem a capacitação, solicitar convênios com outras Instituições para capacitar ou qualificar servidores de carreira; realizar a organização de eventos relacionados a integração e aprendizagem dos servidores da UFMS; efetuar o cadastro e a manutenção de dados dos cursos de capacitação encerrados. Percebe-se, então que além da responsabilidade de levantar treinamentos, oferecer cursos e os avaliar, também desenvolve indicadores que possibilitem o acompanhamento da gestão de pessoal e promove programas de assistência, acompanhamento, aconselhamento e orientação de recursos humanos (UFMS, 2013a).

Já a PROINFRA propõe normas para o funcionamento dos serviços de infraestrutura, transporte, logística sustentável, telefonia, manutenção e serviços gerais; dá suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão nos campi, observando os princípios da sustentabilidade, da transparência pública, do uso eficiente de recursos na obtenção de melhores resultados à sociedade; supervisiona os serviços de manutenção de bens móveis e imóveis, conservação, paisagismo, gestão ambiental, de transporte e logística sustentável e manuseio de resíduos nos campi; auxilia no estabelecimento de indicadores de desempenho de gestão no âmbito de sua competência (UFMS, 2013a).

Percebe-se que a PROINFRA está engajada na questão sustentável. Seus eixos estratégicos são as escolhas feitas para alcançar os resultados desejados com o Planejamento do Programa UFMS Sustentável. Dessa forma, seus eixos estratégicos/UFMS sustentável são: gestão de resíduos; obras sustentáveis; eficiência energética; compras sustentáveis; educação e formação em sustentabilidade; segurança e convivência; qualidade no ambiente de trabalho;

eficiência no consumo de água e no uso da rede de esgoto; eficiência nos campi; acessibilidade e urbanismo. Alguns projetos também foram previstos como pegada ecológica, observatório da sustentabilidade, gestão integrada sustentável, dentre outros (UFMS, 2013b).

Com o sentido de tornar a UFMS mais sustentável, seguindo o que consta na Agenda A3P, os preceitos da Responsabilidade Social, do Balanço Social e do Projeto Esplanada Sustentável, a Resolução 124 de 9 de outubro de 2014 do Conselho Diretor implementou o PLS da UFMS, que em seu artigo 2º esclarece que (UFMS, CD, 2014):

(...) é um conjunto de diretrizes e ferramentas de planejamento, de execução, de monitoramento, de avaliação, e de ações corretivas, com suas devidas responsabilizações, para a busca contínua do estabelecimento de melhores práticas de sustentabilidade e de racionalização de gastos e de processos no âmbito institucional, objetivando a excelência de gestão e a redução contínua de impactos ambientais de suas atividades.

Com parâmetro no PLS da referida Universidade, elaborado no ano de 2014, foram encontradas quatorze ações DCC, com base no Relatório do Plano de Ações do ano de 2015 (UFMS, 2015a).

Em seguida, serão apresentadas as entrevistas semiestruturadas realizadas com o Presidente da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável e com o membro da referida Comissão, que tiveram duração de aproximadamente 60 minutos cada uma.

5.2 ENTREVISTA REALIZADA COM O PRESIDENTE DA COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA UFMS

O entrevistado ressaltou que o Conselho do PLS é formado por dois membros da PROINFRA, dois membros da PRAD, dois membros da PROPLAN e dois membros da PROGEP. As pró-reitoras, PREAE e PROPP, não participam do Conselho, porém existem as audiências públicas para a participação de todos.

De acordo com o entrevistado, o tempo necessário para que o PLS desperte mudança na cultura da UFMS é relativo e dependerá principalmente da comunidade. A participação tem melhorado, porém ainda é pequena, e a expectativa é que em cinco anos possa ser observado melhoras.

O entrevistado ressaltou sobre a existência do Programa UFMS Sustentável e do Plano de Gerenciamento de Resíduos (sólidos/líquidos). Esses instrumentos são ações para que

sejam estabelecidas práticas de sustentabilidade, porém, não constam no PLS da instituição.

Para o Presidente, o uso de cartazes e banners são bons instrumentos de divulgação sobre questões pertinentes ao meio ambiente, com resultados percebidos a curto e médio prazos. Ressaltou a importância de que os cursos de capacitação realizados pela PROGEP sejam voltados para questões ambientais e citou como exemplos aqueles que abordem temas voltados para o uso consciente de energia. Destacou que a conscientização de servidores técnicos e docentes caberá à PROGEP, e justificou o motivo como o primeiro contato gerado entre o servidor e a universidade, o que perdurará durante toda vida laboral. Já para os acadêmicos, caberão às unidades, PREAE e PROPP desenvolverem medidas para despertar a consciência ambiental.

Foi abordado também sobre a dificuldade de mensurar a conscientização dos servidores para os temas mínimos água e energia. O entrevistado ressaltou a oscilação existente em determinados períodos, como greves e férias dos servidores, e destacou a importância de se ter um medidor de consumo individual para cada prédio, o que não ocorre atualmente. O respondente sugeriu como parâmetros de medição do consumo de água e energia, a realização de pesquisas que investiguem se a comunidade desliga os aparelhos após o uso.

5.3 ENTREVISTA E QUESTIONÁRIO COM O MEMBRO DA COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA UFMS

O propósito da realização da entrevista com o membro da Comissão Gestora do PLS da UFMS é validar os indicadores.

Para isso, elaborou-se o Quadro 15 contendo 14 práticas selecionadas de DCC retiradas do Plano de Ações do ano de 2015 da UFMS. O intuito era que, no momento da entrevista, o membro justificasse cada ação e cada indicador adotado pela instituição.

Em seguida, foi apresentado o Quadro 16 com sugestões de alterações nos indicadores adotados. Foram explanadas as fórmulas de cálculo criadas e justificadas pela autora para cada ação. Perguntou-se ao entrevistado quais ações deveriam ser permanecidas, alteradas ou excluídas da proposta. Algumas permaneceram, outras foram alteradas e optou-se pela exclusão de 4.

Por fim, foi apresentado o Quadro 17. O quantitativo total foi de 10 práticas de DCC, com sugestões de ações, indicadores e fórmulas de cálculo, justificando cada uma delas. Este

quadro foi concebido com base nos questionários aplicados às seis universidades restantes, com o propósito de selecionar as que possam satisfazer às demandas da UFMS.

Ainda no momento da entrevista, o membro ressaltou que dentre os sete temas mínimos, o mais difícil em atender é a atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental, pois não se tem como prática a inclusão de itens sustentáveis nas aquisições, embora algumas compras já obedeçam a IN nº10/2012-MPOG.

Além das informações das entrevistas descritas acima, serão apresentadas informações obtidas no questionário enviado para o membro da Comissão Gestora do PLS da UFMS, antes da realização da entrevista, que tem o propósito de levantar informações sobre indicadores e metas. Após a apresentação das informações do questionário serão expostos os quadros mencionados anteriormente, sendo que o primeiro faz parte do diagnóstico organizacional e os dois últimos compõem o plano de ação proposto.

Assim como os questionários enviados às universidades federais que aceitaram participar da pesquisa, o questionário da UFMS contou com perguntas sobre ações de DCC que foram retiradas do Relatório do Plano de Ações do ano de 2015, disponível na página da web.

Quanto às metas, a maioria 93,3% foi alcançada e 6,7% não foram alcançadas.

A universidade informou nos documentos do PLS objetivo, ação e indicador. Portanto, foi perguntado se possuía metas e se tiveram mudanças nos indicadores. Verificou-se que todas as ações de DCC possuem indicadores.

Seis indicadores foram encontrados no total. São eles: número de campanhas realizadas, ação realizada, número de atividades realizadas por inativos, número de critérios estabelecidos, número de servidores capacitados e certificados de participação.

Os indicadores: número de campanhas realizadas e ação realizada, foram adotados como indicador para quatro ou mais ações.

O Quadro 15 resume as informações adquiridas. Como mencionado, os objetivos, ações e indicadores foram obtidos a partir do Relatório do Plano de Ações do ano de 2015 da UFMS (UFMS, 2015a). Já a justificativa para cada ação e indicador foi obtida conforme a entrevista junto ao membro da Comissão Gestora do PLS da UFMS.

Quadro 15: Diagnóstico da UFMS

continua...

Objetivo (*)	Ação (*)	Justificativa da Ação (**)	Indicador (*)	Justificativa do Indicador (**)
Promover a efficientização do uso de copos descartáveis	Lançar a campanha “Adote uma caneca”, afixando cartazes por todos os Câmpus	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Ação realizada	São indicadores simples e objetivos
Promover a efficientização no consumo de cartuchos/toner para impressão	Incentivar a comunicação interna digital	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Ação realizada	São indicadores simples e objetivos
Promover a efficientização do uso de papel A4, orientando para reuso e encaminhamento para reciclagem	Lançar a campanha “O papel tem 2 lados”, afixando cartazes em todos os Câmpus	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Ação realizada	São indicadores simples e objetivos
Criar uma base de informação que possibilite a rápida formulação de um parecer técnico, informativo e corretivo	Divulgar através de site específico as informações relativas ao consumo de água, custos e medidas de efficientização oriundas da UFMS	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Ação realizada	São indicadores simples e objetivos
Incentivar e aumentar a promoção de boas práticas sustentáveis	Promover campanhas de conscientização para a redução de desperdício de água, orientando o uso de maneira consciente.	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Número de campanhas de conscientização	São indicadores simples e objetivos
Fortalecer o Programa de Qualidade de Vida na UFMS	Buscar amparo legal para poder introduzir os servidores inativos nas atividades de capacitação da UFMS	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Número de atividades realizadas por inativos	São indicadores simples e objetivos
Fortalecer o Programa de Qualidade de Vida na UFMS	Estimular e ampliar a cultura de capacitação e aprimoramento dos servidores para o cumprimento adequado de suas atribuições	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Número de servidores capacitados	São indicadores simples e objetivos
Compra sustentável - madeira de reflorestamento	Incentivar a participação dos pregoeiros em cursos de capacitação, para o exercício de suas atividades, e a atenção aos critérios de compras e contratações sustentáveis, extensivo a toda a equipe do Setor de Compras e demais membros do setor administrativo que lidam com a catalogação de produtos e elaboração de Termos de Referência.	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Certificados de participação	São indicadores simples e objetivos
Prover maior eficiência na Contratação – Contrato de limpeza e conservação	Campanha de conscientização da contratada e colaboradores da importância da sustentabilidade e cumprimento das cláusulas contratuais correspondentes	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Ação realizada	São indicadores simples e objetivos

Quadro 15: Diagnóstico da UFMS

continuação...

Objetivo (*)	Ação (*)	Justificativa da Ação (**)	Indicador (*)	Justificativa do Indicador (**)
Introduzir critérios de sustentabilidade na compra de veículos automotores e/ou suas manutenções	Conceber e institucionalizar, através de portaria critérios de sustentabilidade para compra de veículos para a UFMS	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Número de critérios estabelecidos	São indicadores simples e objetivos
Aumentar a utilização de transportes coletivos e alternativos pela comunidade universitária	Promover campanhas para incentivo ao uso de transportes alternativos e coletivos como forma de deslocamento até a Universidade, visando à melhoria da qualidade de vida e redução do fluxo de veículos na comunidade de entorno	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Número de campanhas realizadas	São indicadores simples e objetivos
Aumentar a utilização de transportes coletivos e alternativos pela comunidade universitária	Projeto de articulação para aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios de mobilidade enfrentados pela esfera administrativa da UFMS, através do estímulo ao desenvolvimento de trabalhos científicos e tecnologias que abordem o tema	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Ação realizada	São indicadores simples e objetivos
Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas sustentáveis	Criar uma plataforma visual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Ação realizada	São indicadores simples e objetivos
Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas sustentáveis	Promover campanha para redução do consumo de copos descartáveis, incentivado o uso de canecas e garrafinhas, e de papel A4, orientando para o reuso e encaminhamento para reciclagem	As ações estão respaldadas na IN nº10-MPOG/2012	Número de campanhas realizadas	São indicadores simples e objetivos

Fonte:

(*) Retirado do Relatório do Plano de Ações da UFMS (2015a)

(**) Informações obtidas através de entrevista realizada com o membro da Comissão Gestora do PLS da UFMS.

O membro da Comissão Gestora do PLS da UFMS justificou, no momento da entrevista, a escolha das ações de DCC aplicadas pela instituição. Segundo ele, o respaldo está na IN nº10/2012-MPOG, pois tais ações abrangem os sete temas mínimos. Já para os indicadores, a justificativa apresentada é que são simples e objetivos.

Diferente da UFMS, que predominantemente utilizou indicadores simples, as demais universidades participantes da pesquisa elaboraram um grupo significativo de indicadores compostos, o que acarreta em maior possibilidade de comparações de suas ações entre períodos distintos.

O PLS da UFMS carece de detalhes da maneira de como serão executadas determinadas ações. Somente a partir do Relatório de Acompanhamento foi possível perceber suas ações concretizadas, o que demonstra um certo engajamento da instituição nas questões ambientais. No entanto, após quase quatro anos de implantação do PLS, não são todas as universidades federais que elaboraram seus relatórios, exigência da IN nº10/2012-MPOG.

Sobre o conteúdo encontrado, quase todas as universidades pesquisadas afirmam possuir ações para diminuição da quantidade de copos descartáveis, papéis ou toners para impressoras, destacando o interesse na redução de material de consumo das instituições. Ao analisar os documentos e questionários, entende-se que apesar da universidade divulgar, capacitar e conscientizar para a redução da utilização dos materiais descartáveis, tal diminuição dependerá, em muito, da sensibilidade de todos e do comprometimento com a manutenção do meio ambiente.

Como última questão contida no questionário, em que o respondente poderia apontar algum aspecto que não havia sido mencionado, o membro da Comissão Gestora do PLS na UFMS ressaltou que havia necessidade de *"identificar quais agentes-chaves que podem sustentar os processos de divulgação, conscientização e capacitação, considerando a premissa de que deva existir lideranças que influenciem mais ou menos as pessoas"*.

Com esse objetivo, foi elaborado o Plano de Ação, discriminado no capítulo a seguir (Quadro 18).

6 PLANO DE AÇÃO

O plano de ação aqui desenvolvido foi organizado para criar instrumentos para que a UFMS possa atingir seus objetivos em relação ao PLS. Esta pesquisa não dispõe de dados administrativos suficientes para propor metas e prazos. Portanto, trata-se de propostas de melhorias para os indicadores de ações já adotados, assim como novas propostas de ações.

Conforme aponta o Quadro 16, serão apresentadas sugestões de novos indicadores e suas fórmulas de cálculos para o PLS da UFMS. O referido quadro é composto pelos objetivos e ações do Relatório do Plano de Ações do ano de 2015 (UFMS, 2015a), porém, os indicadores, suas fórmulas de cálculo e justificativas foram sugeridas respaldadas no referencial teórico e entrevista com o membro da Comissão Gestora do PLS da UFMS.

Já no Quadro 17 serão apresentadas sugestões de ações de DCC, que foram retiradas dos questionários respondidos pelos responsáveis das sete universidades que participaram da pesquisa. Os critérios adotados para eleger as ações foram: boa descrição da ação e indicador coerente; a não adoção de prática similar pela UFMS; e equilíbrio de ações entre os temas mínimos. Algumas ações relacionadas tiveram sua descrição e/ou indicadores e/ou fórmulas de cálculo alterados com objetivo de apresentar uma sugestão de ação mais adequada para o alcance do objetivo proposto, sendo que as alterações propostas foram baseadas na bibliografia sobre indicadores apresentada anteriormente e entrevista com o membro da Comissão Gestora do PLS da UFMS.

Por fim, o Quadro 18 trouxe a proposta do Plano de Ação. Tal proposta contém os objetivos e ações retirados do Quadro 17, porém, foi acrescentado quais unidades serão envolvidas na elaboração das ações e o tempo de implementação para concretizá-las. Para sua composição procurou selecionar as ações de DCC, respeitando os temas mínimos.

Quadro 16: Revisão dos indicadores e respectivas fórmulas de cálculo das ações propostas no PLS da UFMS 2015

continua...

Objetivo (*)	Ação (*)	Indicador (**)	Fórmula de cálculo (**)	Justificativa do indicador (**)
Promover a eficiência do uso de copos descartáveis.	Lançar a campanha “Adote uma caneca”, afixando cartazes por todos os Câmpus	Percentual evolutivo do consumo de copos	Porcentagem de copos utilizados = (Quantidade de copos utilizados/quantidade total de copos)x100.	Possibilita análise temporal do indicador, o que favorece análise da efetividade das ações através da comparação de resultados.
Promover a eficiência no consumo de cartuchos/toner para impressão	Incentivar a comunicação interna digital	Percentual evolutivo do consumo de toner	Porcentagem de toner utilizados= (Quantidade de toner utilizado/quantidade total de toner)x100	Possibilita verificar o grau de economia de toner, possibilitando aferir se a comunicação interna digital está sendo eficiente. Para complementar, calcular por setor/unidade, possibilitando dados mais precisos.
Promover a eficiência do uso de papel A4, orientando para reuso e encaminhamento para reciclagem	Lançar a campanha “O papel tem 2 lados”, afixando cartazes em todos os Câmpus	Percentual evolutivo da quantidade de resmas utilizadas.	Porcentagem de quantidade de resmas utilizadas = (Quantidade de resmas utilizadas/quantidade total resmas)x100	Possibilita saber se a quantidade de resmas entregues está aumentando ou não. Para complementar, calcular por setor/unidade, possibilitando dados mais precisos.
Fortalecer o Programa de Qualidade de Vida na UFMS	Estimular e ampliar a cultura de capacitação e aprimoramento dos servidores para o cumprimento adequado de suas atribuições	Quantidade de servidores capacitados (indicador já adotado no Relatório de 2015)	Realização de capacitações = Número de servidores capacitados no período	Possibilita analisar se os servidores estão se capacitando.
Compra sustentável - madeira de reflorestamento	Incentivar a participação dos pregoeiros em cursos de capacitação, para o exercício de suas atividades, e a atenção aos critérios de compras e contratações sustentáveis, extensivo a toda a equipe do Setor de Compras e demais membros do setor administrativo que lidam com a catalogação de produtos e elaboração de Termos de Referência.	Certificados de participação (indicador já adotado no Relatório de 2015)	Realização de capacitações de pregoeiros = Número de servidores pregoeiros capacitados no período	Possibilita analisar se os servidores pregoeiros estão se capacitando.

Quadro 16: Revisão dos indicadores e respectivas fórmulas de cálculo das ações propostas no PLS da UFMS 2015

continuação...

Objetivo (*)	Ação (*)	Indicador (**)	Fórmula de cálculo (**)	Justificativa do indicador (**)
Prover maior eficiência na Contratação – Contrato de limpeza e conservação	Campanha de conscientização da contratada e colaboradores da importância da sustentabilidade e cumprimento das cláusulas contratuais correspondentes	Percentual de economia de material de limpeza e conservação	Porcentagem de economia de material de limpeza e conservação = $(\text{Consumo de material de limpeza e conservação atual por metro quadrado} / \text{consumo de material de limpeza e conservação do período anterior por metro quadrado}) \times 100$	Relatório periódico da empresa contratada com o consumo de material de limpeza e conservação. Possibilita análise temporal e o resultado da campanha implementada, medindo a eficiência da economia dos materiais.
Introduzir critérios de sustentabilidade na compra de veículos automotores e/ou suas manutenções	Conceber e institucionalizar, através de portaria critérios de sustentabilidade para compra de veículos para a UFMS	Ação realizada (indicador já adotado no Relatório de 2015)	Critérios estabelecidos	A quantidade de critérios demonstra as ideias para mudança cultural por parte da instituição.
Aumentar a utilização de transportes coletivos e alternativos pela comunidade universitária	Promover campanhas para incentivo ao uso de transportes alternativos e coletivos como forma de deslocamento até a Universidade, visando à melhoria da qualidade de vida e redução do fluxo de veículos na comunidade de entorno	Campanhas realizadas (indicador já adotado no Relatório de 2015)	Realização de campanhas = Número de campanhas realizadas no período	Mensura o esforço realizado no período para atingir o objetivo já que mensurar o incremento do uso do transporte coletivo é muito complexo e inviável.
Aumentar a utilização de transportes coletivos e alternativos pela comunidade universitária	Projeto de articulação para aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios de mobilidade enfrentados pela esfera administrativa da UFMS, através do estímulo ao desenvolvimento de trabalhos científicos e tecnologias que abordem o tema	Percentual de projetos apresentados	Projetos concluídos = $(\text{Projetos concluídos} / \text{projetos apresentados}) \times 100$	Verificar se a quantidade de projetos de pesquisa sobre sustentabilidade está crescendo.

Quadro 16: Revisão dos indicadores e respectivas fórmulas de cálculo das ações propostas no PLS da UFMS 2015

continuação...

Objetivo (*)	Ação (*)	Indicador (**)	Fórmula de cálculo (**)	Justificativa do indicador (**)
Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas sustentáveis	Criar uma plataforma visual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária	Página criada	Quantidade de comentários e visualizações	O uso das redes sociais como mecanismo de divulgação das ações poderá atingir grande número de pessoas com menos recursos. O indicador proposto terá relevância se obedecer a fórmula de cálculo.

Fonte: (*) Retirado do Relatório do Plano de Ações da UFMS (2015a)

(**) Sugestão da autora respaldada pela pesquisa bibliográfica e documental, e entrevista realizada com gestor responsável pelo PLS da UFMS.

Quadro 17: Novas propostas de ações para o aprimoramento do PLS da UFMS

continua...

Objetivo (*)	Ação (*)	Indicador (**)	Fórmula de cálculo (**)	Justificativa do indicador (**)
Descarte sustentável de sucatas de cartuchos e componentes eletrônicos	Campanha para conscientização de componentes eletrônicos para o descarte	Taxa de quantidade total de descarte de componentes eletrônicos	Taxa de descarte de componentes eletrônicos = Quantidade de descarte correto/descarte total	Verificar o volume descartado pela universidade.
Propor ações que possibilitem as unidades administrativas da universidade com a supervisão de um órgão responsável o apoio da comunidade acadêmica, implantar e acompanhar a Coleta Seletiva Solidária	Criação de um espaço para discussões nas Redes Sociais com promoção de campanhas educativas com a publicação de folder eletrônico, faixas e adesivos	Número de campanhas promovidas nas redes sociais	Quantidade de comentários e visualizações	O uso das redes sociais como mecanismo de divulgação das ações poderá atingir grande número de pessoas com menos recursos.

Quadro 17: Novas propostas de ações para o aprimoramento do PLS da UFMS

continuação...

Objetivo (*)	Ação (*)	Indicador (**)	Fórmula de cálculo (**)	Justificativa do indicador (**)
Desenvolver ações para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, estimulando a prática de atitudes saudáveis.	Campanhas educativas sobre prevenção e saúde abordando temas como; diabetes, hipertensão, stress, obesidade, câncer, drogas lícitas e ilícitas, DST,etc.	Percentual de quantidade de exames periódicos anuais e quantidade de servidores participantes	Porcentagem de servidores que realizaram exames = (Quantidade de servidores que realizaram os exames/quantidade de servidores convocados)x100	Através dos exames periódicos direcionados a servidores poderá mencionar o atingimento da campanha. A taxa de realização poderá resultar o índice de adesão.
Formar grupos servidores com foco em promoção à saúde e prevenção de acidentes	Realização de palestras e reuniões	Taxa de servidores acidentados	Taxa de servidores acidentados = Número de servidores acidentados do período anterior/número de acidentados	Entendem-se grupos de servidores como comissões formadas. Aos servidores que participarem do projeto espera-se que seja despertada maior consciência, reduzindo o número de acidentes de trabalho.
Divulgar trabalho de conscientização do uso racional de telefonia fixa e móvel	Conscientizar que a ligação ramal/ramal e ramal/fixo é mais barata que para celular através de CI's enviadas para cada unidade	Taxa de gasto com telefonia mês a mês	Taxa de gasto com telefonia ao mês = Gasto com telefonia no mês atual/gasto com telefonia no mês anterior	Consegue-se mensurar os gastos com telefonia fixa e verificar se a campanha de uso racional de telefonia está surtindo efeito
Redução do consumo de combustíveis e uso de alguns menos agressivos ao ambiente	Utilizar viagens compartilhadas. Divulgar no site específico o itinerário das viagens a serem realizadas para os campi com veículo da instituição com data de partida e chegada preestabelecidos.	Percentual evolutivo de gasto com combustíveis	Percentual da evolução de gasto de gasto com combustível = (gasto com combustível no mês atual/gasto com combustível no mês anterior)x100	Mensurar o gasto de combustível traz maior certeza se a capacitação está atingindo o público alvo.
Conscientizar a comunidade para o uso de transportes alternativos menos poluentes.	Na página da instituição haverá uma campanha que disponibilizará informação sobre os benefícios para a saúde, para o meio ambiente e para o trânsito por meio do uso de bicicletas.	Taxa de uso de bicicletas na comunidade acadêmica	Taxa de incremento de bicicletários na comunidade acadêmica = Número de bicicletários instalados no período/número de bicicletários no período anterior.	Indicador capaz de mensurar o uso de bicicletas na comunidade acadêmica.

Quadro 17: Novas propostas de ações para o aprimoramento do PLS da UFMS

continuação...

Objetivo (*)	Ação (*)	Indicador (**)	Fórmula de cálculo (**)	Justificativa do indicador (**)
Estimular a carona solidária.	Ação de conscientização com a distribuição de adesivos.	Taxa evolutiva de quantidade de veículos no campus	Taxa de evolução da quantidade de veículos no campus = $\frac{\text{Quantidade de veículos atual no campus}}{\text{quantidade de veículos anterior a campanha}}$	Ao mensurar a evolução da quantidade de veículos no campus, poderá verificar em um próximo período quantas pessoas o deixaram de utilizar.
Orientar e informar a comunidade acadêmica sobre as iniciativas efetivadas e os resultados obtidos com PLS, bem como sensibilizar e motivá-los para a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente institucional e nas atividades cotidianas.	Criar uma página específica no portal da universidade para divulgar assuntos do PLS	Página criada	Quantidade de comentários, visualizações e sugestões	O uso das redes sociais como mecanismo de divulgação das ações poderá atingir grande número de pessoas com menos recursos.
Promover o diálogo com a comunidade universitária visando ampliar sua compreensão sobre o significado da sustentabilidade e buscar sinergia nas ações proposta e/ou realizadas	Realização de programas educativos através da Rádio própria da universidade	Quantidade programas realizados	Realização de programas = Número de programas realizados no período.	A realização de programas poderá ser feito em diversos horários e atingir a comunidade acadêmica em grande número.

Fonte: (*) Retirados dos questionários respondidos pelos responsáveis das sete universidades que participaram da pesquisa

(**) Sugestão da autora respaldada pela pesquisa bibliográfica e documental, e entrevista realizada com gestor responsável pelo PLS da UFMS

Quadro 18: Plano de Ação

O QUE?	COMO?	QUEM?	QUANDO?
Descarte sustentável de sucatas de cartuchos e componentes eletrônicos	Campanha para conscientização de componentes eletrônicos para o descarte	PROINFRA	A DEFINIR
Propor ações que possibilitem as unidades administrativas da universidade com a supervisão de um órgão responsável o apoio da comunidade acadêmica, implantar e acompanhar a Coleta Seletiva Solidária	Criação de um espaço para discussões nas Redes Sociais com promoção de campanhas educativas com a publicação de folder eletrônico, faixas e adesivos	NTI	A DEFINIR
Desenvolver ações para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, estimulando a prática de atitudes saudáveis.	Campanhas educativas sobre prevenção e saúde abordando temas como; diabetes, hipertensão, stress, obesidade, câncer, drogas lícitas e ilícitas, DST,etc.	PROGEP	A DEFINIR
Formar grupos servidores com foco em promoção à saúde e prevenção de acidentes	Realização de palestras e reuniões	PROGEP	A DEFINIR
Divulgar trabalho de conscientização do uso racional de telefonia fixa e móvel	Conscientizar que a ligação ramal/ramal e ramal/fixo é mais barata que para celular através de CI's enviadas para cada unidade	PROINFRA (DIPR)	A DEFINIR
Redução do consumo de combustíveis e uso de alguns menos agressivos ao ambiente	Utilizar viagens compartilhadas. Divulgar no site específico o itinerário das viagens a serem realizadas para os campi com veículo da instituição com data de partida e chegada preestabelecidos.	NTI PROINFRA	A DEFINIR
Conscientizar a comunidade para o uso de transportes alternativos menos poluentes.	Na página da instituição haverá uma campanha que disponibilizará informação sobre os benefícios para a saúde, para o meio ambiente e para o trânsito por meio do uso de bicicletas.	NTI PROINFRA PROGEP	A DEFINIR
Estimular a carona solidária.	Ação de conscientização com a distribuição de adesivos.	PROINFRA	A DEFINIR
Orientar e informar a comunidade acadêmica sobre as iniciativas efetivadas e os resultados obtidos com PLS, bem como sensibilizar e motivá-los para a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente institucional e nas atividades cotidianas.	Criar uma página específica no portal da universidade para divulgar assuntos do PLS	NTI	A DEFINIR
Promover o diálogo com a comunidade universitária visando ampliar sua compreensão sobre o significado da sustentabilidade e buscar sinergia nas ações proposta e/ou realizadas	Realização de programas educativos através da Rádio própria da universidade	CCS/RTR	A DEFINIR

Fonte: Elaborado pela autora

O Quadro 16 traz a revisão dos indicadores e respectivas fórmulas de cálculo das ações propostas no PLS da UFMS 2015. Para a elaboração das fórmulas optou-se por indicadores compostos, dentre eles os percentuais. Assim, poderão gerar comparações entre diferentes períodos e melhorar o entendimento do indicador (BRASIL, 2009b). Porém, também utilizou-se indicadores e fórmulas de cálculo simples, que se destacam por expressar valores numéricos, sem grande complexidade. Do total das fórmulas elaboradas para ações de DCC da UFMS definiu-se 5 do tipo porcentagens e 5 do tipo numéricos.

O Quadro 17 elenca novas propostas de ações considerando o objetivo geral desta pesquisa que é, a partir de uma compilação das melhores práticas sustentáveis, propor à área responsável pelo PLS da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, alternativas de aprimoramento das ações de DCC. As ações propostas possuem indicadores que permitem mensurar a melhoria das ações. Para a definição dos indicadores, as unidades de medidas adotadas foram do tipo composto, principalmente o uso de taxas e percentuais. Porém, alguns permaneceram do tipo simples, mantendo-se os já adotados pela UFMS. Do total das fórmulas elaboradas para ações de DCC, elaborou-se 2 do tipo porcentagens, 5 do tipo taxas e 3 do tipo simples.

O Quadro 18 traz as unidades que serão responsáveis pela implantação do Plano de Ação, ou seja, aqueles que darão o primeiro passo para transformar a cultura da instituição. O Plano possui quatro unidades principais. A PROINFRA conta com 5 ações, o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) será responsável por 4 ações, a PROGEP responderá por 3 ações e a Coordenação de Comunicação Social/Reitoria (CCS/RTR) será responsável por 1 ação.

6.1 BENEFÍCIOS DAS PROPOSTAS DO PLANO DE AÇÃO PARA A INSTITUIÇÃO

Pode-se ressaltar três benefícios da proposta do Plano de Ação voltado para a UFMS:

A identificação de que é possível aprimorar as atuais ações de divulgação, conscientização e capacitação, adotando em alguns casos indicadores mais elaborados, que possuam como características ser: coerentes, claros, compreensíveis, confiáveis, comparáveis, relevantes para os usuários e tomadores de decisão.

Sugestões de novas ações de divulgação, conscientização e capacitação, que auxiliarão os gestores a desenvolver os temas mínimos do PLS, já que as ações de DCC influenciam o sucesso das demais ações do PLS, pois essas poderão constituir a sustentabilidade na instituição, fator imprescindível para que obtenha êxito.

Por fim, o aprimoramento do PLS como um todo, pois acredita-se que com a adoção de novas ações e indicadores para as ações de divulgação, conscientização e capacitação, os gestores envolvidos com outras ações do plano poderão se sentir mais motivados a propor melhorias nos indicadores adotados.

No último capítulo, que trata das considerações finais, serão apontados alguns aspectos que foram desenvolvidos no decorrer deste estudo e que foram considerados relevantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como forma de transformar a cultura nos órgãos públicos, foi criado o Plano de Gestão de Logística Sustentável. Sua criação se deu para que sejam estabelecidas práticas sustentáveis, ou seja, ações que desencadeiem a construção de um novo modelo de cultura nas organizações públicas ao incluir critérios de sustentabilidade (BRASIL, 2012b).

O PLS abrange as universidades federais e, de acordo com Severino (2007) a educação universitária é o processo pelo qual se reproduz, conserva, sistematiza, organiza, transmite e universaliza conhecimentos. Também possuem a capacidade de oferecer conhecimentos técnicos e científicos ao corpo discente e também de despertá-los para questões ambientais.

Para tanto, entende-se que as ações de divulgação, conscientização e capacitação são imprescindíveis para que as universidades federais possam alcançar seus objetivos de tornarem-se mais sustentáveis. Neste estudo procurou-se selecionar, validar e elaborar indicadores e suas respectivas fórmulas de cálculo para as ações de divulgação, conscientização e capacitação, adaptadas às peculiaridades da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Para a elaboração, contou-se com a contribuição do "Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores", desenvolvido pelo Ministério do Planejamento (BRASIL, 2009b). Ademais, os estudos que Luiz e Pfitscher (2014) desenvolveram sobre o Plano de Gestão de Logística Sustentável e suas propostas de ações e indicadores socioambientais, foram de grande importância.

Também foi elaborada uma compilação das melhores práticas (Anexo 4) iniciado através de uma pesquisa documental, em cada PLS, para averiguar quais práticas de divulgação, conscientização e capacitação são comumente adotadas pelas universidades. Foi percebido que, grande parte das universidades possuem ações vagas e sequer possuem indicadores. Para contribuir com a instituição pesquisada, foi feito um benchmark com as julgadas melhores práticas, passíveis de adaptações para quem vier a aplicar.

A fim de aprofundar-se no conteúdo mínimo de DCC, foi enviado um pedido de autorização para as universidades federais que adotaram o PLS. Logo após foi constituído um questionário personalizado para aquelas instituições que aceitaram participar da pesquisa a fim de perceber como lidam com suas ações, indicadores e metas. As análises de cada uma poderão ser percebidas no tópico 4.3. O que se observou é que muitas possuem indicadores vagos e amplos. Alguns gestores desconhecem o que seja indicador ou o confundem com o

conceito de meta. Porém, há aquelas que não apenas seguem a legislação como também aprofundam-se em temas e ações. Também foi possível verificar, de modo geral, as inúmeras dificuldades vivenciadas pelas universidades em questão com relação à gestão do PLS e elaboração de relatório.

Para compreender a instituição pesquisada e suas peculiaridades, elaborou-se um breve diagnóstico, destacando-se o papel da PROINFRA e da PROGEP. A primeira por possuir eixos estratégicos dispostos a alcançar uma gestão sustentável. A segunda por elaborar o Plano de Capacitação anual direcionado a servidores.

Por meio de duas entrevistas semiestruturadas foi possível perceber como os gestores do PLS tratam do tema na UFMS. O entrevistado justificou cada ação e indicadores adotados por serem simples e também respeitarem a IN nº10/2012-MPOG. Também se buscou a validação dos indicadores e suas fórmulas propostas, com o propósito de aprimorar as ações já adotadas pela UFMS. Um segundo modelo também foi elaborado, mas dessa vez com práticas subtraídas dos questionários devidamente respondidos, e de igual maneira buscou-se a validação dos dirigentes.

A proposta final foi a elaboração do Plano de Ação, visando atender aos diferentes *stakeholders* da instituição, e procurando respeitar os preceitos do Triple Bottom Line proposto por Elkington, ou seja, os vieses econômico, social e ambiental. Este plano contempla 10 práticas sustentáveis que englobam as ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Tal plano envolve não apenas a participação da PROINFRA e da PROGEP, pró-reitorias destacadas no tópico 5.1 deste estudo. Abrange também o NTI/UFMS e a CCS/RTR. De acordo com o Manual de Competências da UFMS (2013a) o NTI/UFMS é o responsável, dentre outras atividades, por executar as atividades de Tecnologia da Informação da instituição. Para a CCS/RTR, o referido Manual informa que sua obrigação é de contribuir para elaboração de determinados conteúdos de comunicação, como site, jornal, rádio e televisão.

Porém, esta pesquisa sofreu algumas limitações. Além da falta de literatura na área, verificou-se que 65% das universidades federais não possuem o PLS. Entretanto, mesmo sendo instituído por decreto e já regularizado no âmbito nacional, através da IN nº10/2012-MPOG, não há histórico de punição das organizações que não utilizarem o PLS como mecanismo de gestão. Ressalta-se também que a norma não oferece nenhum tipo de vantagem para as organizações que a cumprem. Nesse sentido, esforços devem ser despendidos para que

haja o alcance dos princípios e dos dispositivos legais, incentivando uma fiscalização rigorosa pelos órgãos de controle externo e pelo próprio órgão exercendo o controle interno.

Outra limitação é a falta de elaboração de Relatórios de Acompanhamento. Das 22 universidades federais pesquisadas, apenas 8 delas realizaram o Relatório de Acompanhamento, exigência que foi normatizada para ser cumprida ao final de cada ano. Ressalta-se também que das 22 universidades federais pesquisadas, apenas 7 responderam o pedido de autorização para realização da pesquisa, que detalha as ações, indicadores e metas dos PLS publicados por elas.

Para estudos futuros, identificaram-se algumas oportunidades:

Verificar se as universidades que não possuem o PLS adotam algum programa elencado na IN nº10/2012-MPOG, como o Programa Eficiência do Gasto Público, Programa Nacional de Conservação e Energia Elétrica, Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Coleta Seletiva Solidária, Projeto Esplanada Sustentável e Contratações Públicas Sustentáveis (BRASIL, 2012b). Também investigar os reais motivos de determinadas universidades federais não possuírem o PLS como mecanismo de gestão sustentável. E por fim analisar e levantar propostas para os outros três conteúdos mínimos do PLS, não abordados no presente estudo.

Diante de todo exposto, todos os objetivos propostos foram cumpridos. Porém, a UFMS terá novos desafios pela frente. Transformar a cultura da instituição não será fácil. Entretanto, com o apoio da comunidade e dos dirigentes será possível, paulatinamente, mudar padrões voltados para o uso inapropriado dos recursos para um padrão sustentável, que possa ser visto não como um empecilho, mas sim como uma oportunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002. 101 p. Disponível em: <http://fae.br/2009/mestrado/down/precesso_2012-1/001-O_bom_negocio_da_Sustentabilidade.pdf>. Acesso em: 24 set. 2015.

ARRIAGADA, Ricardo. **Manual diseño de un sistema de medición de desempeño para evaluar la gestión municipal: una propuesta metodológica**. Instituto Latinoamericano y del Caribe de planificación Económica y Social – ILPES, CEPAL. Santiago, Chile, julio 2002. Disponível em:<<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/uneclac/unpan014563.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. atual e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007. 358 p.

BELLEN, Hans Michael Van. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 253 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável**. 2.ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 181p. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/mes_livro.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2016.

BRASIL. Acórdão nº 1.752 de 29 de junho de 2011c. Tribunal de Contas da União. Disponível em:<http://jacoby.pro.br/novo/uploads/sustentabilidade/juris/eficientiza_o_energ_tica/tcu_ac_rd_o_n_1752_2011_plen_rio.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 30 de maio 2015.

_____. Decreto 99.658, de 30 de outubro de 1990a. Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D99658.htm>. Acesso em: 08 abr 2015.

_____. Decreto 4.131, de 14 de fevereiro 2002a. Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4131.htm>. Acesso em: 16 set 2015.

_____. Decreto 5.205, de 14 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5205impresao.htm>. Acesso em: 26 set. 2015.

_____. Decreto 5.707, de 23 de fevereiro de 2006a. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5707.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

_____. Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006b. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____. Decreto 7.404, de 23 de dezembro de 2010d. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm>. Acesso em: 01 de jul. 2016

_____. Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012a. Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/6/2012, Página 9 (Publicação Original). Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7746.htm>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. Lei 8.112, de 11 de Dezembro de 1990b. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8112cons.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

_____. Lei 8.443, de 16 de julho de 1992. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8443.htm>. Acesso em: 03 de jul de 2016.

_____. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 12 set 2015.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm> Acesso em: 01 set 2015.

_____. Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <

<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2015.

_____. Lei 10.295, de 17 de outubro de 2001a. Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10295.htm>. Acesso em: 16 set.2015.

_____. Lei 10.520, de 17 de julho de 2002b. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. 2002b. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10520.htm>. Acesso em: 03 set 2015.

_____. Lei 12.187, de 29 de dezembro de 2009a. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm>. Acesso em: 01 jul 2016.

_____. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010a. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 16 set. 2015.

_____. Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010b. Altera as Leis nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e revoga o § 1º do art. 2º da Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12349.htm>. Acesso em: 01 set. 2015.

_____. Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011a. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12462compilado.htm>. Acesso em: 03 jul. 2016.

_____. Ministério do Planejamento. Secretaria de Gestão. Melhoria da gestão pública por meio da definição de um guia referencial para medição do desempenho da gestão, e controle para o gerenciamento dos indicadores de eficiência, eficácia e de resultados do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização. **Produto 4:** Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores. Brasília, DF. 2009b. 112 p. Disponível em: < <http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2010-12-08.2954571235/Guia%20->

%20Indicadores%20%28versao%20preliminar%20Dez%2009%29.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2015.

_____. Normas de Auditoria do Tribunal de Contas da União, de 5 de julho de 2011b. Secretaria Geral de Administração. Disponível em:<
http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/fiscalizacao_controle/normas_auditoria/BTCU-ESPECIAL-12-de-05-07-2011%20Normas%20de%20Auditoria_0.pdf>. Acesso em: 03 jul. de 2016.

_____. Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001b. Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=273>>. Acesso em: 01 jul. de 2016.

_____. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 1 de 19 de Janeiro de 2010c. Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Disponível em: < <https://www.cti.ufu.br/sites/cti.ufu.br/files/IN-SLTI-01-19Jan2010-Sustentabilidade-Ambiental.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2015.

_____. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012b. Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/141112_IN10.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2015.

CLARO, Priscila Borin de; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista Adm.**, São Paulo, v.43, n.4, p.289-300, out./nov./dez. 2008. Disponível em: <www.rausp.usp.br/download.asp?file=v4304289.pdf>. Acesso em: 01 out. 2015.

COLE, Lindsay. **Assessing sustainability on canadian university campuses:** development of a campus sustainability assessment framework. Canada. Victoria. 2003. Disponível em: <http://neumann.hec.ca/humaniterre/campus_durable/campus_memoire.pdf> Acesso em: 11 dez 2015.

DELORS, Jacques. (coord). **Educação:** um tesouro a descobrir. 9. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC: UNESCO, 2004.

DIAS, Reinaldo. **Responsabilidade social:** fundamentos e gestão. São Paulo, SP. Atlas, 2012. p. 213.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas:** métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ELKINGTON, John. Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, 1994. p. 90-100.

GALLI, Alessandra. **Educação ambiental como instrumento para o desenvolvimento sustentável**. 1.ed. (2008), 3ª reimpressão. Curitiba: Juruá, 2012. 308 p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. In: Cunha, Sandra Baptista da; Guerra; Antônio José Teixeira (orgs). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, p. 2010, 250p.

HAMMOND, Allen. et al. **Environmental indicators: a systematic approach to measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. Washington, DC: World Resources Institut, 1995.

ISO - International Organization of Supreme Standardization. **Environmental Management**. 2015. Disponível em: < <http://www.iso.org/iso/home/standards/management-standards/iso14000.htm> >. Acesso em: 04 jul.2016.

_____. **Risk management**. 2009. Disponível em: < <http://www.iso.org/iso/home/standards/iso31000.htm> >. Acesso em: 04 jul.2016.

_____. **Social responsibility**. 2010. Disponível em: < <http://www.iso.org/iso/home/standards/iso26000.htm> >. Acesso em: 04 jul.2016.

KRUGER, Silvana Dalmutt et al. Gestão ambiental em Instituição de Ensino Superior: Uma análise da aderência de uma Instituição de Ensino Superior Comunitária aos Objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p.44-62, set/dez. 2011. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/viewFile/1983-4535.2011v4n3p44/21979> >. Acesso em: 26 set 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011, 313 p.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, 494 p.

LOPES, José Carlos de Jesus. **Resíduos sólidos urbanos: consensos, conflitos e desafios na gestão institucional da Região Metropolitana de Curitiba – PR**. 2007. 250f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

LUIZ, Lilian Campagnin et al. Inclusão de práticas ambientais nas auditorias realizadas no âmbito de uma instituição federal de educação. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. v3, n. 2. p. 92-112, mai/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.revistageas.org.br/ojs/index.php/geas/article/view/102/pdf>>. Acesso em: 02 set 2015.

LUIZ, Lilian Campagnin; PFITSCHER, Elisete Dahmer. Plano de Gestão de Logística Sustentável: proposição de ações e indicadores socioambientais para avaliar o desempenho nos órgãos públicos federais. IN: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO

EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE. **Anais...** São Paulo, SP. 2014. Disponível em: <<http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/264.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva; FERREIRA, Antônio Francisco Ritter; CÍPOLA, Fabrício Carvalho. Análise do nível de sustentabilidade dos municípios do Estado do Rio de Janeiro: um estudo sob as perspectivas econômica, social e ambiental. **Administração Pública e Gestão Social**. Minas Gerais, Viçosa. vol. 3, n. 4, p. 253-272, out/dez. 2011. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/71#.Vwj7qqQrKhc>>. Acesso em: 23 jan 2016.

MANSANO, Sonia Regina Vargas. O método qualitativo nos estudos sociais aplicados: dimensões éticas e políticas. **Revista Economia e Gestão**. Belo Horizonte, MG, v. 14, n. 34, p. 119-136, jan/mar 2014. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/28776>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5.ed. Atlas, 2003, p. 312. São Paulo, SP.

MARÍN, María Isabel Rivas. Modelo de sistema de gestión ambiental para formar universidades ambientalmente sostenibles en Colombia. **Revista Gestion y Ambiente**. Medellín. v. 14, n.1, p. 151-162, abr. 2011. Disponível em:<<http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/gestion/article/view/25453>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Projeto Desafio da Sustentabilidade**. Brasília, DF. 2014. Disponível em: <<http://premioideiportal.mec.gov.br/edital.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. **Desafio da sustentabilidade**. Brasília, DF. 2015. Disponível em: <<http://premioideiportal.mec.gov.br>>. Acesso em: 06 fev. 2016

MEDEIROS JUNIOR, Geraldo José. Universidade e Responsabilidade Social. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**. Florianópolis, Santa Catarina. 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35681/Geraldo%20Jos%C3%A9%20Medeiros%20J%C3%BAnior%20-%20Universidade%20e%20Responsabilida.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

MENDES, Jefferson Marcel Gross. Dimensões da sustentabilidade. **Revista das Faculdades Santa Cruz**. Curitiba, PR v. 7, n. 2, p. 49-59, jul/dez 2009. Disponível em: <<http://www.santacruz.br/v4/download/revista-academica/13/cap5.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Agenda 21 Global**. Brasília, DF. 1995. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>> Acesso em: 07 de jun 2015.

_____. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3 P)**. 5.ed. Brasília, DF. 2009. 100 p. Disponível em:<

http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf> Acesso em: 21/04/2015.> Acesso em: 21 abr. 2015.

MPOG - MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Portaria Interministerial nº 244**, de 06 de junho de 2012. Projeto Esplanada Sustentável. Publicada no DOU de 08/06/12, seção I, página 137. Brasília, DF. 2012. Disponível em:<http://www.orcamentofederal.gov.br/eficiencia-do-gasto/Ptr_Intermin_244_de_060612.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

PEREIRA, Romilson Rodrigues. **Uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o Tribunal de Contas da União**. Ottawa, Canadá. 2004. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjw_vX0vd3NAhUG7BQKHS-UAUEQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fportal.tcu.gov.br%2Fflumis%2Fportal%2Ffile%2FfileDownload.jsp%3FfileId%3D8A8182A14DB4AFB3014DBAAA21FB3909&usg=AFQjCNEboUAokTMvyNiOt7hociVbTY2NuA&bvm=bv.126130881,d.bGg>. Acesso em: 05 jul. 2016

PETRELLI, Cristina Melim; COLOSSI, Nelson. A quarta via das instituições de ensino superior: a responsabilidade social. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**. Florianópolis, Santa Catarina. vol. 5, n. 13, p.71-83, dez 2005/mar 2006. Disponível em: <<http://revista.crcsc.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/CRCSC/article/viewFile/1153/1082>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

POISTER, Theodore H. **Measuring performance in public and nonprofit organizations**. Jossey-Bass. Wiley, 2003. 289 p. Disponível em: <http://www.untag-smd.ac.id/files/Perpustakaan_Digital_2/NON%20PROFIT%20ORGANIZATION%20Measuring%20Performance%20in%20Public%20and%20Nonprofit%20Organizations.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2016.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2000. 95p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev e atual. São Paulo: Cortez, 2007. p. 304.

SILVA, Antonio Sergio. **Espaço urbano, desigualdade e indicadores de dimensões da Sustentabilidade**: Análise de Formosa-Go. 2011. 296 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, SP, 2011.

SOUSA, Maria da Conceição Pereira; MADRUGA, Lúcia Rejane da Rosa Gama. **Sustentabilidade nas universidades federais à luz da legislação no Brasil**. In: 3º fórum Internacional Ecoinovar, 2014, Santa Maria, RS. Disponível em: <<http://ecoinovar.com.br/cd2014/arquivos/artigos/ECO362.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SSI - SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Regional do Estado do Paraná. Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade – ORBIS. **Construção e Análise de Indicadores**. Curitiba: [s.n.], 2010. Disponível em <<http://www.orbis.org.br/produto/13/indicadores>>. Acesso em 4 mai. 2016.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade**. Rio de Janeiro. Elsevier, 2008. p. 247.

TAUCHEN, Joel Antônio. **Um modelo de gestão ambiental para implantação em Instituições de Ensino Superior**. 2007. 149f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, RS. 2007.

TAUCHEN, Joel; BRANDLI, Luciana Londero. A Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão e Produção**, São Carlos. v. 13, n. 3, p. 503-515, set/dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/11.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2.ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 309 p.

UFC - Universidade Federal do Ceará. **Plano de logística sustentável**. Fortaleza, CE. 2013. Disponível em: <http://www.ufc.br/images/_files/gestao_ambiental/plano_de_logistica_sustentavel_ufc.pdf> Acesso em: 20 abr. 2015.

UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. **Plano de gestão de logística sustentável**. Porto Alegre, RS. 2013. Disponível em: <<http://www.ufcspa.edu.br/ufcspa/institucional/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido. **Plano de gestão de logística sustentável**. Mossoró, RN. 2013. Disponível em: <<http://reitoria.ufersa.edu.br/comissoes/pls/pls/>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul. **Plano de gestão de logística sustentável**. Chapecó, SC. 2013. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br/sustentabilidade/PlanodeGestaoSustentavel.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. Superintendência de compras e licitações. **Manual de contratações e compras sustentáveis da UFFS**. Santa Catarina. 2014. Disponível em: <http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11002&Itemid=>> Acesso em: 05 fev 2016.

UFG. Universidade Federal de Goiás. **Plano de gestão de logística sustentável**. Goiânia, GO. 2013. Disponível em: <https://sustentabilidade.prodirh.ufg.br/up/676/o/original_Site_PLS-UFG_2014-2015.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFGD. Universidade Federal da Grande Dourados. **Plano de gestão de logística sustentável**. Dourados, MS. 2014. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/soc/couni/normas-e-regulamentos/plano-de-gestao-de-logistica-sustentavel-da-ufgd>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFMA. Universidade Federal do Maranhão. **Plano de logística sustentável**. São Luiz, MA. 2014. Disponível em: <<http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/DoGRffJ0NArQL0N.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Histórico da UFMS (2015b)**. Disponível em: <<http://www-nt.ufms.br/institution/view/id/15>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

_____. **Manual de Competências (2013a)**. Disponível em: <http://cpar.sites.ufms.br/files/2014/09/Manual-de-Compet%C3%Aancias-da-UFMS.pdf?_ga=1.231505759.1596435093.1407197580>. Acesso em: 16 dez. 2015.

_____. **Plano de Gestão de Logística Sustentável**. Campo Grande, MS. 2014. Disponível em: <<http://wwwnt.ufms.br/manager/titan.php?target=openFile&fileId=2546>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

_____. **Pró-reitoria de Infraestrutura (2013b)**. Disponível em: <http://proinfra.sites.ufms.br/?page_id=90>. Acesso em: 20 dez. 2015.

_____. Pró-reitoria de Infraestrutura. **Relatório do Plano de Ações (2015a)**. Disponível em: <http://proinfra.sites.ufms.br/files/2015/02/Relat%C3%B3rio_PLS_2015.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2016.

_____. **Resolução CD nº 124**, de 09 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2015/11/resolucao_n%C2%BA_124_de_9_de_outubro_plano_de_logistica_sustentavel_pls.pdf> Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. **Resolução COUN nº 78**, de 22 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://cpcx.sites.ufms.br/files/2015/10/Regimento-UFMS.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

_____. **Sistema de informações de Ensino da UFMS**. Disponível em: <<http://www.sien.ufms.br/cursos/busca>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas. **Plano de gestão de logística sustentável**. Alfenas, MG. 2013. Disponível em: <<http://www.unifal-mg.edu.br/portal/arquivos/pls-unifal-mg.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará. **Plano de logística sustentável**. Santarém, PA. 2014. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/arquivo/docdiv/2015/plano-de-logistica-sustentavel>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFPB - Universidade Federal da Paraíba. **Plano de logística sustentável**. João Pessoa, PB. 2013. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/universidade-federal-da-paraiba.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia. **Plano de logística sustentável**. Belém, PA. 2014. Disponível em: <<http://www.propladi.ufra.edu.br/index.php/ct-menu-item-9>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Plano de logística sustentável.** Cruz das Almas, BA. 2013. Disponível em: <http://www1.ufrb.edu.br/logisticasustentavel/images/PLS_UFRB.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFRR - Universidade Federal de Roraima **Plano de logística sustentável.** Boa Vista, RR. 2013. Disponível em: <<http://proplan.ufr.br/index.php/planejamento/pls>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFS - Universidade Federal de Sergipe. **Plano de logística sustentável.** São Cristóvão, SE. 2013. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/universidade-federal-de-sergipe.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. **Plano de gestão de logística sustentável.** Florianópolis, SC. Disponível em: <<http://pls.ufsc.br/files/2013/08/Relatorio-Publicado-PLS3.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFSJ - Universidade Federal de São João del Rei. **Plano de gestão de logística sustentável.** São João del Rei, MG. 2013. Disponível em: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/assets/conteudo/uploads/universidade-federal-de-sao-joao-del-rei.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. **Plano de gestão de logística sustentável.** Santa Maria, RS. 2013. Disponível em: <<http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/arquivos/78289d73-cac5-45ff-9cc6bdb3200a109b.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UFT - Universidade Federal de Tocantins. **Plano de gestão de logística sustentável.** Palmas, TO. 2013. Disponível em: <<http://download.uft.edu.br/?d=bc490772-fec0-4e5e-b174-992092eef949;1.0:Plano%20de%20Gest%C3%A3o%20de%20Log%C3%ADstica%20Sustent%C3%A1vel.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro. **Plano de gestão de logística sustentável.** Uberaba, MG. 2015. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

UFU - Universidade Federal de Uberlândia. Diretoria de Sustentabilidade Ambiental. **Manual de Gerenciamento de Resíduos Químicos.** Minas Gerais, Uberlândia, 2014. Disponível em: <<http://www.sustentavel.ufu.br/sites/sustentavel.ufu.br/files/files/anexos/2014-03-05%20-%20LRQ%20-%20Manual%20para%20Gerenciamento%20de%20Res%C3%ADduos%20Qu%C3%ADmicos.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2016.

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. **Plano de gestão de logística sustentável.** Diamantina, MG. 2013. Disponível: <http://www.ufvjm.edu.br/cppd/formularios/doc_view/2541-relatorio-do-plano-de-logistica-sustentavel.html?lang=pt_BR.utf8%2C+pt_BR.UT>. Acesso em: 21 abr. 2015.

UNITED NATIONS. Framework Convention on Climate Change. Adoption of the Paris Agreement. 2015. Disponível em:
<<http://unfccc.int/resource/docs/2015/cop21/eng/109.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal Do Paraná. **Plano de gestão de logística sustentável**. Guarapuava, PR. 2013. Disponível em:
<<http://www.utfpr.edu.br/guarapuava/estrutura-universitaria/assessorias/plano-de-logistica-sustentavel>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

ANEXOS

ANEXO 1: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos Vossa Senhoria a participar da pesquisa intitulada **PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL E SEUS INDICADORES: O REQUISITO MÍNIMO DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS** sob a responsabilidade da pesquisadora Samyra Cordeiro Franco.

Esta pesquisa objetiva elaborar um banco de ações relacionadas ao requisito mínimo divulgação, conscientização e capacitação do Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS) e seus respectivos indicadores para Universidades Federais.

Caso a Vossa Senhoria aceite em participar da pesquisa, será encaminhado eletronicamente um questionário, com questões abertas, com uma previsão de tempo gasto em responder por volta de uma hora, que buscará conhecer os indicadores de cada prática sustentável adotada e será aplicado individualmente com os responsáveis pelo PLS das diferentes Universidades Federais que possuem o PLS como mecanismo de gestão sustentável.

A participação é voluntária, e fica garantido a recusa em responder alguma questão, caso se sinta constrangido, sem prejuízo em sua participação, fica garantida a sigilosidade dos dados fornecidos que ficará sob a guarda da pesquisadora durante 5 anos, e após este período será descartado de forma adequada. Informamos que ao aceitar participar da pesquisa, vossa senhoria não obterá ganhos financeiros e nem dispêndios de recursos. Leia com atenção o que se segue e contate-me caso tenha alguma dúvida. O questionário será enviado por e-mail pela pesquisadora Samyra Cordeiro Franco.

Os resultados obtidos serão comunicados a Vossa Senhoria e à Instituição a qual pertence via e-mail. Vossa contribuição nessa pesquisa será muito importante, no entanto, é de caráter voluntário e poderá deixar de participar a qualquer tempo caso sinta algum tipo de constrangimento em responder às perguntas.

Ao surgirem dúvidas em relação à pesquisa, vossa senhoria poderá entrar em contato com a pesquisadora por meio do e-mail: samyra_scf@hotmail.com. O “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” será enviado via correio eletrônico, para ser preenchido, assinado e escaneado, e posterior devolução para o mesmo endereço eletrônico, cada uma das partes (participante e pesquisador) ficará com uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE.

Caso tenha alguma dúvida quanto a sua participação na pesquisa entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP/UFMS pelo telefone (067) 3345-7187.

Campo Grande, de de 2016

Eu, _____

_____ aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido (a).

Telefone para contato com a Pesquisadora Samyra Cordeiro Franco: 55 67 xxxx
xxxx

ANEXO 2: Roteiro de entrevista com o Presidente da Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFMS

Nome:

Formação acadêmica:

Cargo na UFMS:

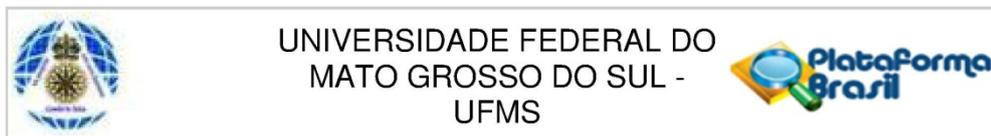
Tempo de serviço na UFMS:

O PLS da UFMS atende aos requisitos mínimos solicitados pela legislação:

- I - Atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II - Práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III - responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano;
- IV - ações de divulgação, conscientização e capacitação (Decreto 7.746 de 5 de junho de 2012)

1. Qual foi a(s) maior(es) dificuldades em atendê-los?
2. Em sua opinião, qual o tempo necessário para que o PLS desperte mudanças na cultura da UFMS?
3. Existe alguma prática sustentável relevante adotada pela UFMS que não consta no PLS?
4. Sobre os indicadores: O que o senhor considera como um bom indicador de divulgação, conscientização e capacitação?
5. Em sua opinião qual das ações de divulgação, conscientização e capacitação terão resultados mais favorável a curto, médio e longo prazo?
6. Em sua opinião qual dos sete temas mínimos é mais fácil e difícil de implantar? Por que?

ANEXO 3: Parecer do Comitê de Ética Pública da UFMS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL E SEUS INDICADORES: O REQUISITO MÍNIMO DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL E SEUS INDICADORES: O REQUISITO MÍNIMO DIVULGAÇÃO, CONSCIENTIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.

Pesquisador: Samyra Cordeiro Franco

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 51429815.0.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.345.638

Apresentação do Projeto:

Pesquisa qualitativa, envolvendo o levantamento e sistematização de dados a respeito das práticas de sustentabilidade ambiental em universidades federais brasileiras.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo desta pesquisa é elaborar um banco de ações relacionadas ao requisito mínimo divulgação, conscientização e capacitação do Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS) e seus respectivos indicadores para Universidades Federais. Após a elaboração do referido banco de ações será desenvolvido um plano de aprimoramento para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Por se tratar de tema com baixo potencial de polêmica e procedimentos não invasivos, os riscos são mínimos. Os benefícios são mais que satisfatórios.

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 1.345.638

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Das 63 UFs do Brasil, 22 apresentam Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS). A pesquisadora enviou carta-convite a todas, sendo que 7 responderam. Estas 7 constituirão a amostra da pesquisa. Serão enviados questionários aos enviar questionários para os supervisores ou coordenadores do Plano de Gestão de Logística Sustentável de cada Universidade via correio eletrônico a fim de inquirir quais os indicadores utilizados para cada prática.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta autorizações institucionais, devidamente assinadas, de 7 Universidades Federais: UFFS, UFS, UFMS, UFG, UFSC, UFSM, UFRB. Apresenta instrumento de coleta de dados (questionário com 14 questões). Apresenta TCLE, dentro dos padrões

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_634612.pdf	30/11/2015 08:30:57		Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	30/11/2015 08:29:55	Samyra Cordeiro Franco	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.doc	28/11/2015 11:42:20	Samyra Cordeiro Franco	Aceito
Outros	UFRB.pdf	28/11/2015 11:11:43	Samyra Cordeiro Franco	Aceito
Outros	Questionario.docx	27/11/2015 15:29:27	Samyra Cordeiro Franco	Aceito
Outros	UFSM.pdf	27/11/2015 15:29:01	Samyra Cordeiro Franco	Aceito
Outros	UFSC.pdf	27/11/2015 15:28:32	Samyra Cordeiro Franco	Aceito
Outros	UFS.pdf	27/11/2015 15:27:57	Samyra Cordeiro Franco	Aceito
Outros	UFMS.pdf	27/11/2015 15:27:32	Samyra Cordeiro Franco	Aceito

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br



Continuação do Parecer: 1.345.638

Outros	UFG.pdf	27/11/2015 15:27:17	Samyra Cordeiro Franco	Aceito
Outros	UFFS.pdf	27/11/2015 15:27:03	Samyra Cordeiro Franco	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	27/11/2015 15:26:49	Samyra Cordeiro Franco	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPO GRANDE, 01 de Dezembro de 2015

Assinado por:
PAULO ROBERTO HAIDAMUS DE OLIVEIRA BASTOS
 (Coordenador)

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
Bairro: Caixa Postal 549 **CEP:** 79.070-110
UF: MS **Município:** CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 **Fax:** (67)3345-7187 **E-mail:** bioetica@propp.ufms.br

ANEXO 4: Compilação das melhores práticas sustentáveis das Universidades Federais

Prática I: Material de consumo compreendendo, pelo menos, papel para impressão, copos descartáveis e cartuchos para impressão;

Sub-prática 1: Papel

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Reduzir o consumo médio de resmas de Papel A4

Ação: Campanha para a utilização sustentável das impressões

Meta: Reduzir o consumo médio de resmas de papel em 2%

Indicador: Consumo anual de resmas de papel por aluno

Sub-prática 2: Papel

Universidade: Universidade 05

Objetivo:

Ação: Criar um programa de inclusão digital para os ingressantes na comunidade da Universidade 05, a fim de estimular o uso amplo das plataformas digitais, para redução de cópias e impressões, a exemplo: Moodle pelos acadêmicos e professores e o SPA (universidade 05 sem papel) pelos servidores

Meta: Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas de sustentabilidade

Indicador: N° de acessos às plataformas

Sub-prática 3: Material de consumo

Universidade: Universidade 04

Objetivo: Aumentar a compra e o consumo de produtos sustentáveis

Ação: Criação de um portal da DAC para manter os usuários informados sobre os produtos sustentáveis agregados no catálogo incluindo um canal de comunicação virtual com os usuários para o envio de dados e sugestões

Meta: Divulgar as ações praticadas pela Divisão de Almoxarifado Central - DAC

Indicador: Número de acessos ao portal

Sub-prática 4: Material de consumo

Universidade: Universidade 02

Objetivo: Implementar práticas sustentáveis, reduzir o consumo e aumentar a eficiência dos recursos naturais, através de informações oriundas do âmbito virtual.

Ação: Campanha “virtual” 05 R da educação ambiental: reduzir o consumo; reutilizar materiais; reciclar; repensar o uso e consumo de produtos e recusar produtos de origem prejudicial ao meio ambiente.

Meta: Conscientização da comunidade acadêmica sobre a implementação de práticas sustentáveis. Preservação e otimização dos recursos naturais. Responsabilidade ambiental.

Indicador: Campanha virtual via e-mail

Sub-prática 5: Material de consumo

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Campanhas sobre as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços

Ação: Campanhas de divulgação de destinação dos materiais impressos, de copos descartáveis

Meta: Incentivar boas práticas pela comunidade acadêmica

Indicador: Campanha realizada

Sub-prática 6: Material de Consumo

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Criar canal de divulgação para trocas e transferências de materiais e equipamentos entre setores, com o intuito de incrementar prática já existente de seu reaproveitamento.

Meta: Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas de sustentabilidade

Indicador: Ação realizada

Sub-prática 7: Material de consumo

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Promover campanhas para redução do consumo de copos descartáveis, incentivando o uso de canecas e garrafinhas, e de papel A4, orientando para o reuso e encaminhamento para reciclagem

Meta: Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas de sustentabilidade

Indicador: Percentual de adesão por unidades (Administrativas e de Ensino)

Sub-prática 8: Material de consumo

Universidade: Universidade 04

Objetivo: Aumentar a compra e o consumo de produtos sustentáveis

Ação: Criação de um almoxarifado para produtos químicos. Capacitar os servidores para o recebimento correto dos produtos.

Meta: Aprimorar a recepção dos produtos químicos

Indicador: Não informado

Sub-prática 9: Material de consumo

Universidade: Universidade 04

Objetivo: Aumentar a compra e o consumo de produtos sustentáveis

Ação: Pesquisa junto aos departamentos didáticos com o objetivo de conhecer a situação em relação ao consumo de copos descartáveis, papéis e cartuchos de impressora. Utilizar os dados de pesquisa realizada por acadêmica do Mestrado Profissional em Gestão Pública.

Meta: Realizar diagnóstico nos Centros de Ensino, especificamente nos seus departamentos didáticos, quanto ao uso de materiais de consumo

Indicador: Não informado

Sub-prática 10: Material de consumo

Universidade: Universidade 06

Objetivo: Os campi da Universidade 06 serão desperdício zero em resíduos.

Ação: Promover campanhas para redução de consumo de copos descartáveis, incentivando o uso de canecas e garrafinhas, e de papel A4, orientando para o reuso e encaminhamento para reciclagem.

Meta: reciclagem dos copos (Eng. Materiais) transformando em outros objetos, reciclagem de pepéis, memorando eletrônico

Indicador: Programa de reciclagem; Renovação do uso de papel A4,

Sub-prática 11: Copos descartáveis

Universidade: UFMS

Objetivo: Promover a efficientização do uso de copos descartáveis

Ação: Lançar a campanha “Adote uma caneca”, afixando cartazes por todos os Câmpus

Meta: Não informada

Indicador: Ação realizada

Sub-prática 12: Copos descartáveis

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Reduzir o consumo médio de copos descartáveis.

Ação: Campanha de sensibilização para conscientizar os servidores a reduzirem o consumo de copos descartáveis.

Meta: Reduzir o consumo médio de copos descartáveis em 2%.

Indicador: Consumo anual de copos descartáveis por aluno.

Sub-prática 13: Copos descartáveis

Universidade: Universidade 02

Objetivo: Reduzir o consumo de copos descartáveis, visando preservação de recursos naturais. Incentivar que cada pessoa utilize mais de uma vez cada copo plástico. Evitar o uso de copos descartáveis.

Ação: Campanha para diminuir o uso de copos descartáveis (cada servidor ter sua caneca/garrafa para água).

Meta: Redução do Consumo de Recursos Naturais. Conscientização sobre a importância do tema. Responsabilidade ambiental.

Indicador: Conscientização através de memorando do setor de Almoxarifado

Sub-prática 14: Cartuchos para impressão

Universidade: UFMS

Objetivo: Promover a efficientização no consumo de cartuchos/toner para impressão

Ação: Incentivar a comunicação interna digital

Meta: Não informada

Indicador: Ação realizada

Sub-prática 15: Cartuchos para impressão

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Desenvolvimento de estudo de viabilidade de padronização do parque de impressoras

Ação: Campanha para dar preferência ao uso de mensagens eletrônicas (e-mail) na comunicação evitando o uso de impressão para economia do cartucho

Meta: Reduzir o consumo de cartuchos em 2%

Indicador: Variação do Consumo anual (saMneT)

Sub-prática 16: Cartuchos para impressão

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Desenvolvimento de estudo de viabilidade de padronização do parque de impressoras.

Ação: Campanha para dar preferência à utilização de impressão com estilo de fonte de texto capaz de economizar tinta ou toner.

Meta: Reduzir o consumo de cartuchos em 2%.

Indicador: Variação do Consumo anual (saMneT)

Sub-prática 17: Cartuchos para impressão

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Descarte sustentável de sucatas de cartuchos e componentes eletrônicos

Ação: Campanha para conscientização de envio de cartuchos, toners e componentes eletrônicos ao dMP para o descarte

Meta: Descartar de forma correta 50% dos cartuchos e componentes eletrônicos inservíveis à Universidade 03

Indicador: Quantidade de descarte correto/descarte total

Sub-prática 18: Cartuchos para impressão

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Recarga de cartuchos pelo CeMeQ

Ação: Divulgar para a comunidade universitária o CeMeQ como ponto de coleta dos cartuchos e toners.

Meta: Reaproveitamento de 100% dos cartuchos e toners sem defeito.

Indicador: Número de cartuchos registrados do CeMeQ.

Sub-prática 19: Cartuchos para impressão

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Desenvolvimento de estudo de viabilidade de padronização do parque de impressoras

Ação: Campanha para a utilização sustentável das impressões

Meta: Reduzir o consumo de cartuchos em 2%

Indicador: Variação do Consumo anual (saMneT)

Prática II: Energia elétrica

Sub-prática 1: Energia elétrica

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Aumentar a eficiência energética e adotar medidas racionais para o consumo de energia

Ação: Promoção de campanhas educativas, com a utilização de cartazes, panfletos e mensagens via e-mail e postadas no site institucional.

Meta: Racionalizar e otimizar a energia elétrica.

Indicador: Número de campanhas realizadas

Sub-prática 2: Energia elétrica

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Racionalizar o consumo de energia elétrica

Ação: Desenvolver campanha de conscientização para evitar o desperdício no uso da energia elétrica

Meta: Campanhas de educação ambiental

Indicador: Campanhas realizadas

Sub-prática 4: Energia elétrica

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Criar homepage direcionada a divulgação das informações do consumo de energia à comunidade universitária

Meta: Estimular boas práticas sustentáveis sobre energia elétrica

Indicador: Nº de acessos ao site

Sub-prática 5: Energia elétrica**Universidade:** Universidade 05**Objetivo:** Não informado**Ação:** Desenvolver campanhas junto à comunidade universitária para redução do consumo de energia**Meta:** Estimular boas práticas sustentáveis sobre energia elétrica**Indicador:** N° de campanhas**Sub-prática 6: Energia elétrica****Universidade:** Universidade 05**Objetivo:** Não informado**Ação:** Aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios da questão energética**Meta:** Eficiência do sistema elétrico**Indicador:** N° de trabalhos registrados**Sub-prática 7: Energia elétrica****Universidade:** Universidade 06**Objetivo:** Estimular boas práticas sustentáveis sobre energia elétrica**Ação:** Desenvolver campanhas junto à comunidade universitária para redução do consumo de energia**Meta:** Ação realizada**Indicador:** Número de campanhas realizadas**Sub-prática 8: Energia elétrica****Universidade:** Universidade 02**Objetivo:** Preservação de recursos naturais e diminuição de custos.**Ação:** Incentivar os agentes de compras a especificar em seus pedidos produtos com menor consumo de energia, comprovado através de certificação, e com a justificativa de economia de energia elétrica, e consequente economia financeira e preservação dos recursos.**Meta:** Dar preferência, quando da substituição, a aparelhos eletro/eletrônicos mais eficientes, visando reduzir o consumo de energia;**Indicador:** Não informado**Sub-prática 9: Energias renováveis e sustentabilidade****Universidade:** Universidade 02**Objetivo:** Realização de um estudo sistemático da radiação incidente no município de Realeza/PR ao longo do ano, e os dados experimentais serão comparados com os resultados do modelo teórico e com informações disponíveis na literatura. Estes resultados poderão ser utilizados para o dimensionamento de aquecedores solares.**Ação:** Projeto de Extensão “Energias Renováveis e Sustentabilidade: confecção de Coletores Solares de Baixo Custo.”**Meta:** Levantamento de dados para futuros projetos utilizando-se radiação solar; Envolvimento dos acadêmicos e Técnicos na disseminação da ideia de utilização de energias renováveis.**Indicador:** Não informado**Sub-prática 10: Grupo de pesquisa em energias renováveis e sustentabilidade****Universidade:** Universidade 02**Objetivo:** Estudar fontes alternativas de energia. Relacionado ao conceito de energias renováveis e limpas, o grupo estudará formas inteligentes de se gerar energia elétrica ou calor

para utilizá-las no âmbito familiar e no meio rural, bem como promover a conscientização ambiental da sociedade (através da Universidade) no que tange as questões energéticas atuais.

Ação: Grupo de pesquisa em Energias Renováveis e Sustentabilidade. Este grupo foi constituído para estudos relacionados com as energias renováveis em todas as áreas energéticas, como Energia Solar, Energia Eólica, Energia da Biomassa e Educação Ambiental.

Meta: O grupo já possui 02 projetos aprovados nesta área e pretende continuar desenvolvendo outros projetos para submetê-los na extensão e na pesquisa.

Indicador: Não informado

Sub-prática 11: Aquecedor solar de baixo custo para famílias carentes

Universidade: Universidade 02

Objetivo: Este projeto de extensão objetiva disseminar essa tecnologia de baixo custo para aquecimento de água utilizando energia solar, com foco em comunidades de baixa renda.

Ação: Os alunos bolsistas e/ou voluntários realizarão uma revisão de literatura a respeito do aquecedor solar ecológico, além de discussões em grupo acerca dos temas: reciclagem, problemas gerados pelo descarte das embalagens de garrafa PET e longa vida, funcionamento e montagem de um aquecedor solar. Simultaneamente à revisão de literatura, os alunos farão a coleta dos materiais reutilizáveis (garrafas PET e embalagens Tetra Pak) através de campanha na própria universidade (apresentação do projeto em salas de aula).

Meta: Contribuir para o aumento da qualidade da saúde das pessoas carentes; Montar um protótipo de aquecedor solar ecológico utilizando materiais recicláveis; Iniciar o estudo do protótipo de aquecedor solar ecológico prevendo a sua futura implantação, caracterizando-o de modo a facilitar o seu emprego em um grande número de moradias, inclusive tornando-o acessível à população de baixa renda. Retirar do meio-ambiente os produtos de difícil reciclagem direta, abundante na nossa sociedade, de maneira fácil e com baixo custo; Propiciar o crescimento pessoal através da transmissão do conhecimento, prática e criatividade das pessoas carentes envolvidas; Promover o acesso da população da cidade de Cerro Largo à Ciência e Tecnologia, contribuindo para a melhoria das condições de vida, principalmente das camadas sociais excluídas; Contribuir para a formação de recursos humanos para a carreira acadêmica ou profissional, formando cidadãos capazes de refletir autonomamente, de modo a contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e solidária; e Incentivar os estudantes de graduação a participarem de atividades científicas e tecnológicas que levem à aprendizagem de métodos e de técnicas de pesquisa, bem como ao desenvolvimento do pensamento investigativo, crítico e inovador.

Indicador: Não informado

Prática III: Água e esgoto

Sub-prática 1: Água e esgoto

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Racionalização do uso da água

Ação: Campanha de conscientização para o uso racional e o não desperdício de água

Meta: Estabelecer controle do consumo de água e esgoto

Indicador: Controle estabelecido

Sub-prática 2: Água e esgoto

Universidade: Universidade 06

Objetivo: A Universidade 06 demonstra administração exemplar no uso e qualidade da água.

Ação: Aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios das questões da água e do esgoto.

Meta: Estabelecimento de estação de tratamento de esgoto de última geração

Indicador: Tratamento de todo esgoto e reutilização da água

Sub-prática 3: Água e esgoto

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Capacitar cada administrador de edifício com o sistema de mapeamento através do site, obtendo assim mais agilidade e eficácia nas atualizações, validações e modificações

Meta: Criar uma base de informação que possibilite a rápida formulação de um parecer técnico, informativo ou corretivo

Indicador: Porcentagem de administradores de edifício capacitados

Sub-prática 4: Água e esgoto

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Divulgar através de site específico as informações relativas ao consumo de água, custos e medidas de efficientização oriundas da UNIVERSIDADE 05

Meta: Criar uma base de informação que possibilite a rápida formulação de um parecer técnico, informativo ou corretivo.

Indicador: Publicação no site

Sub-prática 5: Água e esgoto

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Organizar equipes de estudos para solucionar o problema do grande desperdício de água dos destiladores nos laboratórios da Universidade

Meta: Desenvolver métodos e processos de eficiência para redução dos gastos com água e esgoto

Indicador: Volume economizado por litro de água destilada

Sub-prática 6: Água e esgoto

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Estimular o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos que proponham soluções aos problemas relacionados ao tema Água e Saneamento enfrentados pela esfera administrativa da Universidade 05

Meta: Incentivar a aumentar a promoção de boas práticas sustentáveis

Indicador: N° de trabalhos registrados

Sub-prática 7: Água e esgoto

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Promover campanhas de conscientização para a redução do desperdício de água, orientando o uso de maneira consciente

Meta: Incentivar a aumentar a promoção de boas práticas sustentáveis

Indicador: Ação realizada

Sub-prática 8: Água e esgoto

Universidade: Universidade 06

Objetivo: A Universidade 06 demonstra administração exemplar no uso e qualidade da água.

Ação: Promover campanhas de conscientização para o não desperdício da água.

Meta: Não informada

Indicador: Quantidade de água consumida per capita

Sub-prática 9: Água e esgoto

Universidade: UFMS

Objetivo: Criar uma base de informação que possibilite a rápida formulação de um parecer técnico, informativo e corretivo

Ação: Divulgar através de site específico as informações relativas ao consumo de água, custos e medidas de efficientização oriundas da UFMS.

Meta: Não informada

Indicador: Ação realizada

Sub-prática 10: Água e esgoto

Universidade: UFMS

Objetivo: Incentivar e aumentar a promoção de boas práticas sustentáveis

Ação: Promover campanhas de conscientização para a redução de desperdício de água, orientando o uso de maneira consciente.

Meta: Não informada

Indicador: Número de campanhas de conscientização

Prática IV: Coleta seletiva

Sub-prática 1: Coleta Seletiva

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Criar uma plataforma virtual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária

Meta: Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas de sustentabilidade

Indicador: Ação realizada

Sub-prática 2: Coleta seletiva

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Propor ações que possibilitem as unidades administrativas da UNIVERSIDADE 01 com a supervisão do Núcleo de Gestão de Logística Sustentável e o apoio da comunidade acadêmica, implantar e acompanhar a Coleta Seletiva Solidária

Ação: Desenvolver treinamento para os prestadores de serviço de limpeza e conservação predial, nos *campi* e realizar uma reciclagem com periodicidade trimestral

Meta: Expandir em 100% das dependências da UNIVERSIDADE 01 a Coleta Seletiva Solidária, de forma efetiva até dezembro de 2014; disseminar as práticas de sustentabilidade por toda comunidade acadêmica a partir de setembro de 2013.

Indicador: Capacitação realizada

Sub-prática 3: Coleta seletiva

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Propor ações que possibilitem as unidades administrativas da UNIVERSIDADE 01 com a supervisão do Núcleo de Gestão de Logística Sustentável e o apoio da comunidade acadêmica, implantar e acompanhar a Coleta Seletiva Solidária

Ação: Inserir na capacitação dos servidores (PACAP), temas relacionados às práticas de sustentabilidade, sobretudo Coleta Seletiva;

Meta: Expandir em 100% das dependências da UNIVERSIDADE 01 a Coleta Seletiva Solidária, de forma efetiva até dezembro de 2014; disseminar as práticas de sustentabilidade por toda comunidade acadêmica a partir de setembro de 2013.

Indicador: Capacitação realizada

Sub-prática 4: Coleta seletiva solidária

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Propor ações que possibilitem as unidades administrativas da UNIVERSIDADE 01 com a supervisão do Núcleo de Gestão de Logística Sustentável e o apoio da comunidade acadêmica, implantar e acompanhar a Coleta Seletiva Solidária

Ação: Criação de um espaço para discussões nas Redes Sociais com promoção de campanhas educativas com a publicação de folder eletrônico, faixas e adesivos;

Meta: Expandir em 100% das dependências da UNIVERSIDADE 01 a Coleta Seletiva Solidária, de forma efetiva até dezembro de 2014; disseminar as práticas de sustentabilidade por toda comunidade acadêmica a partir de setembro de 2013.

Indicador: Número de campanhas promovidas

Prática V: Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Sub-prática 1: Qualidade de vida no trabalho

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Desenvolver ações para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, estimulando a prática de atitudes saudáveis.

Ação: Desenvolver ações educativas de prevenção e proteção contra doenças

Meta: Implantar na UNIVERSIDADE 01 até Dezembro de 2015 as iniciativas propostas, criando e disseminando a cultura de qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Indicador: Número de ações realizadas

Sub-prática 2: Qualidade de vida no trabalho

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Desenvolver ações para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, estimulando a prática de atitudes saudáveis.

Ação: Campanhas educativas sobre prevenção e saúde abordando temas como; diabetes, hipertensão, stress, obesidade, câncer, drogas lícitas e ilícitas, DST, etc.

Meta: Implantar na UNIVERSIDADE 01 até Dezembro de 2015 as iniciativas propostas, criando e disseminando a cultura de qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Indicador: Número de campanhas realizadas

Sub-prática 3: Qualidade de vida no trabalho

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Desenvolver ações para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho, estimulando a prática de atitudes saudáveis.

Ação: Criação de espaço no site da Universidade 01 destinado a divulgar, artigos e textos sobre temas relacionados a qualidade de vida no ambiente de trabalho

Meta: Implantar na Universidade 01 até Dezembro de 2015 as iniciativas propostas, criando e disseminando a cultura de qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Indicador: Espaço criado

Sub-prática 4: Qualidade de vida no trabalho

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Formar grupos servidores com foco em promoção à saúde e prevenção de acidentes

Ação: Realização de treinamentos específicos
Meta: Preparar 10% do total de servidores das unidades partícipes
Indicador: Percentual de servidores capacitados

Sub-prática 5: Qualidade de vida no trabalho

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Informar a todos os servidores recém empossados sobre Qualidade de vida no Trabalho

Ação: Realização de encontro com servidores

Meta: Realizar seminário para todos os servidores recém empossados

Indicador: Seminário realizado

Sub-prática 6: Qualidade de vida no trabalho

Universidade: Universidade 04

Objetivo: Sensibilizar e conscientizar a comunidade universitária quanto às questões socioambientais

Ação: Realização de eventos educativos diversos relacionados aos temas de foco do PLS: uso de impressão de forma racional, coleta seletiva, uso racional de telefones, consumo de água e energia, segurança

Meta: Realizar atividades educativas inseridas no Plano de Capacitação Anual - PCA

Indicador: Número de servidores capacitados anualmente

Sub-prática 7: Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Universidade: Universidade 06

Objetivo: Universidade 06 é um empregador de excelência

Ação: Realizar campanhas, oficinas, palestras e exposições de sensibilização das práticas sustentáveis para os servidores com divulgação por meio da intranet, cartazes, etiquetas e informativos

Meta: Quantidade resíduos reciclados, outros em construção

Indicador: Compras sustentáveis, campanhas de economia (água e energia), reciclagem de resíduos, logística reversas

Sub-prática 8: Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Estimular e ampliar a cultura de capacitação e aprimoramento dos servidores para o cumprimento adequado de suas atribuições

Meta: Fortalecer o programa de Qualidade de Vida na UNIVERSIDADE 05

Indicador: Nº servidores capacitados na sua área de atuação

Sub-prática 9: Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Universidade: UFMS

Objetivo: Fortalecer o Programa de Qualidade de Vida na UFMS

Ação: Buscar amparo legal para poder introduzir os servidores inativos nas atividades de capacitação da UFMS

Meta: Não informada

Indicador: Número de atividades realizadas por inativos

Sub-prática 10: Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Universidade: UFMS

Objetivo: Fortalecer o Programa de Qualidade de Vida na UFMS

Ação: Estimular e ampliar a cultura de capacitação e aprimoramento dos servidores para o cumprimento adequado de suas atribuições

Meta: Não informada

Indicador: Número de servidores capacitados

Prática VI: Compras e contratações sustentáveis, compreendendo, pelo menos, obras, equipamentos, serviços de vigilância, de limpeza, de telefonia, de processamento de dados, de apoio administrativo e de manutenção predial

Sub-prática 1: Telefonia

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Reduzir custos relativos à telefonia móvel e fixa

Ação: Realizar campanha de incentivo quanto ao uso de outros meios de comunicação disponíveis na instituição, por exemplo: as mensagens instantâneas do sistema Zimbra

Meta: Garantir o acesso aos serviços alternativos de comunicação a toda a comunidade acadêmica e reduzir gradativamente os gastos totais com telefonia fixa e móvel até 2015.

Indicador: Campanhas realizadas

Sub-prática 2: Processamento de dados

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Procurar o melhor desempenho dos equipamentos de TI visando o menor consumo de energia elétrica e um menor impacto ambiental

Ação: Incentivar a leitura de documentos em meio eletrônico, imprimindo-os apenas se necessário;

Meta: Implantar a política de impressão frente e verso, utilizar fontes que economizem tinta e promover a leitura de documentos eletronicamente em 100% até dezembro de 2014.

Indicador: Percentual de papel reduzido

Sub-prática 3: Compras e contratações sustentáveis

Universidade: Universidade 06

Objetivo: A Universidade 06 será líder no gerenciamento sustentável da cadeia de suprimentos

Ação: Promover cursos de capacitação aos pregoeiros, para o exercício de suas atividades, e a atenção aos critérios de compras e contratações sustentáveis, extensivo a toda a equipe do departamento de compras e demais membros do setor administrativo que lidam com a catalogação de produtos e elaboração de Termos de Referência.

Meta: Curso de capacitação

Indicador: Porcentagem de pessoas capacitadas

Sub-prática 4: Telefonia

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Divulgar trabalho de conscientização do uso racional de telefonia fixa e móvel

Ação: Conscientizar que a ligação ramal/fixo é 50% mais barata que ramal/celular

Meta: Reduzir em 30% os gastos com telefonia fixa

Indicador: Valor gasto com telefonia fixa/ano

Sub-prática 5: Telefonia

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Divulgar trabalho de conscientização do uso racional de telefonia fixa e móvel

Ação: Conscientizar que a ligação ramal/ramal o custo é zero

Meta: Reduzir em 30% os gastos com telefonia fixa

Indicador: Valor gasto com telefonia fixa/ano

Sub-prática 6: Telefonia

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Divulgar trabalho de conscientização do uso racional de telefonia fixa e móvel

Ação: Conscientizar que a ligação ramal/ramal entre os Câmpus, o custo é zero

Meta: Reduzir em 30% os gastos com telefonia fixa

Indicador: Valor gasto com telefonia fixa/ano

Sub-prática 7: Compras e contratações sustentáveis

Universidade: Universidade 04

Objetivo: Fomentar a compra compartilhada

Ação: Divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP. Permitir a participação de outros órgãos federais nos registros de preços realizados pela UNIVERSIDADE 04.

Meta: Realizar compras em parcerias, principalmente com a IFES do RS

Indicador: Número de órgãos participantes nas licitações da UNIVERSIDADE 04

Sub-prática 8: Obras e serviços de engenharia

Universidade: Universidade 04

Objetivo: Ampliar critérios sustentáveis nas obras e serviços de engenharia

Ação: Preferência pelo uso de materiais recicláveis, reutilizáveis e biodegradáveis. Exigir no projeto básico a utilização de bens recicláveis para a realização da obra ou reforma.

Meta: Priorizar a utilização de bens recicláveis

Indicador: Número de licitações com este critério/ano

Sub-prática 9: Compras e contratações sustentáveis

Universidade: Universidade 06

Objetivo: A Universidade 06 será líder no gerenciamento sustentável da cadeia de suprimentos

Ação: Fomentar o uso de ambientes virtuais e outras formas alternativas para o compartilhamento de informações, buscando a redução do uso de impressões e reprografias.

Meta: 100% virtual

Indicador: Correspondência interna tipo memorando, CI e ofícios, incluindo requisições diversas via eletrônica.

Sub-prática 10: Compras e contratações sustentáveis

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Promover cursos de capacitação aos pregoeiros, para o exercício de suas atividades, e a atenção aos critérios de compras e contratações sustentáveis, extensivo a toda a equipe do departamento de compras e demais membros do setor administrativo que lidam com a catalogação de produtos e elaboração de Termos de Referência.

Meta: Duplicar o número de itens adquiridos com critérios de sustentabilidade;

Aumentar o alcance de projetos e práticas sustentáveis no setor de compras

Indicador: Porcentagem de pessoas capacitadas

Sub-prática 11: Compras e contratações sustentáveis

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Estabelecer uma plataforma virtual amigável, para a socialização de informações relativas a gastos e economias, assim como dos indicadores adotados por esta comissão.

Meta: Duplicar o número de itens adquiridos com critérios de sustentabilidade;

Aumentar o alcance de projetos e práticas sustentáveis no setor de compras

Indicador: Ação realizada

Sub-prática 12: Compras e contratações sustentáveis

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Estimular, através de campanhas educativas, o agir sustentável nos pedidos de aquisição, assim como no uso de materiais e equipamentos.

Meta: Duplicar o número de itens adquiridos com critérios de sustentabilidade;

Aumentar o alcance de projetos e práticas sustentáveis no setor de compras

Indicador: N° de campanhas lançadas

Sub-prática 13: Compras e contratações sustentáveis

Universidade: Universidade 06

Objetivo: A Universidade 06 será líder no gerenciamento sustentável da cadeia de suprimentos

Ação: Aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios de realizar compras sustentáveis, através do estímulo ao desenvolvimento de trabalhos científicos e tecnologias que abordem o tema.

Meta: Não informada

Indicador: Porcentagem de objetos com critérios de sustentabilidade estabelecidos

Sub-prática 14: Compras e contratações sustentáveis

Universidade: UFMS

Objetivo: Compra sustentável - madeira de reflorestamento

Ação: Incentivar a participação dos pregoeiros em cursos de capacitação, para o exercício de suas atividades, e a atenção aos critérios de compras e contratações sustentáveis, extensivo a toda a equipe do Setor de Compras

e demais membros do setor administrativo que lidam com a catalogação de produtos e elaboração de Termos de Referência.

Meta: Não informada

Indicador: Certificados de participação

Sub-prática 15: Compras e contratações sustentáveis

Universidade: UFMS

Objetivo: Prover maior eficiência na Contratação – Contrato de limpeza e conservação

Ação: Campanha de conscientização da contratada e colaboradores da importância da sustentabilidade e cumprimento das cláusulas contratuais correspondentes

Meta: Não informada

Indicador: Ação realizada

Sub-prática 16: Serviços de manutenção predial e paisagismo

Universidade: Universidade 04

Objetivo: Revisar os serviços de manutenção predial, reformas e paisagismo

Ação: Inserção de critérios sustentáveis nas especificações dos objetos para as reformas prediais. Especificar a utilização de produtos sustentáveis. Difundir entre as unidades a utilização de produtos sustentáveis.

Meta: Melhorar as especificações dos produtos adquiridos para as manutenções prediais.

Indicador: Não informado

Sub-prática 17: Projeto de obras sustentáveis e manutenção predial

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Realizar obras, reformas e manutenção predial buscando um maior conforto ambiental e diminuir os impactos ao meio ambiente.

Ação: Capacitar os arquitetos e engenheiros da Universidade 01/SIPEF para projetar, executar e fiscalizar obras com conceito sustentável.

Meta: Assegurar que 100% das contratações de obras pela UNIVERSIDADE 01, sejam novos prédios ou reformas dos já existentes, venham, com a integral implantação deste PLS, a ser balizadas por estes novos e obrigatórios parâmetros de sustentabilidade ambiental.

Indicador: Não informado

Sub-prática 18: Processamento de dados

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Procurar o melhor desempenho dos equipamentos de TI visando o menor consumo de energia elétrica e um menor impacto ambiental

Ação: Incluir frases que induzam a práticas sustentáveis e/ou consumo consciente na assinatura digital dos servidores

Meta: Implantar a política de impressão frente e verso, utilizar fontes que economizem tinta e promover a leitura de documentos eletronicamente em 100% até dezembro de 2014.

Indicador: Não informado

Sub-prática 19: Processamento de dados

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Procurar o melhor desempenho dos equipamentos de TI visando o menor consumo de energia elétrica e um menor impacto ambiental

Ação: Fomentar o uso de software de comunicação eletrônica para o envio de mensagens instantâneas ou para a transmissão de voz (utilizando transmissão de voz sobre IP – VoIP)

Meta: Implantar a política de impressão frente e verso, utilizar fontes que economizem tinta e promover a leitura de documentos eletronicamente em 100% até dezembro de 2014.

Indicador: Não informado

Sub-prática 20: Licitação para entrega de material eletrônico sem uso para empresa de destinação e/ou reciclagem das mesmas

Universidade: Universidade 02

Objetivo: Efetivar a gestão ambiental das lâmpadas queimadas, ou seja, que não possuem mais uso e devem ser descartadas corretamente e não permitir o descarte das mesmas no meio ambiente

Ação: Realização de licitação para contratação de empresa especializada na coleta, armazenamento, tratamento e destinação final de material eletrônico: *Elaborar o pedido de contratação do serviço; *Fazer a solicitação do pedido; ***Elaborar um treinamento com os servidores da T.I. para a segregação dos materiais eletrônicos queimados sejam armazenadas para posterior destinação, em local coberto:**

Meta: Criação de um local adequado para armazenamento dos materiais eletrônicos para o descarte.

Indicador: planilha de dados alimentada por servidores da T.I., disponibilizada no site da Instituição.

Prática VII: Deslocamento de pessoal, considerando todos os meios de transporte, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

Sub-prática 1: Deslocamento sustentável

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Reduzir gastos com combustível e a emissão de substâncias que agridem o meio ambiente

Ação: Realizar campanha de incentivo a utilização dos meios eletrônicos de comunicação, evitando com isso deslocamentos desnecessários dos servidores, como por exemplo: videoconferência e envio eletrônico de documentos;

Meta: Reduzir os gastos com aquisição de combustíveis e diminuir a emissão de substâncias poluentes, produzidas por veículos motorizados.

Indicador: Campanhas realizadas

Sub-prática 2: Deslocamento de pessoal

Universidade: Universidade 03

Objetivo: redução do consumo de combustíveis e uso de alguns menos agressivos ao ambiente

Ação: Capacitação de pessoal para direção veicular eficaz

Meta: Reduzir em 5% o consumo de combustíveis

Indicador: Quantidade consumida

Sub-prática 3: Deslocamento de pessoal

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Adoção de práticas mais eficazes nos serviços de deslocamento de pessoal

Ação: Criação de campanhas educativas que estimulem as viagens em grupo, utilizando o mesmo veículo a vários destinos

Meta: Aumento de viagens com o uso da capacidade total máxima de veículos em 10%

Indicador: Número de viagens realizadas

Sub-prática 4: Deslocamento de pessoal

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Criação de cultura organizacional responsável e orientada a uma melhor utilização da frota veicular

Ação: Incentivo ao uso de videoconferência, quando tal se demonstrar viável

Meta: Número de viagens substituídas em 10%

Indicador: Número de viagens substituídas

Sub-prática 5: Deslocamento de pessoal

Universidade: Universidade 04

Objetivo: Reduzir os gastos e emissões de substâncias poluentes

Ação: Estímulo ao uso de tecnologia por meio de videoconferência. Aquisição de equipamentos de videoconferência.

Meta: Reduzir em 10% o uso de veículos para deslocamento intermunicipal e interestadual

Indicador: Número de viagens realizadas/ano

Sub-prática 6: Deslocamento de pessoal

Universidade: Universidade 04

Objetivo: Reduzir os gastos e emissões de substâncias poluentes

Ação: Utilização de bicicletas no deslocamento interno do *campus* de Santa Maria. Realizar licitação para aquisição das bicicletas. Difundir o uso de bicicletas para a locomoção dos servidores, docentes e discentes no *campus*

Meta: Reduzir em 10% os gastos com os veículos

Indicador: Numero de bicicletas utilizadas/ano

Sub-prática 7: Deslocamento de pessoal: foco redução de gastos e emissões

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Orientar a utilização dos critérios sustentáveis para compras e substituição de veículos estabelecidos institucionalmente nos projetos da UNIVERSIDADE 05 (ensino, pesquisa e extensão)

Meta: Introduzir no mínimo 3 critérios de sustentabilidade nas compras de veículos automotores e/ou sua manutenção; aumentar em 5% a utilização de transportes coletivos pela comunidade universitária

Indicador: Ação realizada

Sub-prática 8: Deslocamento de pessoal: foco redução de gastos e emissões

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informado

Ação: Incentivar a prática da carona solidária e responsável entre a comunidade universitária

Meta: Aumentar em 5% a utilização de transportes coletivos pela comunidade universitária

Indicador: Número de pessoas que utilizam a carona como transporte

Sub-prática 9: Deslocamento de pessoal: foco redução de gastos e emissões

Universidade: Universidade 05

Objetivo: Não informada

Ação: Aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios de mobilidade enfrentados pela esfera administrativa da UNIVERSIDADE 05, através do estímulo ao desenvolvimento de trabalhos científicos e tecnologias que abordem o tema

Meta: Aumentar em 5% a utilização de transportes coletivos pela comunidade universitária

Indicador: Número de trabalhos registrados

Sub-prática 10: Deslocamento de pessoal e material

Universidade: UFMS

Objetivo: Introduzir critérios de sustentabilidade na compra de veículos automotores e/ou suas manutenções

Ação: Conceber e institucionalizar, através de portaria critérios de sustentabilidade para compra de veículos para a UFMS

Meta: Não informada

Indicador: Número de critérios estabelecidos

Sub-prática 11: Deslocamento de pessoal e material

Universidade: UFMS

Objetivo: Aumentar a utilização de transportes coletivos e alternativos pela comunidade universitária

Ação: Promover campanhas para incentivo ao uso de transportes alternativos e coletivos como forma de deslocamento até a Universidade, visando à melhoria da qualidade de vida e redução do fluxo de veículos na comunidade de entorno

Meta: Não informada

Indicador: Número de campanhas realizadas

Sub-prática 12: Deslocamento de pessoal e material

Universidade: UFMS

Objetivo: Aumentar a utilização de transportes coletivos e alternativos pela comunidade universitária

Ação: Projeto de articulação para aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios de mobilidade enfrentados pela esfera administrativa da UFMS, através do estímulo ao desenvolvimento de trabalhos científicos e tecnologias que abordem o tema

Meta: Não informada

Indicador: Ação realizada

VIII - Outras práticas não previstas na IN nº 10/2012 - MPOG

Sub-prática 1: Comunicação para a sustentabilidade

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Orientar e informar a comunidade acadêmica da Universidade 01 sobre as iniciativas efetivadas e os resultados obtidos com PLSbem como sensibilizar e motivá-los para a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente institucional e nas atividades cotidianas.

Ação: Criar uma página específica no portal da Universidade 01 para divulgar assuntos do PLS

Meta: Implantar a comunicação interna e alcançar 100% dos servidores e colaboradores, bem como sensibilizar 100% dos servidores e colaboradores

Indicador: Página criada

Sub-prática 2: Comunicação para a sustentabilidade

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Orientar e informar a comunidade acadêmica da Universidade 01 sobre as iniciativas efetivadas e os resultados obtidos com PLS-Universidade 01, bem como sensibilizar e motivá-los para a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente institucional e nas atividades cotidianas.

Ação: Elaborar um Plano de Comunicação para repasse de informações atinentes ao PLS Universidade 01 e posterior divulgação de forma estratégica

Meta: Implantar a comunicação interna e alcançar 100% dos servidores e colaboradores, bem como sensibilizar 100% dos servidores e colaboradores

Indicador: Não informado

Sub-prática 3: Comunicação para a sustentabilidade

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Orientar e informar a comunidade acadêmica da Universidade 01 sobre as iniciativas efetivadas e os resultados obtidos com PLS-Universidade 01, bem como sensibilizar e motivá-los para a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente institucional e nas atividades cotidianas.

Ação: Divulgar cursos de capacitação relacionados ao PLS Universidade 01, produzindo textos para conquistar a adesão dos servidores

Meta: Implantar a comunicação interna e alcançar 100% dos servidores e colaboradores, bem como sensibilizar 100% dos servidores e colaboradores

Indicador: Não informado

Sub-prática 4: Comunicação para a sustentabilidade

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Orientar e informar a comunidade acadêmica da Universidade sobre as iniciativas efetivadas e os resultados obtidos com PLS-UNIVERSIDADE 01, bem como sensibilizar e motivá-los para a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente institucional e nas atividades cotidianas.

Ação: Realizar campanhas de sensibilização para promoção dos 5S - *Seiri* (utilização), *Seiton* (ordenação), *Seiso* (limpeza), *Seiketsu* (higiene) e *Shitsuke* (autodisciplina) - no almoxarifado central e nas áreas de secretariado;

Meta: Implantar a comunicação interna e alcançar 100% dos servidores e colaboradores, bem como sensibilizar 100% dos servidores e colaboradores

Indicador: Não informado

Sub-prática 5: Comunicação para a sustentabilidade

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Orientar e informar a comunidade acadêmica da Universidade 01 sobre as iniciativas efetivadas e os resultados obtidos com PLS-Universidade 01, bem como sensibilizar e motivá-los para a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente institucional e nas atividades cotidianas.

Ação: Promover programas educativos e de sensibilização dos servidores e colaboradores para a melhor utilização dos recursos institucionais

Meta: Implantar a comunicação interna e alcançar 100% dos servidores e colaboradores, bem como sensibilizar 100% dos servidores e colaboradores

Indicador: Não informado

Sub-prática 6: Comunicação para a sustentabilidade

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Orientar e informar a comunidade acadêmica da Universidade sobre as iniciativas efetivadas e os resultados obtidos com PLS-UNIVERSIDADE 01, bem como sensibilizar e motivá-los para a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente institucional e nas atividades cotidianas.

Ação: Criar mascote através de concurso cultural e votação da comunidade acadêmica com o intuito de realizar campanhas informativas para temas atinentes à sustentabilidade;

Meta: Implantar a comunicação interna e alcançar 100% dos servidores e colaboradores, bem como sensibilizar 100% dos servidores e colaboradores

Indicador: Não informado

Sub-prática 7: Comunicação para a sustentabilidade

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Orientar e informar a comunidade acadêmica da Universidade 01 sobre as iniciativas efetivadas e os resultados obtidos com PLS-UNIVERSIDADE 01, bem como sensibilizar e motivá-los para a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente institucional e nas atividades cotidianas.

Ação: Realizar campanha de sensibilização do gasto sustentável relativo à telefonia, impressão, energia elétrica e água;

Meta: Implantar a comunicação interna e alcançar 100% dos servidores e colaboradores, bem como sensibilizar 100% dos servidores e colaboradores

Indicador: Não informado

Sub-prática 8: Comunicação para a sustentabilidade

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Orientar e informar a comunidade acadêmica da Universidade sobre as iniciativas efetivadas e os resultados obtidos com PLS-UNIVERSIDADE 01, bem como sensibilizar e motivá-los para a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente institucional e nas atividades cotidianas.

Ação: Elaborar folders eletrônicos, banners e adesivos relacionadas a temas da logística sustentável

Meta: Implantar a comunicação interna e alcançar 100% dos servidores e colaboradores, bem como sensibilizar 100% dos servidores e colaboradores

Indicador: Não informado

Sub-prática 9: Comunicação para a sustentabilidade

Universidade: Universidade 01

Objetivo: Orientar e informar a comunidade acadêmica da UNIVERSIDADE 01 sobre as iniciativas efetivadas e os resultados obtidos com PLS-UNIVERSIDADE 01, bem como sensibilizar e motivá-los para a adoção de práticas de sustentabilidade no ambiente institucional e nas atividades cotidianas.

Ação: Proporcionar a distribuição de copos, canecas e canetas para conscientizar a comunidade acadêmica em relação à geração de resíduos.

Meta: Implantar a comunicação interna e alcançar 100% dos servidores e colaboradores, bem como sensibilizar 100% dos servidores e colaboradores

Indicador: Percentual de redução de copos descartáveis

Sub-prática 10: Estudo da radiação solar no município de Realeza/PR

Universidade: Universidade 02

Objetivo: Estudar a radiação solar na região do município de Realeza/PR através de cálculos teóricos e medições experimentais e comparar com bancos de dados existentes. Avaliar o potencial para instalação de coletores solares na região.

Ação: Projeto de pesquisa “Estudo da Radiação Solar na Região de Realeza/PR”. Projeto aprovado no edital nº 168/UFFS/2011.

Meta: Obtenção dos seguintes resultados: (1) Variação teórica da intensidade da radiação solar sobre superfície horizontal no município de Realeza/PR ao longo do ano; (2) Dependência da radiação incidente com o ângulo de inclinação de um coletor solar. Ângulo que maximiza a absorção de radiação ao longo do ano; (3) Banco de dados experimentais para radiação direta e difusa, além-temperatura, pressão e velocidade do vento em um ponto do município de Realeza/PR; (4) Análise da qualidade do modelo teórico para obtenção da radiação solar frente a resultados experimentais.

Indicador: Não informado

Sub-prática 11: Gerenciamento de resíduos

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Recepção dos produtos químicos

Ação: Capacitar os servidores para o recebimento correto dos produtos

Meta: Aprimorar a recepção dos produtos químicos

Indicador: Almoxarifado criado

Sub-prática 12: Gerenciamento de resíduos sólidos no Hospital das Clínicas

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Implantar o PGrss-HC

Ação: Educação permanente - elaboração de cartilha e Banners informativos para orientações sobre o Grss, para a comunidade HC

Meta: Alcançar 100% na implantação PGrss

Indicador: Legenda utilizada para diagnóstico situacional após a ronda setorial

Sub-prática 13: Gerenciamento de resíduos sólidos no Hospital das Clínicas

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Implantar o PGrss-HC

Ação: Criação de uma comissão interna gerenciamento resíduos

Meta: Alcançar 100% na implantação PGrss

Indicador: Legenda utilizada para diagnóstico situacional após a ronda setorial

Sub-prática 14: Gerenciamento de resíduos sólidos no Hospital das Clínicas

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Implantar o PGrss-HC

Ação: Capacitação para toda comunidade

Meta: Alcançar 100% na implantação PGrss

Indicador: Legenda utilizada para diagnóstico situacional após a ronda setorial

Sub-prática 15: Educação ambiental

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Campanha de apresentação do PLS

Ação: Divulgação no portal da Universidade 03

Meta: Divulgação do PLS para toda Universidade 03

Indicador: Ação realizada

Sub-prática 16: Educação ambiental

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Campanha de apresentação do PLS

Ação: Divulgação no Boletim da UNIVERSIDADE 03

Meta: Divulgação do PLS para toda UNIVERSIDADE 03

Indicador: Ação realizada

Sub-prática 17: Educação ambiental

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Campanha de apresentação do PLS

Ação: Campanha de divulgação do PLS

Meta: Divulgação do PLS para toda Universidade 03

Indicador: Ação realizada

Sub-prática 18: Divulgação, conscientização e capacitação

Universidade: Universidade 03

Objetivo: Campanhas sobre as práticas de sustentabilidade e racionalização do uso de materiais e serviços

Ação: Parceria com a eMaC para promover ações que informem a comunidade acadêmica sobre o PLS

Meta: Incentivar boas práticas pela comunidade acadêmica

Indicador: Campanha realizada

Sub-prática 19: Resíduos Sólidos

Universidade: UFMS

Objetivo: Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas sustentáveis

Ação: Criar uma plataforma visual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária

Meta: Não informada

Indicador: Ação realizada

Sub-prática 20: Resíduos Sólidos

Universidade: UFMS

Objetivo: Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas sustentáveis

Ação: Promover campanha para redução do consumo de copos descartáveis, incentivado o uso de canecas e garrafinhas, e de papel A4, orientando para o reuso e encaminhamento para reciclagem

Meta: Ação realizada

Indicador: Número de campanhas realizadas

Sub-prática 21: Ações de divulgação, conscientização e capacitação

Universidade: Universidade 06

Objetivo: Promover o diálogo com a comunidade universitária (alunos, professores, funcionários) visando ampliar a compreensão dessa comunidade sobre o significado da sustentabilidade e buscar sinergia nas ações proposta e/ou realizadas

Ação: Realização de programas educativos através da Rádio

Meta: Não informada

Indicador: Campanhas educativas, inseridas nos intervalos dos programas da rádio
Universidade 06

ANEXO 5: Modelo de questionário aplicado (cada universidade possui seu próprio modelo)

Você está sendo convidado a responder este questionário, que faz parte da pesquisa intitulada "**Plano de Gestão de Logística Sustentável e seus indicadores: o requisito mínimo de divulgação, conscientização e capacitação nas Universidades Federais**". Os resultados serão apresentados em forma de Trabalho de Conclusão Final do Programa de Mestrado Administração Pública da UFMS.

Nome:

Formação acadêmica:

Cargo na instituição:

Tempo de serviço na instituição:

Função ocupada na Comissão do Plano de Gestão de Logística Sustentável:

Dado o objetivo do trabalho é elaborar um banco de ações relacionadas ao requisito mínimo divulgação, conscientização e capacitação do Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS) e seus respectivos indicadores de desempenho para Universidades Federais.

Após a elaboração do referido banco de ações será desenvolvido um plano de aprimoramento para a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e transmitido para as universidades participantes o banco de ações elaborado.

As práticas listadas abaixo foram retiradas do relatório do PLS disponível na pagina web:

<http://>

A partir da questão nº 1 até a questão nº 15 será questionado sobre indicador e meta, relacionando - se com uma ação de divulgação, conscientização e capacitação no PLS. Para facilitar as respostas as ações foram organizadas de acordo com o PLS. Portanto é apresentado o tema e objetivo, relacionado a cada uma das ações.

1) Tema: Energia

Objetivo	Estimular boas práticas sustentáveis sobre energia elétrica
Ação	Desenvolver campanhas junto à comunidade universitária para redução do consumo de energia
Indicador adotado	Número de campanhas realizadas

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

Houve mudança no indicador? Qual?

--

Responda conforme a situação da meta informada no PLS:

- Alcançada
- Não alcançada
- Sem informação
- Período de implementação não concluído
- Não há meta relacionada com a ação.

2) Tema: Resíduos Sólidos

Objetivo	Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas sustentáveis
Ação	Criar uma plataforma visual/site para divulgar o sistema de resíduos sólidos e propiciar sua interação com a comunidade universitária
Indicador adotado	Ação realizada

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

--

Responda conforme a situação da meta informada no PLS:

- Alcançada
- Não alcançada

- () Sem informação
- () Período de implementação não concluído
- () Não há meta relacionada com a ação.

3) Tema: Resíduos sólidos

Objetivo	Institucionalizar, promover e divulgar boas práticas sustentáveis
Ação	Promover campanha para redução do consumo de copos descartáveis, incentivando o uso de canecas e garrafinhas, e de papel A4, orientando para o reuso e encaminhamento para reciclagem.
Indicador adotado	Número de campanhas realizadas

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

Houve mudança no indicador? Qual?

Responda conforme a situação da meta informada no PLS:

- () Alcançada
- () Não alcançada
- () Sem informação
- () Período de implementação não concluído
- () Não há meta relacionada com a ação.

4) Tema: Água e esgoto

Objetivo	Criar uma base de informação que possibilite a rápida formulação de um parecer técnico, informativo e corretivo
Ação	Divulgar através de site específico as informações relativas ao

	consumo de água, custos e medidas de efficientização oriundas da instituição.
Indicador adotado	Ação realizada

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

Responda conforme a situação da meta:

- Alcançada
- Não alcançada
- Sem informação
- Período de implementação não concluído
- Não há meta relacionada com a ação.

5) Tema: Água e esgoto

Objetivo	Incentivar e aumentar a promoção de boas práticas sustentáveis
Ação	Promover campanhas de conscientização para a redução de desperdício de água, orientando o uso de maneira consciente.
Indicador adotado	Número de campanhas de conscientização

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

Houve mudança no indicador? Qual?

Responda conforme a situação da meta informada no PLS:

- Alcançada

- () Não alcançada
- () Sem informação
- () Período de implementação não concluído
- () Não há meta relacionada com a ação.

6) Tema: Deslocamento de pessoal e material

Objetivo	Introduzir critérios de sustentabilidade na compra de veículos automotores e/ou suas manutenções
Ação	Conceber e institucionalizar, através de portaria critérios de sustentabilidade para compra de veículos para a instituição
Indicador adotado	Número de critérios estabelecidos

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

Houve mudança no indicador? Qual?

Responda conforme a situação da meta informada no PLS:

- () Alcançada
- () Não alcançada
- () Sem informação
- () Período de implementação não concluído
- () Não há meta relacionada com a ação.

7) Tema: Deslocamento de pessoal e material

Objetivo	Aumentar a utilização de transportes coletivos e alternativos pela comunidade universitária
Ação	Promover campanhas para incentivo ao uso de transportes alternativos e coletivos como forma de deslocamento até a Universidade, visando à melhoria da qualidade de vida e redução do fluxo de veículos na comunidade de entorno
Indicador	Número de campanhas realizadas

adotado	
----------------	--

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

Houve mudança no indicador? Qual?

Responda conforme a situação da meta informada no PLS:

- Alcançada
- Não alcançada
- Sem informação
- Período de implementação não concluído
- Não há meta relacionada com a ação.

8) Tema: Deslocamento de pessoal e material

Objetivo	Aumentar a utilização de transportes coletivos e alternativos pela comunidade universitária
Ação	Projeto de articulação para aproximar a pesquisa e a extensão universitária aos desafios de mobilidade enfrentados pela esfera administrativa da instituição, através do estímulo ao desenvolvimento de trabalhos científicos e tecnologias que abordem o tema
Indicador adotado	Ação realizada

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

Responda conforme a situação da meta informada no PLS:

- Alcançada
- Não alcançada
- Sem informação
- Período de implementação não concluído
- Não há meta relacionada com a ação.

9) Tema: Qualidade de vida no ambiente de trabalho (QVT)

Objetivo	Fortalecer o Programa de Qualidade de Vida na instituição
Ação	Estimular e ampliar a cultura de capacitação e aprimoramento dos servidores para o cumprimento adequado de suas atribuições
Indicador adotado	Número de servidores capacitados

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

Houve mudança no indicador? Qual?

- Alcançada
- Não alcançada
- Sem informação
- Período de implementação não concluído
- Não há meta relacionada com a ação.

10) Tema: Qualidade de vida no trabalho (QVT)

Objetivo	Fortalecer o Programa de Qualidade de Vida na instituição
Ação	Buscar amparo legal para poder introduzir os servidores inativos nas atividades de capacitação da instituição

Indicador adotado	Número de atividades realizadas por inativos
--------------------------	--

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

Houve mudança no indicador? Qual?

Responda conforme a situação da meta informada no PLS:

- Alcançada
- Não alcançada
- Sem informação
- Período de implementação não concluído
- Não há meta relacionada com a ação.

11) Tema: Compras e contratações sustentáveis

Objetivo	Compra sustentável - madeira de reflorestamento
Ação	Incentivar a participação dos pregoeiros em cursos de capacitação, para o exercício de suas atividades, e a atenção aos critérios de compras e contratações sustentáveis, extensivo a toda a equipe do Setor de Compras e demais membros do setor administrativo que lidam com a catalogação de produtos e elaboração de Termos de Referência.
Indicador adotado	Certificados de participação

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

Houve mudança no indicador? Qual?

--

Responda conforme a situação da meta informada no PLS:

- () Alcançada
 () Não alcançada
 () Sem informação
 () Período de implementação não concluído
 () Não há meta relacionada com a ação.

12) Tema: Compras e contratações sustentáveis

Objetivo	Prover maior eficiência na Contratação – Contrato de limpeza e conservação
Ação	Campanha de conscientização da contratada e colaboradores da importância da sustentabilidade e cumprimento das cláusulas contratuais correspondentes
Indicador adotado	Ação realizada

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

--

Responda conforme a situação da meta informada no PLS:

- () Alcançada
 () Não alcançada
 () Sem informação
 () Período de implementação não concluído
 () Não há meta relacionada com a ação.

13) Tema: Material de consumo

Objetivo	Promover a efficientização do uso de copos descartáveis
Ação	Lançar a campanha “Adote uma caneca”, afixando cartazes por todos os Câmpus

Indicador adotado	Ação realizada
--------------------------	----------------

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

Responda conforme a situação da meta informada no PLS:

- () Alcançada
 () Não alcançada
 () Sem informação
 () Período de implementação não concluído
 () Não há meta relacionada com a ação.

14) Tema: Material de consumo

Objetivo	Promover a efficientização no consumo de cartuchos/toner para impressão
Ação	Incentivar a comunicação interna digital
Indicador adotado	Ação realizada

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

- () Alcançada
 () Não alcançada
 () Sem informação
 () Período de implementação não concluído
 () Não há meta relacionada com a ação.

15) Tema: Material de consumo

Objetivo	Promover a efficientização no consumo de cartuchos/toner para impressão
Ação	Lançar a campanha “O papel tem 2 lados”, afixando cartazes em

	todos os Câmpus
Indicador adotado	Ação realizada

A instituição adota alguma meta relacionada com essa ação? Qual?

Responda conforme a situação da meta informada no PLS:

- Alcançada
- Não alcançada
- Sem informação
- Período de implementação não concluído
- Não há meta relacionada com a ação.

Espaço para sugestões e comentários